

SEMINÁRIO: ÁREAS RECONHECIDAS INTERNACIONALMENTE PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE NO ESTADO DO AMAZONAS

RELATÓRIO TÉCNICO

Data: 05 de junho de 2024

Local: Auditório do Centro de Monitoramento Ambiental e Áreas Protegidas – CMAAP/IPAAM

Painel I: Conhecendo as Áreas com Reconhecimento da Importância Internacional para a Conservação da Biodiversidade

Painel II: Fortalecimento da Gestão das Áreas com Reconhecimento Internacional

Realização:



Apoio:





Coordenação Geral:

Juliano Marcos Valente de Souza - Diretor Presidente do IPAAM

Coordenação Executiva:

Christina Fischer – Analista Ambiental do IPAAM

João Rodrigo Leitão dos Reis – Gerente do Projeto Amazonas Legal – IPAAM&AADESAM

Márcia Regina Lederman – Gerente de Áreas de Conservação da WCS Brasil

Miquéias Santos de Souza – Consultor da UNESCO para o Projeto "Conectando as Reservas da Biosfera Amazônicas" - Projeto UNESCO/LVMH

Rosa Mariette Geissler – Diretora Técnica do IPAAM

Orientação Técnica e Institucional:

Márcia Regina Lederman – Gerente de Áreas de Conservação da WCS Brasil

Rosa Mariette Geissler – Diretora Técnica do IPAAM

Christina Fischer – Analista Ambiental do IPAAM

Palestrantes:

- Carlos Eduardo Marinello - Chefe de Gabinete e Secretário Nacional Substituto de Biodiversidade, Florestas e Direitos dos Animais do Ministério do Meio Ambiente e Mudanças do Clima – SBio/MMA

- Clayton Ferreira Lino - Coordenação de Cooperação internacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - RBMA e Rede Brasileira de Reservas da Biosfera - RBRB/Ponto Focal Projeto Áreas de Multi-Designação Internacional - MIDAs no Brasil

- Edson Ribeiro Luiz - Coordenador do Projeto IBAs - Áreas Importantes para a Conservação das Aves e Biodiversidade

- Guillermo Moisés Bendezú Estupinan - Especialista em Recursos Pesqueiros da WCS Brasil

- Hueliton da Silveira Ferreira - Chefe do Núcleo de Gestão Integrada do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – NGI/ICMBio Novo Airão

- Kaline Rossi - Consultora da UNESCO para o Projeto "Conectando as Reservas da Biosfera Amazônicas" - Projeto UNESCO/LVMH

- Luiz Augusto Schwade - Secretário Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Presidente Figueiredo

- Marco Antônio Vaz de Lima - Gestor da Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS do Tupé da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Sustentabilidade e Mudanças Climáticas - SEMMASClima e Presidente do Conselho Gestor do Mosaico de Unidades de Conservação do Baixo Rio Negro

- Mary Sorage Praxedes da Silva - Presidente da Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

- Miquéias Santos de Souza - Consultor da UNESCO para o Projeto "Conectando as Reservas da Biosfera Amazônicas" - Projeto UNESCO/LVMH

- Raimundo Humberto Cavalcante Lima – Docente do Departamento de Geociências do Instituto de Ciências Exatas da Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Apresentação do Evento e Transcrição dos Resultados dos Painéis dos Grupos de Trabalho:

Débora Holanda - Consultora da WCS Brasil

Moderadores de Grupos de Trabalho - GT:

Christina Fischer (Grupo 01 – Comunicação e Divulgação)

Guillermo Moisés Bendezú Estupinan (Grupo 02 – Financiamento)

Miquéias Santos de Souza (Grupo 03 – Governança)

Equipe de Operacionalização:

André Luis Queiroz Pimentel - Estagiário do CMAAP/IPAAM
Arivelton Ferreira Marical - Assessor do Núcleo de Educação Ambiental – NEA/IPAAM
João Rodrigo Leitão dos Reis - Gerente do Projeto Amazonas Legal – IPAAM&AADESAM
Júlio Sérgio Fernandes do Nascimento - Estagiário do CMAAP/IPAAM
Miquéias Santos de Souza - Consultor da UNESCO para o Projeto Amazônia LVMH
Sônia Maria Salles Ramos da Silva - Assessora do Núcleo de Educação Ambiental – NEA/IPAAM

Apoio Administrativo, Técnico e Operacional:

Adiene Mendes da Silva – Assistente Técnica da Diretoria Técnica – DT/IPAAM
Azamor Rodrigues de Souza Junior – Chefe de Gabinete do IPAAM
Bruno Isaac Dourado Affonso – Assessor do CMAAP/IPAAM
Elizabeth Silva Dos Santos – Assessora do Gabinete do IPAAM
Fabrícia Marques – Assessora do Gabinete do IPAAM
Luceny Reis Coelho – Assistente Técnica da Diretoria Técnica – DT/IPAAM
Priscila Silveira da Silva Carvalho – Coordenadora do Centro de Monitoramento Ambiental e Áreas Protegidas do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – CMAAP/IPAAM
Therezinha de Jesus Aleixo Melo – Analista Ambiental – Núcleo de Educação Ambiental – NEA/IPAAM

Relatoria do Seminário e Elaboração de Mapas:

João Rodrigo Leitão dos Reis – Gerente do Projeto Amazonas Legal – IPAAM & AADESAM

Revisão do Relatório:

Christina Fischer – Analista Ambiental do IPAAM

Divulgação & Produção de Mídias:

José Soares Narbaes Junior - Assessor da Assessoria de Comunicação – ASSCOM/IPAAM
Kézia Pinto Ferreira - Assessora da ASSCOM/IPAAM
Sephora de Mendonça Melo – Chefe da ASSCOM/IPAAM

Ficha Catalográfica

AMAZONAS, Governo do Estado do.

R375c Relatório Técnico do Seminário sobre Áreas Reconhecidas Internacionalmente para Conservação da Biodiversidade no Estado do Amazonas. Manaus: IPAAM/UNESCO/WCS, 2024.
94 f.: il. color; 31 cm.

1. Amazônia. 2. Áreas Protegidas. 3. Áreas com Reconhecimento Internacional. 4. Conservação. 5. Biodiversidade. I. Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM. II. Representação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO no Brasil. III. Associação Conservação da Vida Silvestre - WCS Brasil. IV. Título.



SUMÁRIO

Lista de Figuras	05
Lista de Quadros	06
Lista de Siglas	07
1. Contextualização	11
2. Resultados	
2.1. Abertura do Seminário	13
Parte I – Conhecendo as Áreas com Reconhecimento da Importância Internacional para a Conservação da Biodiversidade existentes no Estado do Amazonas	
2.2. O papel do Ministério do Meio Ambiente – MMA na Gestão de Áreas com Reconhecimento de sua Importância Internacional para Conservação da Biodiversidade	16
2.3. Reservas da Biosfera e Sítio Mundial do Patrimônio Natural da Humanidade na Amazônia	23
2.4. O papel da Sociedade Civil na implementação e gestão de Reservas da Biosfera	32
2.5. Sítios Ramsar – Zonas Úmidas de Importância Internacional no Estado do Amazonas	39
2.6. Áreas Importantes para a Conservação das Aves e Biodiversidade – IBAs no Estado do Amazonas	42
2.7. Proposta de Reconhecimento do Geoparque Cachoeiras do Amazonas	46
2.8. Perguntas e Respostas do Painel I	49
Parte II – Fortalecimento da gestão das Áreas Internacionais no Estado do Amazonas: Sobreposições e sinergias entre Áreas com Reconhecimento da Importância Internacional para a Conservação da Biodiversidade no Brasil	
2.9. Estudo de caso da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – RBMA no âmbito do Projeto Áreas de Multi-Designação Internacional - MIDAs da UNESCO	54
2.10. Integração do Mosaico de Unidades de Conservação do Baixo Rio Negro com as Áreas de Importância Internacional	63
2.11. Abrindo caminhos: Divulgando a proposta de um Plano de Ação para a Geodiversidade de Presidente Figueiredo (AM)	68
3. Grupos de Trabalho	
3.1. Grupo 01 – Comunicação e Divulgação	73
3.2. Grupo 02 – Financiamento	78
3.3. Grupo 03 – Governança	82
4. Considerações Finais	90

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Áreas Reconhecidas Internacionalmente para Conservação da Biodiversidade no Estado do Amazonas	12
Figura 02	Autoridades da Mesa de Abertura do Seminário	13
Figura 03	Palestrante Carlos Eduardo Marinello	16
Figura 04	Palestrantes da Unesco Brasil	23
Figura 05	Localização da Reserva da Biosfera e do Sítio Mundial do Patrimônio Natural da UNESCO no Estado do Amazonas	24
Figura 06	Palestrantes do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica	32
Figura 07	Palestrante Guillermo Moisés Bendezú Estupinan	39
Figura 08	Sítios Ramsar de Áreas Úmidas no Estado do Amazonas	40
Figura 09	Palestrante Edson Ribeiro Luiz	42
Figura 10	IBA's – Áreas para Conservação de Aves no Estado do Amazonas	43
Figura 11	Palestrante Luiz Augusto Schwade	47
Figura 12	Geoparque Cachoeiras do Amazonas	48
Figura 13	Sessão de Perguntas ao Palestrantes do Painel I	49
Figura 14	Palestrante Clayton Ferreira Lino	54
Figura 15	Palestrante Marco Antônio Vaz de Lima	63
Figura 16	Sistema de Gerenciamento do Mosaico do Baixo Rio Negro	65
Figura 17	Palestrante Hueliton da Silveira Ferreira	66
Figura 18	Palestrante Raimundo Humberto Cavalcante Lima	68
Figura 19	Discussões realizadas no Grupo de Trabalho 01	73
Figura 20	Propostas do Grupo de Trabalho 01	74
Figura 21	Expositor do Grupo de Trabalho 01 - Leonardo Victor Kataki Fonseca	75
Figura 22	Discussões realizadas no Grupo de Trabalho 02	78
Figura 23	Propostas do Grupo de Trabalho 02	79



Figura 24	Expositor do Grupo de Trabalho 02 - Guillermo Moisés Bendezú Estupinan	80
Figura 25	Discussões realizadas no Grupo de Trabalho 03	82
Figura 26	Propostas do Grupo de Trabalho 02	83
Figura 27	Sugestão do GT 03 para o Comitê e/ou Conselho de Governança Central	84
Figura 28	Expositor do Grupo de Trabalho 02 - Miquéias Santos de Souza	85
Figura 29	Considerações Finais sobre o Seminário	90
Figura 30	Público da reta final do Seminário	92
Figura 31	Público do Painel I do Seminário	93
Figura 32	<i>Coffee Break</i>	93
Figura 33	Organizadores, Palestrantes e Convidados 1	93
Figura 34	Organizadores, Palestrantes e Convidados 2	93

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Objetivos das reservas da biosfera	26
Quadro 02	Características das Principais IBAs do Amazonas	44

LISTA DE SIGLAS

ABMGeo	Associação Brasileira de Mulheres nas Geociências
ACS Rio Negro	Associação das Comunidades Sustentáveis da Reserva Rio Negro
AFR	África
AMAZONASTUR	Empresa Estadual de Turismo do Amazonas
AMORU	Associação dos Moradores do Rio Unini
APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de Preservação Permanente
ARB	Estados Árabes
ARPA	Programa Áreas Protegidas da Amazônia
ASL	Paisagens Sustentáveis da Amazônia
ASPAC	Ásia e Pacífico
ASSCOM/IPAAM	Assessoria de Comunicação do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas
ATAs	Agentes Temporários Ambientais
CAPDA	Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia
CCA	Corredor Central da Amazônia
CCAC	Complexo de Conservação da Amazônia Central
CDB	Convenção sobre Diversidade Biológica
CDRU	Concessão de Direito Real de Uso
CERBAC	Conselho Estadual da Reserva da Biosfera da Amazônia Central
CETAM	Centro de Educação Tecnológica do Amazonas
CGC	Conselho e/ou Comitê de Governança Central
CMAAP/IPAAM	Centro de Monitoramento Ambiental e Áreas Protegidas do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas
CNRBMA	Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
CNS	Conselho Nacional das Populações Extrativistas
CNZU	Comitê Nacional das Zonas Úmidas
COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos
CPR	Cédula de Produto Rural
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
DT/IPAAM	Diretoria Técnica do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas
EU-NA	Europa e América do Norte
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FOIRN	Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro
FOPEC	Fórum Permanente em Defesa das Comunidades Ribeirinhas de Manaus
FVA	Fundação Vitória Amazônica
GCA	Geoparque Cachoeiras do Amazonas
GEF	Fundo Global para o Meio Ambiente
GIZ	Agência Alemã de Cooperação Internacional
IBA	Áreas Importantes para a Conservação das Aves e Biodiversidade
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDAM	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas
IDAs	Áreas de Reconhecimento Internacional
IDEMA-RN	Instituto de Desenvolvimento e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte
IDESAM	Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
IPAAM	Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas
IPÊ	Instituto de Pesquisas Ecológicas
ISS	Imposto Sobre Serviços
LAC	América Latina e Caribe
LIGs	Sítios de Interesse Geológicos
LVMH	<i>Moët Hennessy Louis Vuitton</i>



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

MAPBIOMAS	Projeto de Mapeamento Anual do Uso e Cobertura da Terra no Brasil
MBRN	Mosaico de Unidades de Conservação do Baixo Rio Negro
MIDAs	Áreas de Multi-Designação Internacional
MMA	Ministério do Meio Ambiente e Mudanças do Clima
NEA/IPAAM	Núcleo de Educação Ambiental do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas
NGI/ICMBio	Núcleo de Gestão Integrada do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMEC	Outras Medidas Efetivas de Conservação Baseadas em Área
ONG	Organização Não Governamental
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAG	Plano de Ação da Geodiversidade
PARBAC	Plano de Ação da Reserva da Biosfera da Amazônia Central
PAREST	Parque Estadual
PARNA	Parque Nacional
PCE	Projeto Corredores Ecológico
Programa MAB	Programa <i>Man and Biosphere</i> – O Homem e a Biosfera
RB	Reserva da Biosfera
RBAC	Reserva da Biosfera da Amazônia Central
RBMA	Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
RBRB	Rede Brasileira de Reservas da Biosfera
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RESEX	Reserva Extrativista
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SAVE Brasil	Sociedade para a Conservação das Aves do Brasil
SBio/MMA	Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos dos Animais do Ministério do Meio Ambiente e Mudanças do Clima
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECT-AM	Secretaria de Estado de Cidades e Territórios do Amazonas



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

SEDECTI	Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação do Amazonas
SEMA-AM	Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas
SEMA-CE	Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Ceará
SEMMASclima	Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Sustentabilidade e Mudanças Climáticas
SGB	Serviço Geológico do Brasil
Sítios Ramsar	Sítios Ramsar de Zonas Úmidas de Importância Internacional
SMPNH	Sítio Mundial do Patrimônio Natural da Humanidade
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TI	Terra Indígena
TMJ	Fórum Território Médio Juruá
TUC	Território de Uso Comum
UC	Unidade de Conservação
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UGPADEAM	Secretaria de Estado da Unidade de Gerenciamento do Programa de Aceleração do Desenvolvimento da Educação do Amazonas –
UMINHO	Universidade do Ninho
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNFCCC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
USP	Universidade de São Paulo
WCS	Associação Conservação da Vida Silvestre

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

O Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM, Autarquia criada pela Lei Estadual n.º 2.367/1995, de 14/12/1995, e estruturada pelo Decreto Estadual nº. 17.033/1996, de 11/03/1996, vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas – SEMA, é o Órgão Executor da Política de Meio Ambiente do Estado do Amazonas. Para cumprimento com eficiência de seu papel na sociedade, o IPAAM tem viabilizado medidas estratégicas na implementação de suas competências Autárquicas de Comando e Controle Ambiental, englobando o licenciamento, monitoramento, educação e fiscalização ambiental.

Seguindo essa premissa, o IPAAM tem envidado esforços para propiciar meios que garantam celeridade e dinamização das agendas de Controle, Gestão e Educação Ambiental. Dessa forma, o IPAAM, buscando o atendimento das diversas demandas oriundas dessas agendas robustas, tem priorizado o alinhamento de parcerias para fortalecer e consolidar o licenciamento ambiental e conservação da biodiversidade.

Nesse contexto, com o propósito de comemorar o “Junho Ambiental” e, especialmente, o Dia Mundial do Meio Ambiente (05 de Junho), o IPAAM definiu como tema “as Áreas Reconhecidas Internacionalmente para Conservação da Biodiversidade no Estado do Amazonas”, articulando parcerias com Organizações estratégicas que efetivamente contribuem para a Conservação da Biodiversidade no Estado do Amazonas, sendo elas: a Representação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO no Brasil e a Associação Conservação da Vida Silvestre - WCS Brasil.

Dessa forma, foi idealizada a realização do Seminário sobre Áreas Reconhecidas Internacionalmente para Conservação da Biodiversidade no Estado do Amazonas em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente no dia 05 de Junho de 2024. Esse Seminário ocorreu no Auditório do Centro de Monitoramento Ambiental e Áreas Protegidas do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – CMAAP/IPAAM, sendo coordenado pelo IPAAM e a Representação da UNESCO no Brasil, com apoio da WCS Brasil.

Buscando uma imersão sobre o tema, o Seminário promoveu a discussão e a divulgação das iniciativas e modelos de gestão das Áreas com Reconhecimento da Importância Internacional para a Conservação da Biodiversidade existentes no Estado do Amazonas e sua relevância para a gestão territorial e ambiental.

A escolha do tema do Seminário se deu em razão da expressiva representatividade dessas áreas no Estado do Amazonas (Fig. 01), que já somam o montante de 19 (dezenove) áreas reconhecidas internacionalmente, sendo: 01 (uma) Reserva da Biosfera (a Reserva da Biosfera da Amazônia Central – RBAC); 01 (um) Sítio Mundial do Patrimônio Natural da Humanidade - SMPNH (o “Complexo de Conservação da Amazônia Central - CCAC”); 04

(quatro) Sítios Ramsar de Zonas Úmidas de Importância Internacional; e, 13 (treze) Áreas Importantes para a Conservação das Aves - IBAs. Além disso, há uma proposta embrionária para reconhecimento do Geoparque Cachoeiras do Amazonas - GCA na Rede Mundial de Geoparques.

ÁREAS RECONHECIDAS INTERNACIONALMENTE PARA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE NO ESTADO DO AMAZONAS

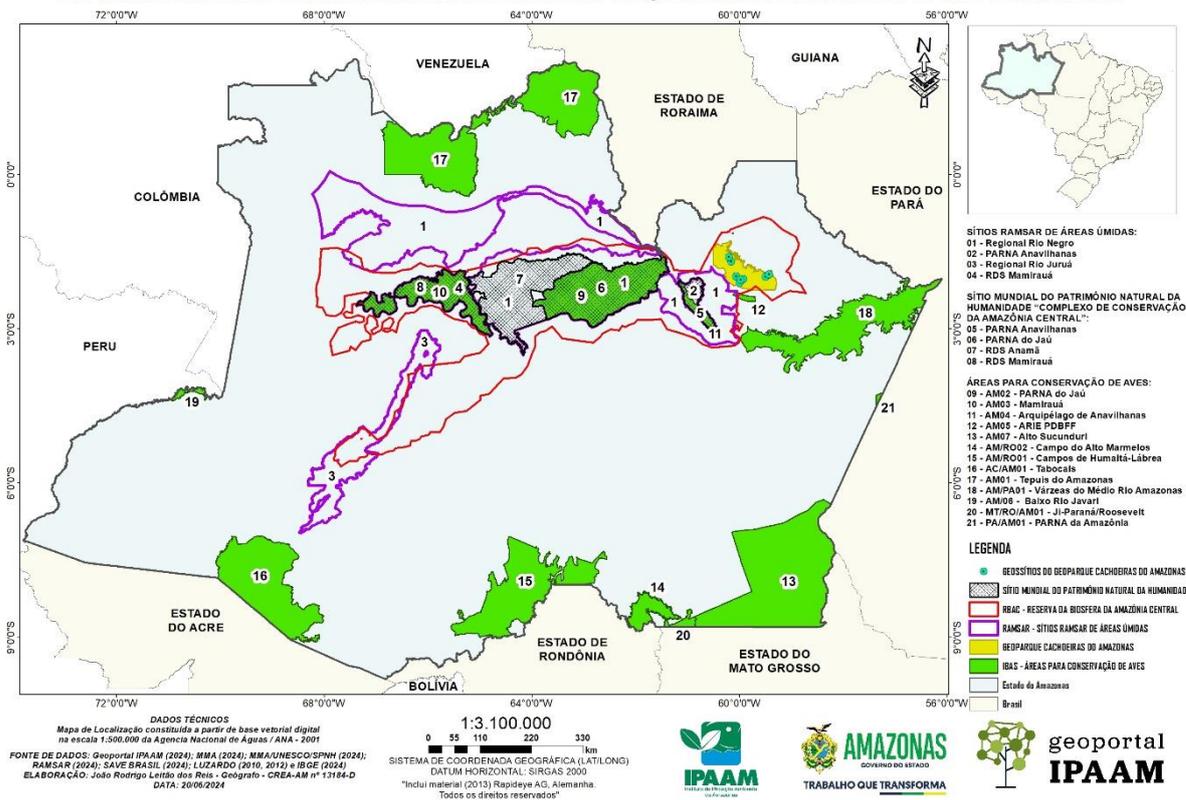


Figura 01 – Áreas Reconhecidas Internacionalmente para Conservação da Biodiversidade no Estado do Amazonas. Fonte: IPAAM (2024)

O Seminário foi dividido em duas etapas. A primeira etapa ocorreu pela manhã, dedicando-se a “*Conhecer as Áreas com Reconhecimento da Importância Internacional para a Conservação da Biodiversidade existentes no Estado do Amazonas*”. Para tanto, palestras por Gestores, Profissionais e Especialistas atuantes nas áreas reconhecidas internacionalmente para conservação da biodiversidade foram realizadas, permitindo que sua divulgação e o entendimento de sua contribuição para a proteção, monitoramento e controle ambiental.

Na segunda etapa do Seminário, que aconteceu pela tarde, foram realizadas abordagens sobre o *“Fortalecimento da gestão das Áreas Internacionais no Estado do Amazonas: Sobreposições e sinergias entre Áreas com Reconhecimento da Importância Internacional para a Conservação da Biodiversidade no Brasil”*, com a apresentação de experiências na gestão de reservas da biosfera, mosaicos de áreas protegidas amazônicas e estudos de geoconservação. O Evento encerrou com as discussões temáticas em três Grupos de Trabalho (Comunicação e Divulgação; Financiamento; e, Governança), trazendo recomendações e propostas para a proteção, monitoramento e controle ambiental dessas áreas, bem como o fortalecimento de sua gestão.

A metodologia utilizada para elaboração deste relatório foi qualitativa, com a descrição dos conteúdos das palestras e transcrição dos áudios dos vídeos gravados durante o evento. Esses vídeos registraram as falas e discursos das autoridades, palestrantes e demais participantes do Seminário. Também foram utilizadas as anotações escritas manualmente pelo relator durante o evento, assim como, os resultados dos 03 (três) Grupos de Trabalho. Salienta-se que os instrumentos de moderação (painel fixador, targetas, maleta com kit de consumo, alfinetes e porta alfinete) utilizados nos Grupos de Trabalho foram cedidos pela Agência Alemã de Cooperação Internacional – GIZ.

2. RESULTADOS

2.1. Abertura do Seminário

Na abertura do Seminário sobre Áreas Reconhecidas Internacionalmente para Conservação da Biodiversidade no Estado do Amazonas foram realizadas as seguintes falas pelas Autoridades (Fig. 02):



Rosa Mariette Geissler – Diretora Técnica do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – DT/IPAAM



Cristiano Gonçalves – Gerente da Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS Uatumã da Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA



Guillermo Moisés Bendezú Estupinan – Especialista em Recursos Pesqueiros da WCS Brasil

Márcio Bentes Lima - Secretário de Estado da Unidade de Gerenciamento do Programa de Aceleração do Desenvolvimento da Educação do Amazonas – UGPADEAM



Ana Catarina Luz – Oficial Associada de Projetos da Secretaria do Programa “Homem e a Biosfera” da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO

Figura 02 – Autoridades da Mesa de Abertura do Seminário. Fonte: IPAAM (2024)

- Sra. Rosa Mariette Geissler – Diretora Técnica do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – DT/IPAAM, neste ato representando o Diretor-Presidente do IPAAM, Sr. Juliano Marcos Valente de Souza: “Bom dia a todos. Sejam muito bem-vindos ao IPAAM. O IPAAM recebe a todos de braços abertos. Esse Seminário comemora o Dia Mundial do Meio Ambiente. Para nós, IPAAM, enquanto Órgão de Meio Ambiente do Estado do Amazonas traz a oportunidade de buscar parcerias e melhorar nosso trabalho com o conhecimento adquirido. Que seja um evento muito produtivo. Muito obrigada!”;

- Sr. Cristiano Gonçalves – Gerente da Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS Uatumã da Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA, neste ato representando o Secretário de Estado da SEMA, Sr. Eduardo Costa Taveira: “As questões socioambientais necessitam de maior discussão e entendimento junto a sociedade, a gestão de unidades de conservação, formar parcerias é essencial para a efetividade dessas áreas. Discutir as questões



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

socioambientais é essencial e esse seminário oferece a oportunidade de conhecer essas áreas que fortalecem a gestão das unidades de conservação. Um bom evento para todos”;

- Sr. Guillermo Moisés Bendezú Estupinan – Especialista em Recursos Pesqueiros da WCS Brasil: “A WCS se sente agradecida por fazer parte desse evento, sendo uma oportunidade expressiva para se discutir as áreas de reconhecimento internacional e sua relevância para fortalecer as medidas de conservação. A WCS tem atuado em conservação da biodiversidade envolvendo vários atores e instituições, atuando na Amazônia e no Amazonas, e também fora da região, trazendo experiências e colaborando com os trabalhos que vem acontecendo nessas regiões. Muito obrigado!”;

- Sra. Ana Catarina Luz – Oficial Associada de Projetos da Secretaria do Programa “Homem e a Biosfera” da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO: “Em nome da UNESCO quero agradecer a organização pelo convite para participarmos neste evento. É uma oportunidade para apresentarmos as reservas da biosfera, o trabalho que estamos a fazer dentro do Projeto Amazônia. Quero agradecer também a Kaline Rossi e ao Miquéias Santos de Souza por todo o trabalho que tem feito desde a reserva e com todos os atores, e também com todas as instituições e todos atores que fazem parte, que nos ajudam com esse projeto, em especial a SEMA, que tem nos apoiado muito, espero que seja uma oportunidade para poder trocar conhecimentos e experiências, que podemos trabalhar neste Dia do Meio Ambiente”;

- Sr. Márcio Bentes Lima - Secretário de Estado da Unidade de Gerenciamento do Programa de Aceleração do Desenvolvimento da Educação do Amazonas – UGPADEAM: “É uma alegria estar com todos aqui neste momento. Estamos revendo vários colegas de trabalho que já interagimos de alguma forma, sendo no âmbito do Estado, no âmbito municipal e em outras agendas que já compartilhamos. Obrigado pelo convite, obrigado pela iniciativa de fazer este evento. No dia, no meio ambiente, é um dia de realmente estratégico para pararmos, se encontrar e rediscutir. Temos muita coisa acontecendo no âmbito local, no âmbito regional e no âmbito nacional. Temos que se entender. Este evento, inclusive, nessas estratégias de adoção de novas áreas protegidas, não apenas no contexto das unidades de conservação, mas também da legalidade que existe por trás. Um excelente evento para todos”.

Parte I – Conhecendo as Áreas com Reconhecimento da Importância Internacional para a Conservação da Biodiversidade existentes no Estado do Amazonas

2.2. O papel do Ministério do Meio Ambiente – MMA na Gestão de Áreas com Reconhecimento de sua Importância Internacional para Conservação da Biodiversidade

Carlos Eduardo Marinello (Fig. 03):



Figura 03 – Palestrante Carlos Eduardo Marinello. Fonte: IPAAM (2024)

“Eu sou o Carlos Eduardo Marinello, chamado de Caê, trabalho no gabinete da Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima – SBIO/MMA, e aqui a gente é responsável pelo suporte às questões que envolvem a governança e a gestão estratégica da Secretaria. Bom, primeiramente, agradecer em nome do João Rodrigo Leitão dos Reis, o convite para essa participação, agradecer também ao Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas – SEMA-AM, pelo convite para a gente estar compartilhando das visões do Governo Federal e das nossas experiências com relação a esse tema, que para a gente é bastante importante, porque, nesse momento, o Ministério do Meio Ambiente tem projetos e ações acontecendo em regiões do estado do Amazonas, onde a gente tem esse reconhecimento de categorias internacionais, de reconhecimento da importância, da

relevância da conservação da biodiversidade ou dos processos socioambientais nessas áreas.

Bom, acho que naquilo que é o trabalho do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima – MMA na elaboração, desenvolvimento, aprimoramento e contínua avaliação das políticas públicas, no que tem a ver com essas áreas com reconhecimento internacional sobre o valor da biodiversidade, talvez o principal destaque para a gente trazer nesse momento é o Programa Conecta. O Programa Conecta é o Programa Nacional de Conectividade de Paisagens. Esse programa foi instituído através de uma portaria no ano de 2018. A partir desse momento, quando acontece um desdobramento desse programa em um Plano de Ação, para que ele venha acontecer na prática. Contudo no novo governo, a partir 2019 ele foi engavetado. Então, esse programa não chegou a ser colocado em prática no território nacional. Esse programa é bastante interessante. Ao iniciarmos a gestão no MMA no ano passado, a Secretária Rita Mesquita e eu encontramos esse programa, e vimos que ele traz uma reflexão, um espelhamento muito interessante daquilo que a gente acredita que seria importante de ser desenvolvido no que é a concepção de se trabalhar o fortalecimento da governança dos territórios a partir de uma perspectiva de gestão integrada de paisagem.

Ou seja, entendendo que, no século XXI, as nossas paisagens são uma composição mista entre áreas protegidas, áreas conservadas, áreas com produção ordenada e sustentável, as áreas sede dos municípios e assim por diante, em suas diferentes formas de dominialidade fundiária e gestão. As áreas públicas, as privadas, aquelas que são ocupadas de maneira comunitária ou coletiva, com as diferentes formas de uso, o uso voltado para comercialização em escala empresarial, aquela voltada para comercialização na escala local, o uso dos recursos na perspectiva de subsistência e assim por diante. Ou seja, aquela ideia de uma paisagem composta por um conjunto de formas de uso e ocupação desse território que nos deu uma perspectiva de sustentabilidade e de futuro, sempre conciliando conservação, questões sociais, questões econômicas, questões culturais e questões das políticas e da presença do Estado nessas regiões.

E quando a gente fala do diálogo entre tudo isso e as áreas com reconhecimento internacional, isso torna-se bastante relevante, porque nessas diferentes formas de reconhecimento internacional, elas não têm os mesmos objetivos. Eu vou pegar alguns casos que são a realidade no Estado do Amazonas para exemplificar, Sítio Ramsar, por exemplo, para pegar os casos do Rio Negro e Rio Juruá. Há outros.

Estamos falando de áreas que têm um regime de reconhecimento do seu valor muito voltado à questão do papel dessas áreas inundáveis, dessas áreas úmidas, no



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

funcionamento dos ecossistemas e da relação das pessoas intrínseca com esses ambientes, que é uma coisa diferente, por exemplo, de uma reserva de biosfera, onde você tem a preocupação com essa questão das diferentes formas de uso e ocupação sustentável do território, mas você tem ali uma ênfase muito forte na questão social, na presença das pessoas, nos modos de vida e assim por diante. Numa coisa como, por exemplo, o Sítio do Patrimônio Natural da Humanidade, que já tem uma perspectiva de reconhecimento da importância de sítios, sejam eles às vezes geológicos, às vezes arqueológicos, às vezes pela questão da biodiversidade e assim por diante.

Temos no estado do Amazonas regiões onde há uma sobreposição entre esses diferentes tipos de reconhecimento. E o que a gente se depara muito com pessoas que são dos próprios territórios nos perguntando assim: “ok, e nós que estamos aqui, que somos os agentes de conservação ou de manutenção desses serviços ecossistêmicos, qual é a diferença? O que é melhor? E se tudo isso é bom e nos traz algum tipo de oportunidade, quando a gente tem mais de um desses numa sobreposição, para que isso serve? No que isso nos ajuda? O que é o diferencial?”

Então, temos visto essa situação, que ela não é exclusiva do estado do Amazonas, ela acontece também nos demais estados, em vários outros estados do País, entre outros pela questão de que as reservas da biosfera, por exemplo, são enormes, os sítios RANSAR são enormes, nós estamos falando de Brasil, então, as dimensões do que é a delimitação dessas áreas sempre são áreas muito grandes, muitas vezes do tamanho e até maior que muitos países, estão esparramadas pelo território nacional todo.

Ou seja, isso sinaliza que é importante que o governo federal, em alguma medida, faça um olhar atento para essa questão para ver qual a melhor maneira de fazer a gestão, ou seja, de colocar em andamento ou dar as condições necessárias para as ações que vão acontecer nesses territórios e, antes disso, para os mecanismos de governança dessas áreas.

Dessa forma, aqueles espaços onde você tem uma participação que deve ser democrática acontecendo de uma maneira que esse espaço, essa instância, seja mais do que um lugar onde as diferentes representações possam estar participando e acompanhando o que acontece, mas que esses espaços de governança realmente permitam um real engajamento e que aquilo que é discutido tenha um acompanhamento com relação ao seu desdobramento. Porque nós já não falamos mais só em participação ou, antes disso, em processo de inclusão social quando a gente está falando de governança e gestão democrática. Falamos para além disso, especialmente, em quais vão ser os efeitos das decisões que foram tomadas nesses



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

espaços para que você possa, o tempo todo, estar reavaliando quais são as medidas prioritárias, com base, inclusive, nas decisões que já foram tomadas anteriormente.

Então, se você não tem um sistema de gestão, um sistema de governança estruturado que te permita esse tipo de coisa, você está sempre adotando um modelo de tomada de decisão nesses espaços de governança territorial que refletem nas ações de gestão que vão ser colocadas em prática, de certa forma errático ou baseado no modelo de tentativa e erro, quando, na verdade, você tem vários outros modelos que aumentam um pouco a sua condição de previsibilidade e, portanto, diminuem a chance de erro daquilo que seria a medida de gestão mais adequada, porque você está tomando essa decisão com base em evidências, com base em outras decisões que você tomou antes e que são fundamentais de serem observadas para dar os próximos passos. Porém, mais do que isso, se esses reconhecimentos com base em delimitações geográficas acontecem e se cada um deles tem o seu espaço de governança, o desafio é como possibilitar, como trabalhar para que esses espaços de governança se comuniquem entre si e para que você tenha um fluxo não só horizontal e, portanto, no território, entre os municípios, numa escala menor entre as comunidades que estão dentro dessas territorialidades, mas também verticalizado. Ou seja, vamos pegar um caso clássico de uma área com várias sobreposições nesse sentido, que é o caso da região do Rio Negro.

Você tem cada uma das unidades de conservação, sejam estaduais, sejam federais, sejam municipais, de uso sustentável e de proteção integral, elas se reúnem no que existe como reconhecimento, no que é o mosaico de áreas protegidas do baixo Rio Negro, o mosaico de áreas protegidas e essas unidades de conservação estão dentro do Sítio do Patrimônio Natural da Humanidade, que, por sua vez, está dentro da Reserva da Biosfera da Amazônia Central - RBAC, que, por sua vez, está dentro do Sítio Ramsar. Então, tem que ter uma vantagem, tem que ter alguma coisa diferenciada. O país tem uma região gigantesca que tem uma sobreposição de reconhecimentos que nada mais são do que um indicativo dos diferentes tipos de importância, de relevância que essa área tem e, portanto, dos cuidados, da atenção especial que ela deve receber.

Então, nesse momento, e no que foi o pedido de que essa nossa participação, essa fala, ela tivesse essa finalidade de fazer uma abertura geral e uma perspectiva que vai para além do Amazonas, para daí remeter à realidade do Estado com relação a esse tema, nesse momento a gente tem um projeto que está acontecendo no Estado do Amazonas, que é o Paisagens Sustentáveis da Amazônia, conhecida pela sigla ASL. Esse projeto começou, de fato, em 2017, na sua fase 1. A gente iniciou, ano passado, a fase 2. A fase 1 teve um foco em unidades de conservação – em se tratando do tema

que a gente está discutindo aqui hoje – unidades de conservação do programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA.

Então, já foi um recurso que veio diretamente para contribuir com o programa. Na sua fase 2, esse projeto, que é o ASL, tem como objetivo desenvolver essa perspectiva de governança e gestão integrada em territórios mais amplos, que são reconhecidos como territórios de gestão ou áreas de gestão integrada. Então, vamos ter nesse momento a perspectiva, a oportunidade de, com base nesse projeto, trabalhar para seguirmos em direção a essa busca de um processo de gestão mais integrado que tenha como origem um mecanismo e uma estrutura de governança mais organizada, que dialogue tanto horizontalmente, ao longo do território, como verticalmente entre esses níveis e recortes geográficos daquilo que se apresenta nesse território e, antes disso, naquilo que é colocar uma política pública nacional de extrema importância para acontecer.

Não é incomum as pessoas terem uma leitura de que alguns projetos podem surgir com base em visões e interpretações de realidades mais específicas ou mais locais. No caso dos projetos que são apoiados pelo Fundo Global para o Meio Ambiente - GEF, estamos falando de projetos que nascem do apoio ao cumprimento dos países que são signatários das convenções internacionais. E o projeto ASL é um deles. Então, para que o Brasil cumpra com seus compromissos internacionais relacionados a essas áreas, internacionalmente reconhecidas pela sua biodiversidade, ele faz isso a partir de políticas públicas.

E o Programa Conecta é o mecanismo para colocar em prática um projeto como o ASL, que visa, entre outras coisas, nessa fase 2, nessa região do estado do Amazonas, contribuir para esse processo de fortalecimento da governança e gestão integrada da paisagem, com uma atenção especial a esses diferentes tipos de reconhecimento.

Eu acho que, de maneira geral, era mais ou menos isso, João, o primeiro movimento de contextualização, do que agora, nas próximas falas, ganho mais direcionamento e exemplos mais claros. Eu agradeço a oportunidade e fico à disposição!”

João Rodrigo Leitão dos Reis: “Perfeito, Senhor Secretário. Aqui, a Diretora Técnica autorizou realização de uma sessão de perguntas, aproveitando o prestígio de sua presença nesse seminário”.

Antônio Luiz Menezes de Andrade: “Caê, essa pergunta é bem direta e é um dilema. Você sabe que fiquei bastante tempo lidando com a gestão de áreas protegidas na Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas - SEMA. E, de fato, essas sobreposições

de reconhecimentos no território, às vezes, a população que está lá tem dificuldade de entender. Nós chegávamos, por exemplo, aqui, nas áreas de conservação do Rio Negro, tínhamos uma agenda enquanto áreas protegidas, independente da categoria. Aí, às vezes, uma vez por ano, vem uma agenda da reserva da biosfera, depois vem outra agenda. Eu percebia que eles não entendiam muito bem essa diversidade de programas da gestão pública no mesmo território. Até que ponto poderíamos integrar mais esses programas que se sobrepõem nesses territórios para que os moradores dessas áreas protegidas possam entender a importância desses programas diversos que ocorrem dentro do seu território. São vários programas. Por exemplo, em algumas unidades de conservação, tem três, quatro programas que atuam no território, além da própria categoria da unidade de conservação, e os comunitários, às vezes, se sentem, no meu entendimento, perdidos. A minha percepção naquele momento era um pouco essa.”

André Machado: “Caê, meu nome é André Machado, sou aluno da UFAM de Gestão Ambiental de um curso recente que está em 25 municípios dentro do Amazonas. Parabêniso a sua fala, e o que achei interessante do que você falou, do projeto Conecta, porque você falou da paisagem, e a paisagem é um serviço ambiental, conforme a alteração da lei, o serviço é ecossistêmico e o serviço cultural é paisagem. E aí venho só colocar uma centelha aqui, porque, recentemente, alteramos a lei da cédula de produto rural. Isso foi com a Lei 14.421, no ano de 2022. Então, agora, serviço ambiental é um serviço agrícola, é um produto agrícola do qual você pode emitir uma Cédula de Produto Rural - CPR, da mesma forma que você faz para financiar a soja e o milho. Então, dessa forma, olhando o seu projeto Conecta, Paisagem, e a ideia de que a floresta virou uma água, porque é serviço ambiental, é água, entendo que, através de uma CPR, as pessoas que estão na posse dentro dessa área podem prestar um serviço, que seria, por exemplo, de paisagem, financiado através de uma CPR emitida pelo polo industrial ou quem queira financiar. Nós, da UFAM, 588 gestores ambientais alunos, estamos aí para colaborar com todos vocês.”

Carlos Eduardo Marinello: “Eu vou começar pela pergunta e comentário do André Machado. Na verdade, o Conecta é um programa, não é um projeto. Ele se capilariza, ele acontece na prática, ele aterrissa nos territórios a partir de projetos, como a ASL e outros, e não só a partir de projetos do governo federal, mas é um programa. Eu vou te pedir desculpas, eu não conheço essa questão do CPR, a Lei Federal n.º 8.929/1994. Eu acho que até entendo quando você diz que, e aí abre parênteses, palavras minhas, a depender de como é a produção rural, ela também pode ser uma forma de prestação de serviços ambientais, mas eu não entendo que amplo senso, todas as vezes que a gente fala sobre produção rural, a gente está falando sobre produção florestal ou alguma coisa desse tipo. Não é essa leitura que o MMA tem sobre essa matéria. Sobre a pergunta do Antônio Luiz Menezes de Andrade, eu acho que tem duas perspectivas importantes da gente considerar no que você colocou. Eu acho que uma tem a ver com a perspectiva mais política, e aí eu falo sobre integração de políticas



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

públicas entre as diferentes esferas, a federal, a estadual e a municipal, e isso é essencial. Eu acho que não, achar não adianta muita coisa. A leitura que nós, dentro da SBio/MMA, temos é de que não tem mais como adiar a importância e a priorização de que seja feito um trabalho muito forte de integração entre as políticas nessas três esferas de governo para que as coisas ganhem sentido. Não é nada incomum os gestores municipais não terem conhecimento das políticas estaduais, os estaduais não terem conhecimento das federais, e de cima para baixo a mesma coisa. Então, como fazer isso? Isso gera uma série de conflitos e de desencontros com relação as diretrizes importantes, nisso que devemos está discutindo, que são mecanismos de sustentabilidade. Não é à toa que a gente tem situações em que você tem crédito à vontade para uma produção que não é com base em sustentabilidade, e, quando você olha para o outro lado, que o número de pessoas, o número de produtores é um número muito maior da população brasileira, e não estou falando de concentração de renda, estou falando o contrário, um público falando dos pequenos agricultores familiares e dos extrativistas, por exemplo, que têm um acesso a crédito para produção e comercialização bem menor do que outros grupos que fazem outro tipo de produção. E atenção, não estou dizendo que quem produz grande em escala empresarial ou monocultura, todo mundo está produzindo errado, não é isso que estou dizendo. Estou dizendo só que existe um descompasso entre as oportunidades de crédito nessa linha. E, no meu entendimento, isso tem muito a ver também com o descompasso entre as políticas, porque o que acontece muito naquilo que é ofertado de serviço são coisas que, em parte importante, dialogam ou deveriam dialogar com as políticas. Mas, como não existe essa integração, então, quer dizer, um determinado setor tem um determinado tipo de incentivo, que é uma prática nacional, mas que não aterrissa no contexto de uma determinada região, porque ali naquela região você produz ou tem um tipo de atividade que é diferente e não tem essa relação, não tem a capilarização dessa oportunidade de incentivo. A gente acredita que, à medida que as políticas das diferentes esferas dialoguem mais, isso melhora. Estamos falando aqui de produção, mas podemos falar sobre isso nos diferentes assuntos que estamos tratando. Esse é o primeiro ponto, a integração das políticas. O segundo, tem a ver com mecanismos operacionais mesmo. Isso tem a ver com estratégia de aterrissagem de projetos. Então, por exemplo, para você chegar em um ponto em que essas comunidades que você trouxe como exemplo estejam envolvidas e engajadas, antes disso você precisa fazer um processo de mobilização. Você só vai fazer o processo de mobilização se você tiver as organizações desses territórios ou que atuam nos temas de interesse desses territórios, se elas estiverem articuladas. Você só vai ter essa articulação se essas organizações estiverem minimamente alinhadas com relação à sua visão e perspectiva sobre esse território. E, para você fazer isso, você precisa se aproximar. Dando início a esse projeto ASL Fase 2, o MMA abriu, nesse primeiro movimento, uma articulação entre as organizações, conduzindo reuniões envolvendo Unesco, associações de produtores, Prefeitura, governo de Estado, ONGs, universidade, os diferentes segmentos e setores da sociedade que atuam nas áreas desse projeto. E aí estamos falando especificamente de dois casos. Uma é a região do Rio Negro e o

22/94

www.ipaam.am.gov.br
twitter.com/lpaamAM1
[instagram.com/@ipaamam](https://www.instagram.com/@ipaamam)
[facebook.com/@ipaamAM](https://www.facebook.com/@ipaamAM)

gabinete@ipaam.am.gov.br
Fone: (92) 2123-6721 / 2123-6731
Av. Mario Ypiranga, 3280, Parque Dez
Manaus - AM
CEP: 69050-030



outro é a região do Rio Juruá. Os dois abarcados por políticas de reconhecimento como essas que a gente está abordando aqui.”

João Rodrigo Leitão dos Reis: “Perfeito, Caê. Eu vou chamar aqui a Senhora Diretora Técnica, Rosa Marietti Gesller, para passar uma mensagem para você.”

Rosa Marietti Gesller: “Bom dia, Caê. Em nome do IPAAM, gostaria de agradecer pela excelente palestra e esclarecimento sobre esse tema. E é sempre um prazer ouvi-lo.”

2.3. Reservas da Biosfera e Sítio Mundial do Patrimônio Natural da Humanidade na Amazônia

A palestra foi dividida entre os dois consultores da UNESCO Brasil, Sra. Kaline Rossi e Sr. Miquéias Santos de Souza, vinculados ao Projeto "Conectando as Reservas da Biosfera Amazônicas" - Projeto UNESCO/LVMH (Fig. 04).



a - Kaline Rossi

b - Miquéias Santos de Souza

Figura 04 – Palestrantes da Unesco Brasil. Fonte: IPAAM (2024)

A palestrante Kaline Rossi expôs a importância do evento para divulgar as Reservas da Biosfera – RBs, o Sítio Mundial do Patrimônio Natural da Humanidade e os projetos desenvolvidos pela UNESCO na Amazônia. Explanou sobre o Projeto "Conectando as Reservas da Biosfera Amazônicas" - Projeto UNESCO/LVMH que é resultado de uma parceria entre a UNESCO e a *Moët Hennessy Louis Vuitton* (LVMH) e tem como objetivo criar um modelo integrado de gestão da paisagem que considere as pressões e a necessidade da sustentabilidade em longo prazo das reservas da biosfera (RB) da Amazônia e regiões de entorno. O Projeto é intitulado Projeto "Conectando as Reservas da Biosfera Amazônicas" - Projeto UNESCO/LVMH, visando melhorar a resiliência e reduzir a perda de biodiversidade da grande bacia amazônica e abrange quatro países - Bolívia, Brasil, Equador e

Peru - e envolve oito reservas da biosfera, incluindo Central Amazon, Yasuní, Sumaco, Podocarpus, Bioay Manu, Beni, Pilón Lajas, destacando a importância da cooperação internacional para a conservação da Amazônia, abrangem 30 milhões de hectares, representando 5% da Bacia Amazônica e abrigando 1,3 milhão de pessoas. O Projeto apoia iniciativas locais e a gestão de reservas da biosfera, estabelecendo um exemplo para a governança sustentável da Bacia Amazônica. No Brasil, apoia a implementação do Plano de Ação da Reserva da Biosfera da Amazônia Central – PARBAC com ações de fortalecimento da governança territorial, além do apoio a Cadeias de Valor da Sociobiodiversidade; Riscos, Vulnerabilidade e eventos extremos e Rede de Jovens e Diálogos interculturais.

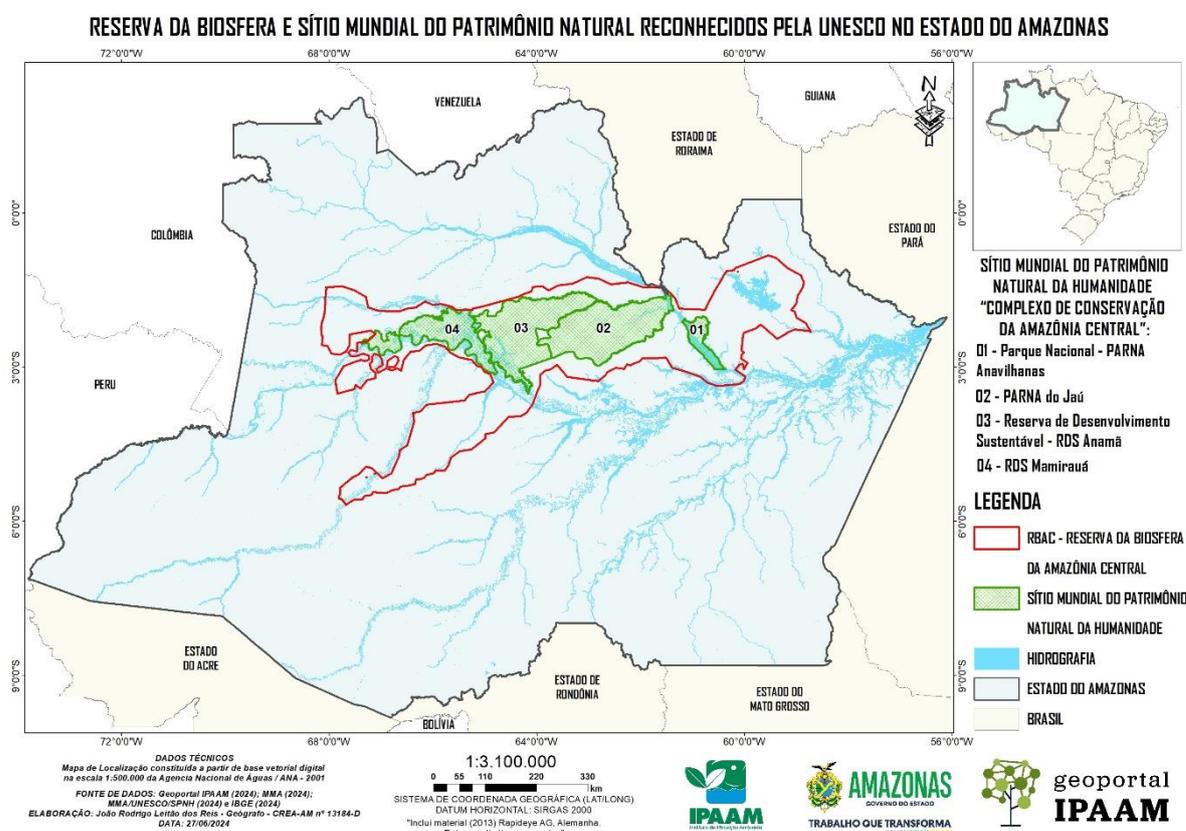


Figura 05 – Localização da Reserva da Biosfera e do Sítio Mundial do Patrimônio Natural da UNESCO no Estado do Amazonas. Fonte: IPAAM (2024)

Nesse contexto, os principais objetivos do Projeto "Conectando as Reservas da Biosfera Amazônicas" - Projeto UNESCO/LVMH são:

a) Redução do Desmatamento e Degradação Florestal: Busca conservar a biodiversidade e os ecossistemas, promovendo meios de vida e desenvolvimento socioeconômico sustentável para as comunidades locais.

b) Fortalecimento da Governança Territorial: Promove a gestão colaborativa e inclusiva das reservas da biosfera, valorizando as práticas de gestão existentes e facilitando a conectividade de paisagens e cadeias produtivas.

c) Capacitação e Educação: Inclui treinamentos para prevenção e controle de incêndios, apoio a cadeias produtivas sustentáveis (como artesanato em fibras e óleos essenciais), e a formação de redes de jovens e diálogos interculturais.

d) Desenvolvimento de Ferramentas de Monitoramento: Implementação de um banco de dados geoespacial e uso do *Google Earth Engine* para a análise e visualização de dados ambientais.

e) Promoção do Diálogo Intercultural: Ações para a capacitação e formação de redes de jovens, além da promoção de diálogos interculturais entre povos indígenas e afrodescendentes.

As ações estratégicas do Projeto compreendem:

a) Governança Territorial: Implementação de centros de gestão em diferentes regiões, como o Centro de Gestão Baixo Rio Negro, Centro de Gestão Tefé, e Centro de Gestão Médio Juruá;

b) Cadeias de Valor da Sociobiodiversidade: Apoio a cadeias produtivas sustentáveis, como o artesanato e a produção de óleos essenciais;

c) Riscos, Vulnerabilidades e Eventos Extremos: Desenvolvimento de ferramentas para monitoramento e análise de dados ambientais; e,

d) Rede de Jovens e Diálogos Interculturais: Formação e capacitação de jovens para promover o desenvolvimento sustentável e o diálogo intercultural.

As Reservas da Biosfera - RBs desempenham um papel primordial na conciliação da conservação e do desenvolvimento sustentável a nível global, regional e localmente (Quadro 01). Elas são territórios do país e do(s) estado(s) onde estão situadas, e não se sobrepõem à legislação nacional ou subnacional. Além disso, as RBs não são unidades de conservação (UC) e não têm exigência de elaboração de planos de manejo.

Quadro 01 – Objetivos das reservas da biosfera

GLOBALMENTE	REGIONALMENTE	LOCALMENTE
<p>Contribuem para atingir as metas dos acordos internacionais (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB, Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima - UNFCCC)</p>	<p>Promovem a troca de experiência e conhecimento entre países diferentes do Bioma Amazônico</p>	<p>Fortalecimento da Governança: As RBs fortalecem a governança local e promovem o diálogo entre diversos atores, incentivando o desenvolvimento sustentável dos territórios</p>
<p>Observatórios de mudanças climáticas e adaptação Espaço de diálogo, conscientização e educação Espaço de inovação em</p>	<p>Centro de Soluções para Desenvolvimento Sustentável: Atuam como centros para promover soluções sustentáveis adaptadas às necessidades regionais.</p>	<p>Políticas públicas Centro de soluções para o desenvolvimento sustentável</p>
<p>Promoção de Troca de Experiências: Facilitam a troca de experiências e conhecimento entre diferentes países do bioma Amazônico.</p>	<p>Planejamento Estratégico Territorial: As RBs estão contempladas na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC mas não são UCs! Elas podem ser consideradas como “unidades territoriais para o planejamento ambiental estratégico”. A Lei do SNUC (Art. 41) define a Reserva da Biosfera como “um modelo, adotado internacionalmente, de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais”</p>	<p>Espaço para Diálogo e Educação: Servem como espaços para diálogo, conscientização e educação ambiental.</p>

Fonte: UNESCO (2024).

O Projeto "Conectando as Reservas da Biosfera Amazônicas" - Projeto UNESCO/LVMH, nesse sentido, é uma iniciativa que visa melhorar a resiliência e reduzir a perda de biodiversidade na bacia amazônica. O projeto se concentra nas Reservas da Biosfera, áreas designadas pela UNESCO para promover o desenvolvimento sustentável e a conservação. Destaca-se ainda o papel crucial dessas reservas na proteção da biodiversidade, promoção do desenvolvimento socioeconômico e enfrentamento de desafios como

desmatamento e mudanças climáticas. Foram detalhadas ações específicas do projeto, como apoio à produção artesanal sustentável, capacitação para prevenção de incêndios e desenvolvimento de bancos de dados geoespaciais.

O projeto se concentra em diversos aspectos, incluindo a governança territorial, com ênfase na gestão participativa e colaborativa, também é um ponto central do projeto, com a criação de comitês regionais e planos de ação para garantir a gestão eficaz dessas áreas, o desenvolvimento de cadeias de valor da sociobiodiversidade, a gestão de riscos e eventos extremos, e a criação de redes de jovens e diálogos interculturais. O projeto destaca a importância das Reservas da Biosfera como locais de aprendizado para a promoção da conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável. O PARBAC (Plano de Ação da Reserva da Biosfera da Amazônia Central) é um exemplo de política pública que visa implementar as ações práticas para alcançar os objetivos do projeto e será detalhado mais adiante neste texto.

As RBs estão contempladas na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), sendo consideradas "unidades territoriais para o planejamento ambiental estratégico". Elas podem incluir qualquer tipo e categoria de UC em seu território, bem como corredores ecológicos e mosaicos de UCs. As Reservas da Biosfera não pertencem à UNESCO nem ao governo federal. Elas são partes do território nacional e do(s) estado(s) onde estão localizadas. Isso significa que a gestão e a responsabilidade pelas Reservas da Biosfera estão nas mãos das autoridades locais (municipais, estaduais e nacionais). Não se sobrepõem a qualquer tipo de legislação nacional ou subnacional, pois as RBs não criam novas leis ou regulamentos. Elas operam dentro do quadro jurídico existente do país e das regiões onde estão localizadas. Qualquer legislação nacional, estadual ou municipal existente continua a ser válida e aplicável dentro das Reservas da Biosfera. Em outras palavras, as Reservas da Biosfera respeitam e operam de acordo com as leis já estabelecidas.

A UNESCO não interfere em questões fundiárias associadas às RBs. A UNESCO não se envolve na propriedade da terra ou em disputas sobre terras dentro das RBs. As questões fundiárias, como a propriedade e o uso da terra, são geridas pelas autoridades locais e seguem as leis nacionais e subnacionais pertinentes. As RBs são designações feitas pela UNESCO para promover a conservação e o desenvolvimento sustentável. No entanto, elas não mudam a jurisdição das áreas em que estão localizadas. A responsabilidade pela gestão dessas áreas continua com os governos locais e nacionais, e a UNESCO não impõe novas leis ou se envolve em questões de propriedade da terra. A UNESCO fornece diretrizes e apoio, mas a gestão diária e a aplicação da legislação são realizadas pelas autoridades locais e nacionais.

A Rede Mundial de Reservas da Biosfera é uma iniciativa da UNESCO que, inclui 738 reservas distribuídas em 134 países. Essas reservas desempenham um papel crucial na conservação da biodiversidade e no desenvolvimento sustentável, servindo como:

- a) Observatórios de Mudanças Climáticas e Adaptação: As reservas monitoram e estudam as mudanças climáticas e ajudam na adaptação a essas mudanças;
- b) Espaço de Diálogo, Conscientização e Educação: Promovem o diálogo entre diferentes partes interessadas e comunidades, além de aumentar a conscientização e fornecer educação ambiental;
- c) Espaço de Inovação em Políticas Públicas: Atuam como laboratórios de políticas inovadoras que podem ser replicadas em outros locais; e,
- d) Centro de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável: Oferecem soluções práticas para o desenvolvimento sustentável que equilibram a conservação da natureza com as necessidades humanas.

Estatisticamente, 276 milhões de pessoas vivem dentro ou nas proximidades das Reservas da Biosfera. As reservas cobrem 5% da superfície terrestre mundial, o que equivale a aproximadamente 1.333.370 km² de áreas protegidas, com uma distribuição global abaixo especificada. Além disso, existem 22 reservas da biosfera transfronteiriças em diferentes regiões, promovendo a cooperação internacional para a conservação da biodiversidade.

- a) LAC (América Latina e Caribe): 132 reservas;
- b) AFR (África): 90 reservas;
- c) ARB (Estados Árabes): 36 reservas;
- d) ASPAC (Ásia e Pacífico): 172 reservas; e,
- e) EU-NA (Europa e América do Norte): 308 reservas.

O palestrante Miquéias Santos de Souza explanou sobre a colaboração entre a UNESCO e a LVMH visa fortalecer essas iniciativas e ampliar o impacto positivo das Reservas da Biosfera no desenvolvimento sustentável e na proteção ambiental. As RBs na legislação ambiental do Brasil têm ênfase na gestão integrada, uma vez que estão contempladas na Lei do SNUC, mas não são classificadas como Unidades de Conservação. Isso significa que, embora sejam reconhecidas na legislação, elas não possuem a mesma categorização que as UCs. As RBs podem ser vistas como áreas territoriais destinadas ao planejamento ambiental estratégico. Elas são importantes para a gestão integrada do meio ambiente, englobando múltiplos usos e interesses, incluindo conservação da biodiversidade, desenvolvimento sustentável e pesquisa científica. A lei define a RB como um modelo adotado internacionalmente. Isso indica que o conceito de Reserva da Biosfera segue diretrizes e práticas reconhecidas globalmente.

A definição enfatiza que a gestão das RBs deve ser integrada, participativa e sustentável. Ou seja, a administração dessas áreas deve envolver diferentes atores (governo, comunidades locais, cientistas, etc.) e focar na utilização sustentável dos recursos naturais para garantir a preservação ambiental a longo prazo. Suas três zonas principais, cada uma com funções complementares, a saber:

a. Núcleo (Zona 1):

- Função: A zona núcleo é a área central da Reserva da Biosfera e tem como principal objetivo a preservação da biodiversidade. É onde se encontram os ecossistemas mais sensíveis e que requerem maior proteção.

- Atividades permitidas: Nesta zona, as atividades humanas são muito restritas para garantir a conservação dos recursos naturais. Geralmente, só são permitidas pesquisas científicas e monitoramento ambiental.

b. Zona tampão (Zona 2):

- Função: A zona tampão circunda a zona núcleo e serve como uma área de amortecimento. Ela tem o papel de proteger a zona núcleo de impactos externos, oferecendo uma transição entre áreas de uso mais intensivo e a área central de preservação.

- Atividades permitidas: Nesta zona, são permitidas atividades de uso sustentável, como o desenvolvimento econômico sustentável, atividades educacionais, conservação e preservação, turismo sustentável, e outras práticas que não comprometam a integridade da zona núcleo.

c. Zona de transição (Zona 3):

- Função: A zona de transição é a área mais externa da Reserva da Biosfera e é onde ocorre a maior interação entre a conservação e as atividades humanas. Ela é fundamental para a integração da população local nas práticas de gestão sustentável.

- Atividades permitidas: Nesta zona, há uma maior flexibilidade para usos diversos, incluindo assentamentos humanos, atividades econômicas, indústria sustentável, e outras formas de uso dos recursos naturais que estejam alinhadas com os princípios de sustentabilidade.

Essas zonas são projetadas para trabalhar juntas de forma complementar, assegurando a proteção dos ecossistemas sensíveis enquanto promovem o desenvolvimento sustentável e a participação das comunidades locais.

Um exemplo de planejamento é o Plano de Ação da Reserva da Biosfera da Amazônia Central - PARBAC, que se constitui como uma política pública estadual, o que está

sendo objeto do Projeto "Conectando as Reservas da Biosfera Amazônicas", com algumas metas sendo atendidas e recebendo contribuições para sua implementação. O PARBAC foi instituído pela Portaria SEMA N.º 045 de 29 de abril de 2021. Esta portaria oficializou o PARBAC como uma política pública estadual, indicando que o plano foi reconhecido e adotado pelo governo do Estado do Amazonas. Isso significa que as ações previstas no plano serão implementadas com suporte e reconhecimento oficial, garantindo uma estrutura institucional para sua execução. O Relatório Executivo do PARBAC (2021-2024), que detalha as estratégias, objetivos, e ações a serem realizadas no período de 2021 a 2024.

O PARBAC tem três eixos estratégicos:

- a) Conservação da Biodiversidade: i) Monitoramento e gestão das áreas protegidas; e, Implementação de planos de manejo para espécies ameaçadas;
- b) Desenvolvimento Sustentável: i) Promoção de atividades econômicas sustentáveis nas comunidades locais; e, ii) Incentivo ao ecoturismo e outras práticas que não degradem o meio ambiente;
- c) Educação Ambiental e Pesquisa: i) Programas de educação ambiental para comunidades e visitantes; e, ii) Parcerias com instituições de pesquisa para estudos de biodiversidade e ecossistemas.

É importante esclarecer que o PARBAC inclui um total de 118 ações a serem realizadas ao longo de três anos. Essas ações podem abranger uma ampla gama de atividades, desde conservação e pesquisa até desenvolvimento sustentável e envolvimento comunitário. O projeto conta com 44 contribuições da UNESCO e da LVMH, que podem incluir financiamento, apoio técnico, treinamento, e outras formas de assistência para ajudar na implementação do plano de ação. Foram envolvidas as seguintes organizações: a) a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas: Órgão estadual responsável por coordenar e implementar as políticas ambientais no estado do Amazonas; b) UNESCO e LVMH: A UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) e a LVMH estão colaborando no projeto, trazendo expertise internacional e recursos; e, c) Conselho Estadual da Reserva da Biosfera da Amazônia Central integrado por 22 Instituições.

Nesse contexto, as ações do Projeto "Conectando as Reservas da Biosfera Amazônicas" - Projeto UNESCO/LVMH, especificamente para a RBAC são:

- a) Fortalecimento Institucional: i) Capacitação de gestores de áreas protegidas; e,
- b) Melhoria da infraestrutura para a gestão ambiental;

b) Parcerias e Colaborações: i) Estabelecimento de parcerias com organizações locais e internacionais; e, ii) Cooperação com empresas privadas para projetos de sustentabilidade;

c) Inovação e Tecnologia: i) Uso de tecnologias de monitoramento ambiental, como drones e satélites; e, ii) Implementação de sistemas de gestão de dados para monitoramento e avaliação.

Nesse sentido, o Projeto "Conectando as Reservas da Biosfera Amazônicas" - Projeto UNESCO/LVMH apoia as iniciativas para sustentabilidade local, como por exemplo: a) Apoio à cadeia produtiva artesanato em fibras e de óleos essenciais em parceria com Fundação Vitória Amazônica - FVA e Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia - IDESAM/Inatú Amazônia; b) Treinamento em prevenção e combate a Incêndio da Reserva da Biosfera da Amazônia Central em Parceria com a FVA e Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional - USAID; e, c) Capacitação sobre prevenção e controle de incêndios com participação de ~700 pessoas.

No quesito riscos, vulnerabilidades e eventos extremos foi desenvolvido um banco de dados geoespacial e para integração, visualização e análise de dados. Outro aspecto é a Rede de Jovens e Diálogos Interculturais, que é uma ação conjunta com Fundação Vitória Amazônica - FVA, Lira e Unesco de capacitação e formação da Rede de Jovens da RBAC. Também há ação da Rede Brasileira de Reservas da Biosfera e da UNESCO para promoção do diálogo intercultural entre povos indígenas e afrodescendentes.

A Governança Territorial tem sido realizada em conjunto com conselheiros do Conselho Estadual da RBAC - CERBAC que resultou no mapeamento preliminar de: a) Ameaças e conflitos dominantes; b) Possíveis arranjos de governança; c) Conectividade de paisagens; e, d) Cadeias produtivas.

Deve-se promover na RBAC a Gestão Policêntrica (colaborativa e inclusiva) e valorização das práticas de gestão existentes, tais como o Centro de Gestão Baixo Rio Negro (Mosaico), Centro de Gestão Tefé (Agenda Positiva) e Centro de Gestão Médio Juruá (Território). Assim como, constituir os Comitês Regionais como locais da mobilização, como o Mosaico do Baixo rio Negro, a Agenda Positiva de Tefé e o Fórum Território Médio Juruá, levando em consideração: a) Ter localização estratégica; b) Paritário; c) Representativo do Coletivo Territorial; d) Fazer manifestação de Interesse; e) Ter a aprovação do Conselho da RBAC; f) Grupo de trabalho para discutir a integração.

2.4. O papel da Sociedade Civil na implementação e gestão de Reservas da Biosfera

Paul Joseph Dale: “Eu estou aqui agradecendo o convite para Sra. Mary Sorage Praxedes da Silva, Presidente do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - CNRBMA, e chefe do Parque Estadual - PAREST das Dunas de Natal, representante do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, pelo Instituto de Desenvolvimento e Meio Ambiente - IDEMA. Ela recebeu o convite para estar com vocês e decidiu falar sobre a participação da sociedade civil na implementação e gestão de reserva da biosfera dentro do seminário, sobre áreas reconhecidas internacionalmente para conservação da biodiversidade no estado do Amazonas, comemorando o Dia Internacional do Meio Ambiente. Ela decidiu convidar mais duas pessoas para mostrar essa diversidade de temas nessa discussão. Então, nós estamos também aqui junto com o Sr. Fernando Bezerra, Secretário Executivo da SEMA, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Ceará, e Vice-Presidente do CNRBMA, e o Sr. Glaico José Sell, que é Agricultor em Santa Catarina, e também é conselheiro no CNRBMA. Nós vamos fazer um formato de três perguntas (Fig. 06). Temos um tempo bem apertadinho para respeitar o tempo de convite de vocês para a Mary. A primeira pergunta que conversamos para tentar ajudar nessa discussão é: Como estamos falando de reservas da biosfera dentro de outras áreas internacionalmente reconhecidas, qual que é o papel, qual que é o diferencial das reservas da biosfera em relação à conservação da biodiversidade, mas sobre a ótica dos processos participativos?”

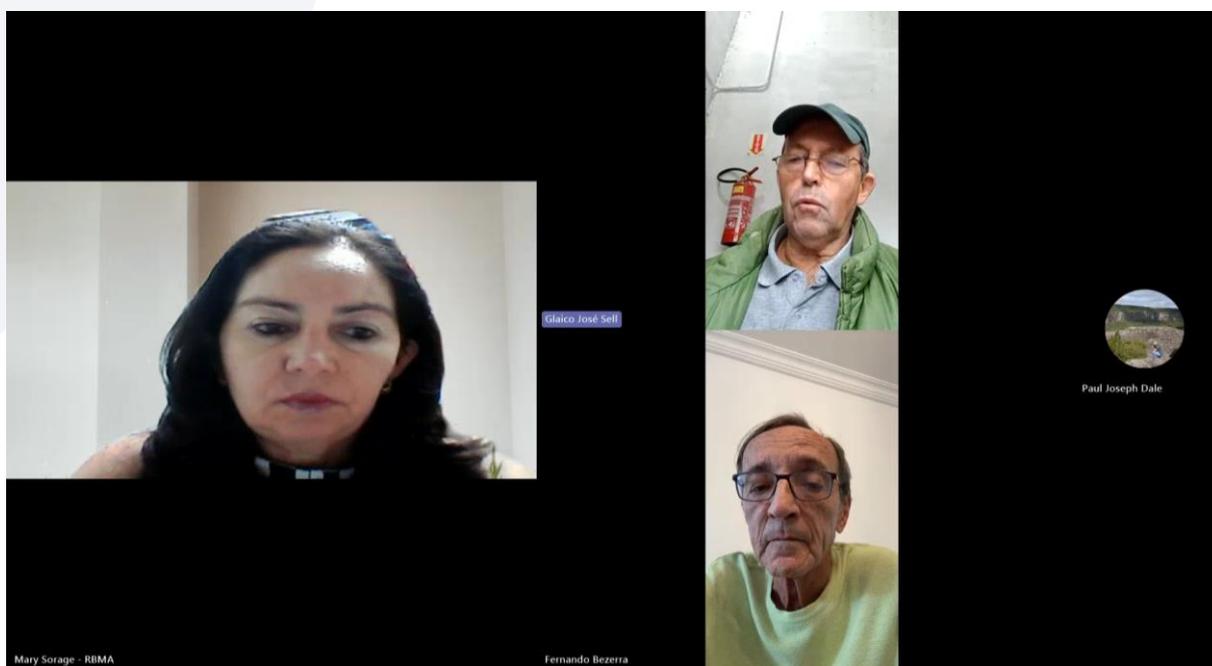


Figura 06 – Palestrantes do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Fonte: IPAAM (2024)

Mary Sorage Praxedes da Silva: “Obrigada, Paul. Uma alegria muito grande estarmos aqui hoje, junto com amigos tão queridos, e num evento aí na Amazônia. Recebam o abraço da Mata Atlântica, de todos nós aqui. Quando estamos participando de um evento tão importante no dia do meio ambiente, para falarmos sobre o papel da sociedade civil na implementação e na gestão de reservas da biosfera, é muito importante que a gente resgate um pouco o que vem a ser uma reserva da biosfera num contexto aí de promover nesses territórios reconhecidos pela UNESCO a participação efetiva da sociedade na implementação e gestão dessas reservas. A contribuição da sociedade é fundamental. E penso que é um processo que a gente precisa buscar consolidar e fortalecer muito para que tenhamos nesses territórios a conciliação do desenvolvimento econômico com o cuidado com a natureza. Esse é um grande desafio. E, pessoalmente, vejo como uma questão central dessa participação que as pessoas se apropriem desse conceito do que é uma reserva da biosfera, qual é a sua importância, como pode participar desse processo efetivamente e, assim, poder, no dia a dia, nas suas ações, no seu trabalho, contribuir para fortalecer a gestão desses territórios de sustentabilidade, promovendo, assim, um desenvolvimento que seja harmônico, representando a essência do nosso papel nesse ambiente. Então, quando trazemos para a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - RBMA, penso que seja importante que possamos estar resgatando aqui o papel da sociedade civil dentro do Conselho Nacional. A RBMA é a maior reserva da biosfera do planeta, com cerca de 90 milhões de hectares. Tem uma estrutura de gestão participativa e descentralizada. E, no âmbito do seu Conselho Nacional, nós temos um Conselho Nacional Paritário, formado pelos 17 estados, e dentro desse Conselho está garantida a efetiva participação da sociedade civil através de moradores, de associações, de organizações não governamentais, de representantes das populações indígenas, comunidades tradicionais. Os governos estão representados ativamente e o setor empresarial também. Então, esse conjunto de atores unidos e em uma perspectiva de estar pensando juntos a gestão desse território, promovendo projetos que venham trabalhar questões relacionadas ao desenvolvimento socioeconômico, é fundamental para que tenhamos esses atores devidamente comprometidos. E não só isso, que todos sejamos protagonistas de promovermos essa gestão integrada, essa gestão participativa, num território que tem como um dos requisitos para ser reconhecido como reserva da biosfera pela UNESCO, é que são territórios que possuem grande valor ecológico, econômico, social, para toda a humanidade. Então, todos nós vestidos desse sentimento e desse conhecimento podemos estar promovendo localmente numa perspectiva de contribuir para toda a reserva da biosfera, da Mata Atlântica, da Amazônia Central, do Pantanal, de todas aqui no Brasil, em escala planetária.”

Paul Joseph Dale: “Obrigado, Mary Sorage. Eu vou passar para o Fernando Bezerra com a provocação e o papel dos governos nesse processo de participação social”.



Fernando Bezerra: “Bom dia. Com o imenso prazer que estamos participando desse Seminário em que se trata da Amazônia. Estamos aqui no Ceará, somos realmente bastante participativos como defensores da biodiversidade e também batalhadores no Conselho Nacional da RBMA. E, juntamente com o Paul Joseph Dale, também participamos da Coordenação Nacional da Câmara Técnica de Biodiversidade. Quero dizer que, como Secretário-executivo aqui da Secretária de Estado do Meio Ambiente do Ceará - SEMA, temos uma participação geral em todos os governos nacionais. E temos notado, como acabei de chegar do evento da Mata Atlântica, que o pessoal da Amazônia estava por lá também. Da RBMA, em que todos os 17 estados representados procuram trabalhar conjuntamente em defesa do meio ambiente, mas é preciso observar que alguns estados, e digo isso não somente no contexto da Mata Atlântica, mas no contexto das várias áreas nacionais que tratam da biodiversidade, que, diferentemente, os estados não trabalham o mesmo pensamento relacionado ao meio ambiente. É preciso que haja uma coesão porque tem estado que não tem o interesse, é latente isso aí, que não tem o interesse de defender o meio ambiente como outros. Nós que estamos na frente, em termos dos 17 estados da Mata Atlântica, que já sentia isso. Mas, com as 27 unidades de federação, nós também temos essa dificuldade de trabalhar diretamente com os governos. Nem todos têm aquela mesma garra de trabalho em termos de meio ambiente. Tem alguns, inclusive, que fazem questão de não estarem nem participando. Os técnicos têm interesse de trabalhar, mas o governo em si não tem esse interesse. A questão política é realmente a dificuldade maior que nós enfrentamos. Essa é a minha opinião, em termos de que é necessário que os governos trabalhem da mesma forma. Encontremos um meio que, através dessas organizações que nós trabalhamos, que leve a vontade dos governos de trabalhar pelo menos paritariamente, igualmente, com os mesmos conceitos de defesa do meio ambiente. O que nós vemos claramente é que não existe essa unanimidade. Obrigado.”

Paul Joseph Dale: “Obrigado, Fernando. É sempre muito bom estar trabalhando com vocês. Vou passar aqui a pergunta também para o Glaico José Sell. Então, pensando nisso, uma reserva da biosfera em termos de participação social. Mas, na tua visão, pequeno produtor, quais são esses enfoques a partir do pequeno produtor?”

Glaico José Sell: “Obrigado. Bom dia a todos. Muito obrigado pelo convite de participar desse seminário. Eu sou de Santa Catarina, sou produtor orgânico há 28 anos, mas eu tive o prazer enorme de morar no Amazonas, no sul do Amazonas, na região de Humaitá, e cultivei nas margens do rio Madeira. Então, eu sei muito bem o que isso representa. E conheci muitos ribeirinhos, muitos extrativistas, e até hoje eu nunca consegui entender o porquê da dificuldade do Estado reconhecer a importância que é, a riqueza que é, essa Amazônia como um todo. Estamos na Mata Atlântica, a gente sabe de todos os biomas, da Caatinga, do Cerrado, enfim. Mas a Amazônia é uma coisa assim, posso dizer que é um desperdício gigante, que nós estamos perdendo. De frutas, de peixes, de plantas bioativas, que na verdade nunca se deu o devido valor, ou se pouco deu valor. E é uma pena porque é uma riqueza imensa,



muito mais do que essa campanha da soja, ou da cana, ou do gado. Muito mais do que isso. A gente sabe que o potencial é gigante. Meu irmão morou também na região de Iranduba e Manaus, estive lá, visitei, e a gente ficava indignado com a falta de política pública. Ele morou muitos anos, acabou desistindo de estar lá, justamente pela falta de política pública. Então, um dia, conversando por telefone com o produtor, só para exemplificar a dificuldade que é, ele disse assim, eu perguntei, eu tenho aqui cupuaçu, eu tenho pupunha, eu tenho açaí, eu tenho o ingazeiro, eu tenho várias coisas aqui, mas acho que eu vou derrubar tudo porque ninguém vem comprar. Eu vou botar gado. Eu disse, pelo amor de Deus, não fale, não faça isso, porque não é possível que em algum momento não vá chegar uma política pública, ou se não tiver política pública, que exista alguma organização que possa impedir que se faça isso. Eu não tenho a menor dúvida de que é uma riqueza imensa, que não precisaria ninguém estar passando dificuldade, que todos podem viver muito bem nesse bioma amazônico, com qualquer outro bioma que tenha aqui no Brasil e no mundo. Infelizmente, vai depender muito de nós, de cada vez escolher políticos melhores que possam estar realmente valorizando isso. Eu não tenho dúvida nenhuma de que é uma riqueza imensa, de que todos possam viver muito bem. É uma coisa extraordinária tudo o que existe aí. Infelizmente, a gente está a passos muito lentos nessa situação.”

Paul Joseph Dale: “Glaico, obrigado. É muito bom ouvir a complementariedade das três palavras aí de vocês. A gente acabou avançando um pouquinho no tempo, mas acho que a gente consegue resolver agora juntando as três perguntas que a gente tinha pensado, juntando as duas em uma só agora no final. Ou seja, Laico já fez essa ponte, então agradeço imensamente essa ponte entre os biomas. Mas pensaremos agora para poder aprofundar nessa questão da relação entre os biomas, ou seja, por que a estamos tendo aqui a RBMA conversando com vocês num evento do Amazonas, pensando em termos de Amazônia. E já quais são as provocações de vocês três na ordem Mary, Fernando e Glaico para que possamos melhorar ainda mais essa relação da sociedade em processos participativos dentro das Reservas Biosferas. A Mary já começou a provocar isso na fala dela, o Fernando foi bem mais enfático também na diferença de comportamento que temos, e o Glaico já avançou na visão de cada um de vocês. Então, dentro dos conselhos ou comitês, ou seja, processos participativos, descentralizados, a partir da Mary, pensando em termos do Fernando também na sequência, para já ir pensando na finalização do papel dos governos em relação a esse trabalho, já de uma maneira agora positiva, uma coisa propositiva, e o Glaico, de novo, tendo esse olhar, o que seria bacana de ter para gente poder fechar e aí voltar com as palavras finais da Mary pra fechar esse momento com vocês. Então, Mary, por favor.”

Mary Sorage Praxedes da Silva: “Muito boa todas essas reflexões colocadas por Fernando e por Glaico, que traz uma abordagem bem importante da necessidade desse intercâmbio. Acredito que a gente fala assim, a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, a Reserva da Biosfera da Amazônia Central, Pantanal, Caatinga, e é fundamental que tenhamos

muita clareza de que essas denominações são apenas didáticas, porque nós somos uma coisa só, nós somos um planeta só, um país só, e que todos esses biomas estão conectados, são interdependentes e que precisam efetivamente para serem fortalecidos e desenvolver o seu papel enquanto Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, enquanto Amazônia Central, enquanto reserva da biosfera, de uma forma mais genérica do termo. É fundamental que tenha a promoção dos diálogos que sejam de saberes, diálogos de ciências, e que possamos estar de forma conjunta, de forma coletiva, estar construindo esse conhecimento, produzindo esse conhecimento, claro que respeitando as particularidades de cada lugar, de cada reserva, mas numa perspectiva de a gente estar trabalhando junto, sem receitas prontas, mas a partir do conhecimento construído de cada lugar, de cada setor, a gente possa estar extraíndo e adaptando as realidades de cada um. Então, é fundamental que busquemos fortalecer ainda mais os diálogos, seja ele com relação à cultura, ao conhecimento tradicional, científico, tecnologias, que a gente possa estar fazendo esse intercâmbio de discutir quais são os desafios que nós enfrentamos nos territórios de reserva da biosfera, quais os caminhos que devemos trilhar de forma conjunta para que a gente possa consolidar essa gestão nos territórios de reserva da biosfera. E os desafios, sabemos que são gigantes de forma que os caminhos a serem trilhados é que possamos cada vez mais fortalecer um sistema de gestão que seja de fato representativo, que seja dinâmico, que o tempo todo esteja buscando inovações e participações afetivas da sociedade civil, que sejam descentralizados. A gente precisa ter ações em todos os estados, em todos os lugares que compõem reserva da biosfera. No caso da Mata Atlântica, são 17 estados. E, além de descentralizados, é preciso que sejam também os que têm abordagem de regionalização.”

Paul Joseph Dale: “Obrigado, Mary. Eu vou pedir para vocês se prepararem para as palavras finais, depois das duas falas seguintes, para a gente já fechar com as duas palavras. E vou passar então a provocação para o Fernando, de novo, tendo esse olhar propositivo, ou seja, ações nesse diálogo entre biomas, Mata Atlântica e Amazônia, aqui no caso, e nessa apimentada da participação da sociedade civil, mas uma visão provocativa, positiva, dos estados. Obrigado, Fernando.”

Fernando Bezerra: “Na realidade, o nosso pensamento combina muito bem com palavras de Mary, com palavras de Glaico, com você, porque o que nós desejamos é que os estados hoje estão sobre um guarda-chuva muito melhor do que há alguns anos atrás, porque nós estamos tendo no governo, não estou defendendo a política, estou defendendo que hoje o meio ambiente está sendo tratado de uma forma um pouco diferente, positivamente, para nós, os estados. E, em consequência, os estados têm que trabalhar os municípios, porque a grande problemática é que você tem um estado do Ceará, que tem um número pequeno de municípios, são 184, mas a dificuldade que temos, a direção dos estados, justamente na área do meio ambiente, de conseguir trazer esse grande público de Prefeitos para tratar do meio ambiente em conjunto conosco. Isso é a grande dificuldade. E também tratar de que a

sociedade civil hoje tem muito interesse em trabalhar o meio ambiente. Então, nós, aqui no Ceará, temos feito algumas parcerias públicas e privadas, e é interessante, porque o governo sozinho não tem condições de estar tratando temas tão relevantes e tão importantes. Então, é muito garantido que tem sido sucesso e, pelo Brasil afora, esses exemplos também estão sendo tratados, porque muitos grupos poderosos têm procurado ajudar o meio ambiente com defesa dentro das próprias decisões técnicas das empresas, trabalhar o meio ambiente. Então, isso também acontece na Amazônia e essa interação é muito importante entre os estados, principalmente que todos os estados consigam trazer os municípios para junto de si, porque o Estado sozinho não trabalha se não for com os municípios. Muito obrigado pela atenção de todos.”

Paul Joseph Dale: “Obrigado, Fernando. Espetacular estar entre amigos aqui. Mary, super bacana você ter usado esse tempo para fazer esse encontro entre regiões e entre amigos. Passar a palavra, então, final para o Glaico, celebrando mais ainda essa união dos biomas e as suas provocações positivas no sentido de como apimentar, já falando em termos de comida, a participação da sociedade civil dentro das reservas de biosfera, e depois eu volto a palavra para a Mary para fechar. Obrigado.”

Glaico José Sell: “Então, é muito pouco tempo para podermos fazer as colocações que sempre imaginamos. Mas dentro do Movimento Economia Solidária, na terceira Conferência Nacional em Brasília, nos encontramos com o povo de todos os biomas do Brasil. E ali já foram definidas várias políticas que não precisa mais passar trabalho para você começar a fazer todo um levantamento. Ali tem um estudo enorme das necessidades de cada região. E, por exemplo, uma das principais, porque é o seguinte, você tem que fazer um levantamento de todo esse pessoal. Onde é que está esse pessoal? O que eles estão fazendo? Há centenas e milhares de produtores, de extrativistas, de coletores, em toda a região amazônica. E cada um com a sua peculiaridade, com a sua importância, com as suas culturas específicas, de áreas de exploração. E é de uma coisa incrível. E o que precisa é você dar valor. Se o pessoal está plantando soja, porque alguém está comprando soja. Entendeu? Por que não se compra cupuaçu, tucumã, pupunha, camu-camu, o maná-cubiu. Só para ter uma ideia, o maná-cubiu já saiu na literatura, que ele tem propriedades importantes para o organismo que, se faltar, pode levar ao desvirtuamento de conduta. Então, você imagina um produto desse para o mundo inteiro, para as escolas, para tudo quanto é lugar. Então, só dando um exemplo só. Outra coisa, a China hoje produz mais tabaqui do que o Brasil. O Brasil está colocando peixes asiáticos, que não é do bioma, para cultivos em tanque rede na Amazônia, e deixando de cultivar uma riqueza imensa, que são os peixes da região. Aí, nessas conferências nacionais, foram definidos que isso não é a reivindicação apenas de uma pessoa, mas é um conjunto de diversos setores da parte agrícola, de todos os biomas, que era a criação de Zonas Especiais de Comercialização de Produtos da Economia Solidária. E, nesse caso, sobretudo, os produtos da biodiversidade. E isso, imposto turístico, rodovias movimentadas, depois também tem o



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

mercado institucional, que não é valorizado, com esses produtos, muito pouco. Outra coisa importantíssima, para você alavancar esse trabalho que é necessário, isenção de imposto para máquinas, equipamentos, veículos, em matéria-prima para esses empreendimentos. Então, isso tudo seria uma espécie de contrapartida pelo cuidado com a natureza. Por que que tem setores que têm isenção de imposto, por exemplo, como o agrotóxico é isento de imposto, que destrói a vida, que polui, que mata, como agora destruiu milhares de hectares lá no Pantanal, e esse tem isenção de imposto. E o produto, que esse da Amazônia, que para facilitar todo um processo de agroindustrialização, de transporte, de organização, não tem. Então, eu não tenho a menor dúvida de que é possível, que é possível todo mundo viver bem de uma maneira, de um olhar diferente para a natureza, de um cuidado com a natureza. O dendê diz que produz sete vezes mais óleo por hectare do que uma soja, por exemplo. Então, você vê essas coisas e realmente começar a valorizar e dar dignidade para esse povo. Então, eu acho que é isso, eu não tenho a menor dúvida de que nós temos esse caminho, é difícil trilhar esse caminho, existem exemplos, não só aqui no Brasil, em outros lugares do mundo, que tem instituições que estão apoiando. Se o governo tem dificuldade de entrar nesse, de fazer isso acontecer de fato, eu acho que nós realmente temos que ter a capacidade, por exemplo, como a reserva da biosfera está caminhando, de organizar isso de outra forma. Eu amo essa questão toda, eu morei na Amazônia, eu sinto uma paixão enorme por tudo que existe lá. Cada vez que eu vejo uma matéria de desmatamento, de fogo, ou de tentativa de expulsão dos ribeirinhos, dos extrativistas, eu fico muito irritado, porque nós temos condições de evitar tudo isso. O Brasil é um país muito rico e não sabe valorizar o que tem, muito pouco ainda. Então, acho que é por aí. Agradeço demais o convite e que a gente consiga, de fato, encontrar caminhos para que isso aconteça antes do que o mal venha.”

Paul Joseph Dale: “É espetacular sempre ouvir tuas palavras, com sabedoria de quem está com a mão na terra. Obrigado. Obrigado pela oportunidade de estar com vocês aqui. Eu passo, então, só agradeço demais a todo mundo e passo as palavras para a Mary poder fechar isso também.”

Mary Sorage Praxedes da Silva: “Bom, pessoal, nós chegamos aqui ao fim, ao final desse bate-papo, que eu acho que foi muito bacana, apesar do pouco tempo, mas muito importante todas as falas, todas as reflexões que foram trazidas aqui. E agradecer a todos que estão aqui nesse momento e a todos que estão aí nos assistindo. Desejar um excelente evento para vocês. E eu penso que a mensagem final que poderíamos trazer nessa perspectiva desse seminário, considerando a participação da sociedade civil, é trazer a necessidade de um diálogo, estabelecer verdadeiramente um diálogo. E o que é um diálogo? O que a gente entende por um diálogo? Um diálogo, ele pressupõe uma troca, pressupõe uma relação de sujeitos que são iguais, de sujeitos que têm uma relação horizontal e que não tem ninguém melhor ou mais do que o outro. Na verdade, todos nós somos possuidores de conhecimento, seja ele científico, seja ele socialmente construído, mas todos nós temos uma bagagem que

38/94

carregamos por uma formação de uma vida. E é fundamental que a gente estabeleça nesse diálogo que o conhecimento, os conhecimentos, todas as formas desse conhecimento, eles podem ser diferentes, eles podem ser e são complementares, mas não são antagônicos. Então que possamos dialogar em prol da defesa da vida, em prol dos biomas, em prol da reserva da biosfera, fortalecendo a gestão das reservas da biosfera. Muito obrigado!”

2.5. Sítios Ramsar – Zonas Úmidas de Importância Internacional no Estado do Amazonas

O palestrante Guillermo Moisés Bendezú Estupinan, Especialista em Recursos Pesqueiros da WCS Brasil (Fig. 07), enfatizou a relevância do Seminário para o resgate das ações e medidas que já foram e estão sendo implementadas nas Áreas Reconhecidas Internacionalmente para Conservação da Biodiversidade, como as desenvolvidas pela WCS Brasil. Dentre estas, destacam-se a agenda trabalhada pela WCS Brasil na implementação de medidas de gestão aos 04 (quatro) Sítios Ramsar de Áreas de Úmidas de Importância Internacional reconhecidos no Estado do Amazonas pela Secretaria da Convenção Ramsar, sendo eles: Sítio Ramsar da Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS Mamirauá, Sítio Ramsar do Parque Nacional - PARNA Anavilhanas, Sítio Ramsar Regional Rio Negro e Sítio Ramsar Regional Rio Juruá.



Figura 07 – Palestrante Guillermo Moisés Bendezú Estupinan. Fonte: IPAAM (2024)

De acordo com o palestrante, originalmente o objetivo da "Convenção sobre Zonas/Áreas Úmidas de Importância Internacional realizada no Irã em 1971", era a conservação de áreas utilizadas como Habitat por aves migratórias aquáticas. Nos anos 80, foi abordado o tema de forma mais abrangente, reconhecendo a importância das zonas úmidas para a manutenção da diversidade de espécies e, ao mesmo tempo, sua relevância para o bem-estar das populações humanas. Nos anos 90, adotou-se uma abordagem ecossistêmica e socioambiental. A partir de 2015, implementou-se o Plano Estratégico de Ramsar 2016-2024, com a visão de que as áreas úmidas devem ser conservadas, restauradas e utilizadas de forma racional, sendo seus benefícios reconhecidos e valorizados por todos.

A Amazônia, por seus aspectos biofísicos, geomorfológicos e hidrografia, possui áreas e paisagens aquáticas/úmidas em toda a extensão de sua bacia, verificando-se que entre 18-20% da cobertura mundial de Áreas Úmidas está na referida região. Constatando-se ainda que mais de 30% da Bacia Amazônica está coberta por diferentes tipos de Áreas Úmidas e Complexas Paisagens Úmidas (igapós, várzeas, campinaranas, buritizais).

No Brasil, foi criado o Comitê Nacional das Zonas Úmidas - CNZU pelo Decreto Federal n.º 10.141/2019, definindo diretrizes para a implementação da Convenção Ramsar. Atualmente, existem 27 (vinte e sete) Sítios Ramsar no território brasileiro, sendo 24 (vinte e quatro) em Unidades de Conservação - UC e 03 (três) abrangendo UC, Terras Indígenas – TI e Áreas de Preservação Permanente – APP. Destaca-se que os primeiros Sítios Ramsar no Brasil foram reconhecidos em 1993 e os mais recentes em 2018, assim como 09 (nove) Sítios estão localizados integralmente no Bioma Amazônia.

Especificamente no Estado do Amazonas, foram reconhecidos 04 (quatro) Sítios pela Secretaria da Convenção Ramsar de Áreas Úmidas (Fig. 08), sendo eles:



Figura 08 – Sítios Ramsar de Áreas Úmidas no Estado do Amazonas. Fonte: IPAAM (2024).

a) Sítio Ramsar Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS Mamirauá reconhecido no ano de 1993, devido à complexidade e relevância da paisagem úmida em ambiente de várzea;

b) Sítio Ramsar Parque Nacional - PARNA Anavilhanas designado em 2017, especialmente devido a importância do arquipélago por ele protegido. Foram identificados 402 locais de pesca dentro do Sítio;

c) Sítio Ramsar Regional Rio Negro reconhecido em 2018 com uma área de 11.948.245,75 ha, englobando 02 UC federais (Reserva Extrativista - RESEX do rio Unini e PARNA do Jaú), 08 UC estaduais (RDS Rio Negro, RDS Puranga Conquista, RDS Amanã, Área de Proteção Ambiental - APA Tarumã-Açú/Tarumã-Mirim, APA Aturiá-Apuzinho, APA Puduari-Solimões, Parque Estadual - PAREST Rio Negro Setor Norte e PAREST Rio Negro Setor Sul), 06 UC municipais (RDS Tupé, APA Tarumã-Ponta Negra, APA Encontro das Águas, APA Miriti, APA Mariuá e APA Jafaris) e 07 Terras Indígenas - TI (TI Jurubaxi-Téa, TI Rio Téa, TI Médio Rio Negro I, TI Alto Rio Negro, TI Maraã Urubaxi, TI Uneixi e TI Paraná do Boa Boa); e,

d) Sítio Ramsar Regional Rio Juruá também designado em 2018 com uma área de 2.136.504,82 ha, abrangendo a RESEX Federal do Baixo Juruá, RESEX Federal do Médio Juruá, RDS Estadual Uacari e TI Deni.

Está sendo alinhada uma agenda de trabalho com estratégias para implementação dos Sítios Ramsar, a partir da: a) Troca de experiências e capacitação continuada dos gestores; B) Melhoraria a gestão e monitoramento; c) Ampliação da visita pública; e, d) Gestão integrada da paisagem, que potencialize as peculiaridades das zonas úmidas.

Nesse contexto, os arranjos territoriais mais adequados à gestão das áreas úmidas devem favorecer a: a) Conectividade ecológica para manutenção de processos e serviços ecossistêmicos; b) Gestão integrada do território e dos instrumentos de gestão; e, c) Estrutura de governança em escala regional.

As agendas de implementação estão sendo traçadas pela WCS Brasil e parceiros de forma coletiva e transversal, agregando apoiadores e usuários dos territórios. As discussões e tratativas estão sendo conduzidas no âmbito de fóruns e conselhos já existentes, fortalecendo-os enquanto espaços de decisão colegiada, dentre eles estão: a) o Fórum Território Médio Juruá – TMJ para a Governança do Sítio Ramsar Regional Rio Juruá; b) a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro – FOIRN, a Rede Rio Negro e o Conselho Consultivo do Mosaico de Unidades de Conservação do Baixo Rio Negro para a implementação do Sítio Ramsar Regional Rio Negro, agregando-se também o Sítio Ramsar PARNA Anavilhanas; e, c) O Conselho Deliberativo da RDS Mamirauá para o Sítio Ramsar RDS Mamirauá.

2.6. Áreas Importantes para a Conservação das Aves e Biodiversidade – IBAs no Estado do Amazonas

O palestrante Edson Ribeiro Luiz, Coordenador do Projeto Áreas Importantes para a Conservação das Aves e Biodiversidade - IBAs da Sociedade para a Conservação das Aves do Brasil - SAVE BRASIL, agradeceu o convite para participar do Seminário, sendo de crucial importância discutir as medidas e projetos para conservação de aves, especialmente, aquelas ameaçadas de extinção. Destacou que a Sociedade para a Conservação das Aves do Brasil - SAVE BRASIL é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, que atua desde 2004 dedicada à conservação das aves e da natureza brasileira, sendo a representante oficial da *BirdLife International*, aliança global de organizações de conservação da natureza presente em mais de 100 países.



Figura 09 – Palestrante Edson Ribeiro Luiz. Fonte: IPAAM (2024).

A SAVE BRASIL tem uma área de atuação mais centrada no Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Zona Costeira, com os seguintes programas e projetos: Aves Limícolas – Costa Norte, Aves Limícolas – Flyways Brasil, Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN Pedra D’Antas, Reserva Natural Rolinha-do-Planalto, Mata Atlântica do Nordeste – NE, Projeto Rolinha-do-Planalto, Mutum-de-Penacho, Projeto Jacutinga, Plano de Vôo, Bicudinho-do-brejo-paulista, Imposto Sobre Serviços - ISS Cidadão Cientista, *Alianza del Pastizal* e Aves Limícolas – Lagoa do Peixe.

No Brasil há 1.971 espécies de aves registradas e catalogadas, sendo 277 endêmicas e 155 Globalmente Ameaçadas. No Bioma Mata Atlântica existem 891 espécies, sendo 84 Globalmente Ameaçadas, tendo 26% de florestas remanescentes. Já no Bioma Amazônia tem-se identificado 1.300 espécies de aves, sendo 57 Globalmente Ameaçadas, possuindo 78% de florestas remanescentes.



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

Nesse contexto, o Projeto Áreas Importantes para a Conservação das Aves e Biodiversidade – IBAs tem o objetivo de identificar, monitorar e proteger uma rede de áreas para a conservação das aves e da biodiversidade em geral. Ressalta-se que mais de 13 mil IBAs identificadas em todo planeta, obedecendo os Critérios A1, A2, A3, A4 e B1a da *BirdLife International*. No Brasil foram identificadas 163 IBAs nos estados de domínio da Mata Atlântica (2006) e 74 nos estados de domínio da Amazônia (2009), disponíveis os estudos e diagnósticos realizados nos Livros das IBAs (pdf) e *shapefiles* disponíveis em: <https://www.savebrasil.org.br/ibas>.

No Estado do Amazonas foram designadas 13 (treze) IBAs, totalizando aproximadamente 21.229.126,80 hectares dentro dos limites políticos deste ente federativo (Fig. 10). Desse montante, 06 (seis) IBAs são interestaduais.

ÁREAS IMPORTANTES PARA A CONSERVAÇÃO DAS AVES E BIODIVERSIDADE - IBA'S NO ESTADO DO AMAZONAS

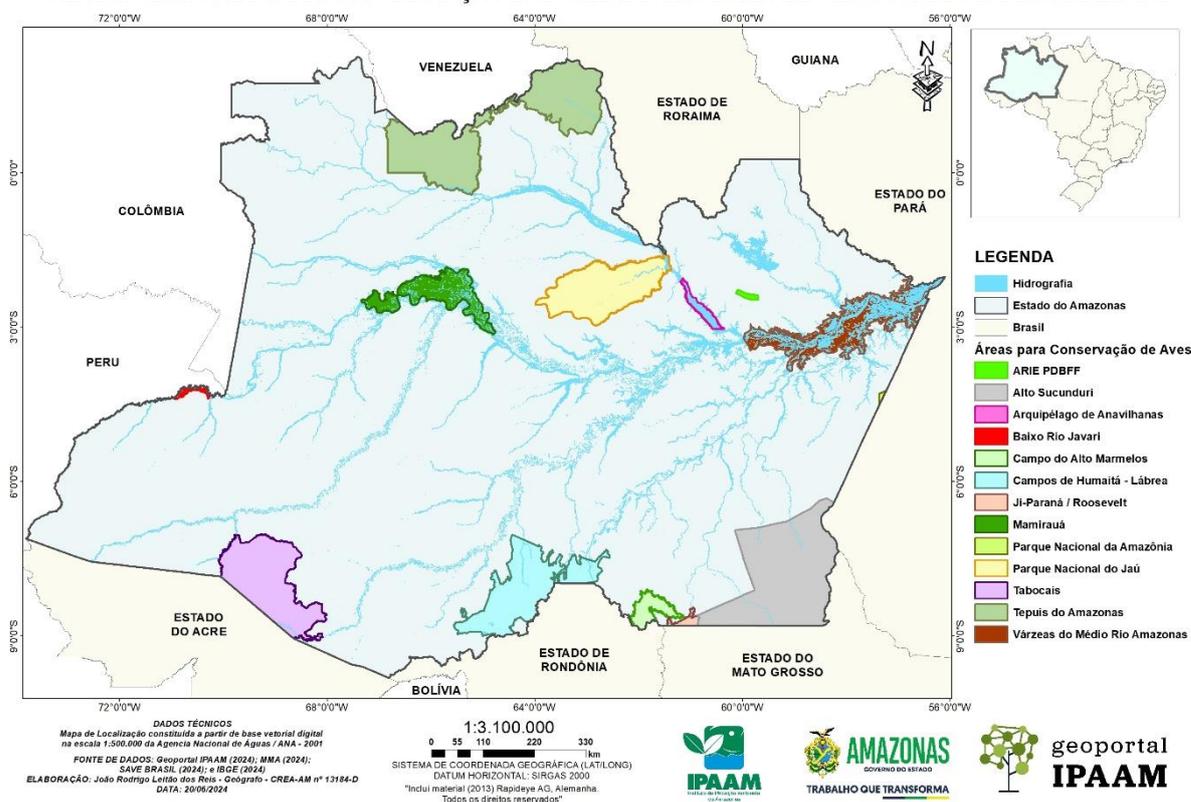


Figura 10 – IBA's – Áreas para Conservação de Aves no Estado do Amazonas. Fonte: IPAAM (2024).

Algumas das 13 IBAs localizadas no Estado do Amazonas apresentam singularidades que viabilizam as ações de conservação da biodiversidade (Quadro 02).

Quadro 02 – Características das Principais IBAs do Amazonas

Código	Denominação	Municípios	Área Total (ha)	Grau de Proteção	Áreas Protegidas abrangidas	Singularidades
IBA-AM 01	Tepuis do Amazonas	São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos	4.429.575	90%	PARNA Serra da Neblina e PAREST Serra do Aracá	Aves representantes da EBA Florestas do Orinoco-Negro (Alto Endemismo)
IBA-AM 02	PARNA do Jaú	Barcelos e Novo Airão	2.377.889	Total	PARNA do Jaú	Mais de 450 espécies de aves. Recente descoberta de novas espécies
IBA-AM/PA 01	Várzeas do Médio Rio Amazonas	Vários	2.875.752	Parcial	PAREST Nhamundá	Da foz do Rio Negro até a Foz do Rio Trombretas. Zonas de endemismo nas várzeas ao longo dos Rios Amazonas e Solimões
IBA-AM 03	Mamirauá	Tonantins, Fonte Boa, Japurá, Maraã e Uarini	1.124.000	Total	RDS Mamirauá	Refúgio para aves aquáticas. Florestas de várzea (C.globulosa).
IBA-AM 04	Arquipélago de Anavilhanas	Novo Airão e Manaus	197.812	Total	PARNA Anavilhanas	Aves especializadas em ambientes fluviais. Concentração de aves migratórias



Código	Denominação	Municípios	Área Total (ha)	Grau de Proteção	Áreas Protegidas abrangidas	Singularidades
IBA-AM 05	Área de Relevante Interesse Ecológico - ARIE do Projeto de Dinâmica Biológica de Fragmentos Florestais - PDBFF e entorno	Manaus e Rio Preto da Eva	46.207	-	Arie PDBFF e entorno	Áreas particulares. Avifauna do Centro de Endemismo das Guianas. Área progressivamente alterada
IBA-AM 06	Baixo Rio Javari	Atalaia do Norte (extremo oeste da Amazônia brasileira)	77.158	-	Inclui 30 % da Terra Indígena Lameirão	Extremo leste da área de endemismo: Baixadas do Alto Amazonas – NAPO. Floresta ombrófila densa aluvial.
IBA-AM 07	Alto Sucunduri	Nova Aripuanã, Apuí e Maués	4.629.900	Parcial	-	Aves incomuns e endêmicas do interflúvio Madeira-Tapajós. Forte pressão de alteração do habitat.
IBA AM/RO 01	Campos de Humaitá - Lábrea	Lábrea, Canutama e Humaitá	2.724.632	Parcial	-	Manchas isoladas de savanas (aves endêmicas do Cerrado)
IBA AM/RO 02	Campo do Alto Marmelos	Humaitá, Manicoré, Novo Aripuanã	451.017	Parcial	PARNA Campos Amazônicos	Uma das maiores savanas da Amazônia. Aves associadas ao Cerrado.

Fonte: SAVE Brasil (2024).

Foram apresentados alguns exemplos de atuação da SAVE Brasil nas IBAs:

- IBA BA - 17 (Boa Nova): Articulação para criação de áreas protegidas (públicas);
- IBA MG - 07 (Botumirim): Criação de reserva privada e articulação para criação de UC estadual, pesquisa, engajamento comunitário;
- IBA AL - 02 (Murici): Pesquisa de avifauna e apoio a implementação de UC;
- IBA SP/MG - 02 (São Francisco Xavier): Reintrodução de espécies, educação ambiental, engajamento comunitário e restauração florestal;
- IBA PE - 13 (Serra do Urubu): Criação de RPPN, restauração florestal, engajamento comunitário, pesquisa;
- IBA RS (Campos da região de Bagé): Apoio a pecuária sustentável;
- IBAs da Amazônia: Um horizonte provável...

A SAVE BRASIL anualmente emite um relatório de resultados que pode ser acessado por todo e qualquer cidadão. O Relatório Anual de 2023 está disponível em: <https://www.savebrasil.org.br/transparencia>.

2.7. Proposta de Reconhecimento do Geoparque Cachoeiras do Amazonas

O palestrante Luiz Augusto Schwade, Secretário Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Presidente Figueiredo (Fig. 11), agradeceu o convite para contribuir com o Seminário, trazendo a experiência de criação do primeiro Geoparque municipal da região Amazônica, no caso, o Geoparque Cachoeiras do Amazonas. De acordo com o palestrante o Geoparque é uma área territorial com limites claramente definidos, que inclui um notável patrimônio geológico, associado a uma estratégia de desenvolvimento sustentável. Já os Geossítios são locais de interesse geológico com valor científico, estético educacional ou econômico. Nesse contexto, um Geoparque deve possuir um determinado conjunto de sítios de importância, internacional, nacional e/ou regional, que permitam contar e aprender a história geológica da região. Um geoparque deve também dar destaque à proteção e divulgação dos valores arqueológicos, geológicos, históricos e culturais.



Figura 11 – Palestrante Luiz Augusto Schwade. Fonte: IPAAM (2024).

Com essa premissa, a estratégia de implementação dos Projetos de Geoparque se assenta em três componentes principais: a) A Geoconservação: Tem como objetivo salvaguardar o patrimônio geológico de uma dada região para as gerações futuras; b) A educação: Promover o estudo das geociências junto as escolas, assim como do público em geral; e, c) O geoturismo: Estimular a criação de atividades econômicas suportadas na geodiversidade da região, envolvendo para isso a comunidade local.

A criação do Geoparque Cachoeiras do Amazonas tem sua origem a partir da proposta contida no Projeto Geoparques do Brasil desenvolvido pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM em 2010. Posteriormente, com os resultados dos estudos realizados, no ano de 2011 foi criado pela Prefeitura de Presidente Figueiredo o Geoparque Municipal Cachoeiras do Amazonas pelo Decreto Municipal nº 1.301/2011, de 26/10/2011. Em 2022, houve o resgate do Projeto do Geoparque com propósito de consolidar a proposta. Ao todo foram reconhecidos 08 geossítios dentro dos limites do Geoparque Cachoeiras do Amazonas - GCA pelo Decreto Municipal nº 1.301/2011, sendo eles:

- **GEOSSÍTIO N° 1: EMBASAMENTO CRISTALINO** (km 151 da rodovia BR-174). Este geossítio constitui parte do Batólito São Gabriel e representa a embasamento cristalino antigo que se expressa, geomorfologicamente, como serras com cerca de 150 metros de altitude e morros e colinas com formas de meia laranja;
- **GEOSSÍTIO N° 2: FORMAÇÃO PROSPERANÇA** (km 159 da rodovia BR-174). O Geossítio Formação Prosperança representa os depósitos sedimentares continentais acumulados possivelmente na Era Neoproterozoica do Escudo das Guianas;
- **GEOSSÍTIO N° 3: CACHOEIRA DA IRACEMA** (km 129 da rodovia BR-174);
- **GEOSSÍTIO N° 4: CACHOEIRA DA PORTEIRA** (km 13 da rodovia AM-240);
- **GEOSSÍTIO N° 5: CACHOEIRA DA PEDRA FURADA** (km 57 da rodovia AM-240);
- **GEOSSÍTIO N° 6: FORMAÇÃO MANACAPURU** (km 100 BR-174, próx. a ponte sobre o rio Urubu);



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

- GEOSSÍTIO N° 7: PLATÔ LATERÍTICO (km 13 da rodovia AM-240). Representa os latossolos, os solos mais comuns e típicos da região amazônica;
- GEOSSÍTIO N° 8: GRUTA DO MAROAGA (km 8, estrada de Balbina da rodovia AM-240).

GEOPARQUE CACHOEIRAS DO AMAZONAS E SEUS GEOSSÍTIOS NO ESTADO DO AMAZONAS

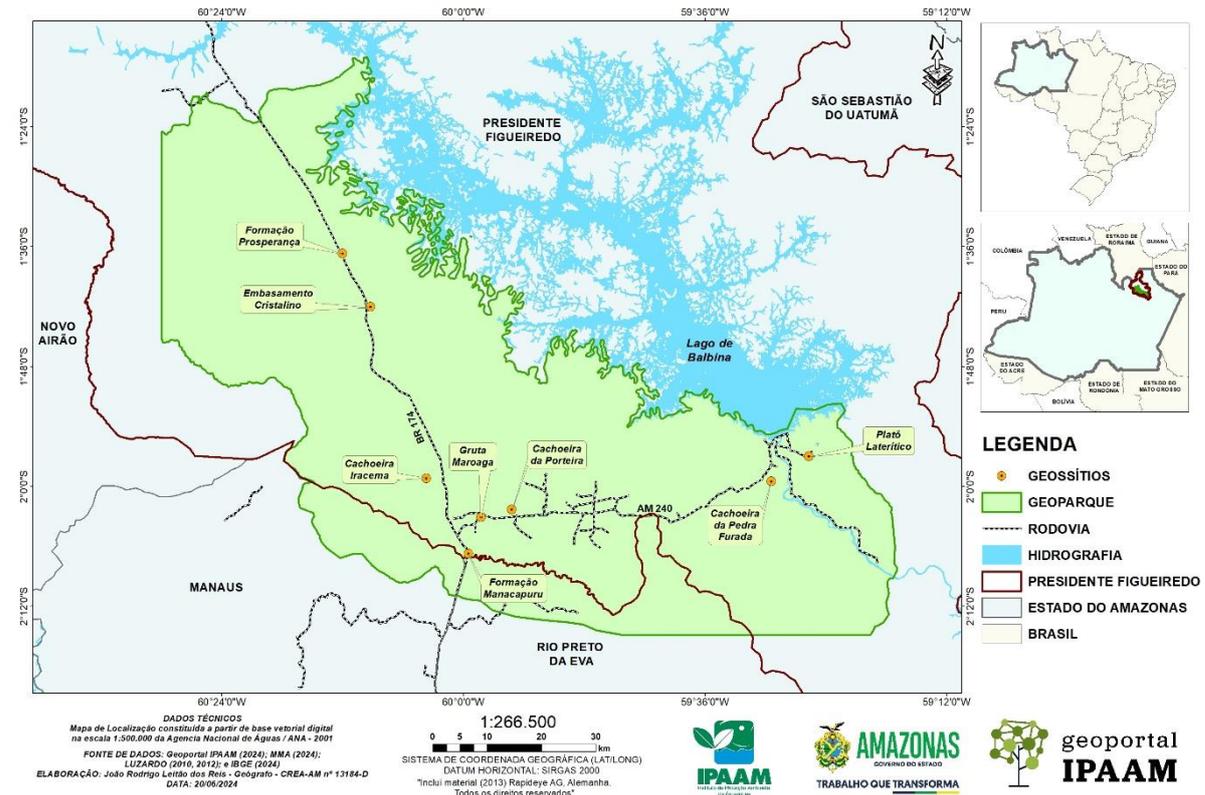


Figura 12 – Geoparque Cachoeiras do Amazonas. Fonte: IPAAM (2024).

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Presidente Figueiredo já executou ações e medidas na busca por implementar o Geoparque a partir dos seguintes aspectos: 1 - Inventário geológico concluído (CPRM); 2 - Relatório concluído e publicado (CPRM); 3 - Audiência pública em 26/10/2011 para discutir a criação do Geoparque; e, 4 - Decretada Lei Municipal nº 1301 que oficializa criação do Geoparque.

Outras medidas mais emergenciais devem ser realizadas, dentre essas: 1 - Refazer a Sinalização dos Geossítios; 2 – Efetuar ampla divulgação do Geoparque e seus Geossítios; e, 3 – Reestruturar e criar o comitê gestor.

A SEMMAS de Presidente Figueiredo tem pleno conhecimento dos critérios a serem atendidos para o Geoparque Cachoeiras do Amazonas ser aceito como membro da Rede Global de Geoparque Nacionais. Essa rede foi criada pela UNESCO em 2004, discriminando que um Geoparque deve proporcionar educação ambiental, preservar o Patrimônio Geológico e Assegurar o Desenvolvimento Sustentável. Esses aspectos dentro da tríade Educação, Geoconservação e Geoturismo.

2.8. Perguntas e Respostas do Painel I:

Foi realizada uma rodada de perguntas aos palestrantes sobre os temas abordados, oportunizando a participação da plenária do Seminário (Fig. 13).



Figura 13 – Sessão de Perguntas ao Palestrantes do Painel I. Fonte: IPAAM (2024).

Pergunta 01: Sr. Marco Lima – Representante da SEMMAS CLIMA Manaus: Perguntou sobre a governança do Sítio Ramsar Regional Rio Negro e recomenda que a Save Brasil esteja presente no Estado do Amazonas.

Pergunta 02: Sr. Inaldo Seixa – Representante da SEMMAS Presidente Figueiredo: Indagou sobre o que é necessário para superar os desafios e complicações na gestão de áreas internacionais.

Pergunta 03: Sr. Amilton Gadelha – Representante do Centro de Educação Tecnológica do Amazonas - CETAM: Perguntou sobre quais são os maiores gargalos para a sensibilização e o que é preciso para as capacitações.

Pergunta 04: Felipe Freitas – Representante do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas - IDAM: Indagou se há algum debate sobre soberania alimentar e sobre as iniciativas para beneficiamento de produtos da sociobiodiversidade, como os florestais não madeireiros.

Pergunta 05: Ícaro Costa – Discente da Universidade do Estado do Amazonas - UEA: Indagou sobre quais são as outras áreas de conservação.

Pergunta 06: Fábio Bassini – Professor da Universidade do Estado do Amazonas - UEA: Perguntou sobre que medidas podem ser adotadas para se ter estratégias para dar voz aos comunitários que residem em unidades de conservação e nas áreas reconhecidas internacionalmente para conservação da biodiversidade e fazer com que suas propostas cheguem e sejam adotadas pelo executivo e tomadores de decisão.

Respostas:

Sra. Kaline Rossi - Consultora da UNESCO para o Projeto "Conectando as Reservas da Biosfera Amazônicas" - Projeto UNESCO/LVMH: "Na gestão de grandes áreas protegidas deve-se olhar localmente, verificando as peculiaridades de cada setor. Nesse sentido, trabalhar com a Governança Descentralizada, trabalhando os setores, como os rios Negro, Juruá, Purus. Dessa forma, criando espaços coletivos participativos e paritários, envolvendo organizações governamentais e não-governamentais com a participação de comunitários. A UNESCO tem trazido no Projeto Amazônia LVMH, a cadeira para jovens, no caso da Reserva da Biosfera, mas também em todas as instâncias de governança do território, pois se entende que é uma questão geracional e se tem uma preocupação com o esvaziamento das pessoas que saem das áreas protegidas para as cidades. Então uma das estratégias do projeto também é trazer essa renovação, capacitar jovens e novas pessoas para estarem ocupando esses espaços, tornando-os inclusivos e efetivos. Sobre os Produtos Florestais Não Madeireiros, uma das estratégias do Projeto Amazônia LVMH da UNESCO é apoiar iniciativas que trabalham na questão da bioeconomia do território. Então, um exemplo, bem interessante que se tem apoiado agora é a Usina de Óleos Vegetais na Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS Uatumã, que é um projeto comunitário que tem apoio do Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia - IDESAM e beneficia resina de breu e vai começar a processar pau rosa e outros óleos vegetais. É uma iniciativa que tem dado autonomia e trazendo os produtos florestais não madeireiros como fonte de renda segura e significativa para as comunidades.

Essas ações ajudam a fortalecer o território, pois traz o empoderamento local e financeiro, influenciando nas decisões e engajamento das pessoas que estão no território.”

Sr. Miquéias Santos de Souza - Consultor da UNESCO para o Projeto "Conectando as Reservas da Biosfera Amazônicas" - Projeto UNESCO/LVMH : “A governança das reservas da biosfera é de extrema relevância e tem uma coisa que nos diferencia de todas as outras reservas da biosfera do Brasil que é a existência de uma expressiva quantidade de área conservada, assim como, a diversidade de comunidades tradicionais, sejam quilombolas, indígenas, ribeirinhos. Outro fator são as Unidades de Conservação - UC, cuja quantidade em número e tamanho é maior que em outros lugares. Até por que a Reserva da Biosfera da Amazônia Central - RBAC é gigante. Tem o desafio de conectar a RBAC como projeto guarda-chuva para apoiar as UC por ela abrangidas. As UC nas suas especificidades cumprem funções de conservação da biodiversidade e governança, buscando a paridade nos conselhos, tem a participação micro, que precisa se conectar com esse macro. A UNESCO hoje adota a estratégia dos diálogos interculturais que coloca em uma arena de conserva povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos para discutirem agendas específicas. No Brasil já começou esse diálogo intercultural, que será efetivamente implementado regionalmente. Dentro do levantamento das cadeias produtivas das Reservas da Biosfera foi detectado o “pirarucu” na Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS Mamirauá, que é um potencial enorme no Estado do Amazonas, porém verificamos que não há beneficiamento, por exemplo, do couro do pirarucu (confecção de bolsa, sapato), apesar de ser mais caro que a carne do referido peixe. Algumas iniciativas locais ainda são embrionárias. Faltam políticas públicas e investimentos para desenvolvimento da cadeia produtiva no Estado do Amazonas. Quanto a capacitação aos ribeirinhos e comunitários temos conhecimento dos problemas logísticos no Estado, porém o CETAM tem chegado, através das mídias, conectando por meio da tecnologia, devendo ser ampliado para todo o território, dada as distâncias, seja em comunidades ou aldeias indígenas, cujos residentes não conseguem se deslocar. ”

Sr. Luiz Augusto Schwade - Secretário Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Presidente Figueiredo: “Como sensibilizar o caboclo, que está lá ponta? Para mim essa é a parte fácil. Difícil é sensibilizar os tomadores de decisão, eu enquanto Gestor Público posso dizer, nós é que somos difíceis de sensibilizar em relação a essas questões. Acaba que só é sensibilizado na tragédia, quando a fumaça invade a cidade ou em tragédias como a do Rio Grande do Sul. Ano passado tivemos uma atuação para buscar soluções as queimadas/fumaça. Como resposta, Presidente Figueiredo diminuiu de 2022 para 2023, cerca de 20% do número de alertas de queimadas registrados pelo Instituto de Pesquisas Espaciais - INPE. Enquanto que a região metropolitana teve aumento de 80% e o Estado do Amazonas teve uma redução de 7%. Nossa atuação, com todas as dificuldades, foi chegar nas pessoas antes, está presente do território. Os gestores em geral não estão presentes no território. Então, precisa sensibilizar não o caboclo que está lá embaixo, mas sim os Gestores, pois a

maioria das coisas dependem de recurso, as coisas não acontecem de graça. O reconhecimento da UNESCO sobre a importância de um local não muda nada, se aquele local não tiver políticas públicas. A UNESCO está dizendo lá é um local importante que precisa ser cuidado. Para isso acontecer, tem que ter recurso chegando lá. Estão destruindo tal lugar, mas o que está sendo feito para conter e o que tem de recurso. Depois que está destruído, fazer uma multa é até simples. Tem que ter resposta, precisa chegar antes. Chegar o recurso e chegar o conhecimento, pois a população se sensibiliza muito facilmente.”

Sr. Edson Ribeiro Luiz - Coordenador do Projeto IBAs: “Conservarmos com o caboclo, quando chegamos para conservar os passarinhos. Essa frase do Lula, que é uma frase muito bonita e de efeito, que é um desafio não só dele, mas nosso também, que é exatamente deixar a floresta em pé e rentável. Cuidar dos passarinhos se tornar rentável para os caboclos, é o grande desafio. É redundante falar isso, mas conservar a biodiversidade tem que gerar renda para o caboclo, para as comunidades que lá estão. Senão, nós não iremos convencê-los. Só com as imagens, fotos, cantos e com a poética do biólogo, nós não iremos convencê-los.”

Sr. Guillermo Moisés Bendezú Estupinan - Especialista em Recursos Pesqueiros da WCS Brasil: “Em 2021 a WCS teve uma série de conversas muito intensas com a Fundação Getúlio Vargas - FGV, que é a executora do Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia Brasileira - ASL Fase 2 ASL II, onde junto com o MMA, falamos sobre as várias oportunidades de governança dos Sítios Ramsar, especialmente o território médio rio Juruá e o território rio Negro. Em 2022 praticamente houve a interrupção da comunicação e mudou o governo. Em 2023 não tivemos diálogo. E agora está havendo uma nova cara para a implementação do Projeto ASL II. A questão é que estávamos conversando sobre a governança dos Sítios Ramsar dentro da lógica do Projeto ASL II. Porém, na verdade, temos que conversar sobre a governança dos Sítios Ramsar acima de Projetos. Então é uma conversa nova que irá acontecer, por que hoje a ASL II prevê outros recursos e financiadores. Temos que trazer essa discussão para poder avançar. Tem que sensibilizar o caboclo e entender algumas coisas. Um exemplo disso foi que semana passada estive em um evento sobre conservação de áreas úmidas na Amazônia brasileira, tinha gente da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos - CONAQ, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB e representantes do Conselho Nacional das Populações Extrativistas - CNS. E uma pesquisadora perguntou nesse evento: Como vocês entendem áreas úmidas? Eles responderam, “para nós está lá, no nosso dia a dia, no nosso cotidiano”. Precisamos trazer para nossas pautas a compreensão das coisas locais. A nossa sensibilização parte disso também, como que as populações locais entendem as áreas úmidas, como as classificam, como as enxergam, para fazermos a construção de políticas conjuntas. Quanto a necessidade de formação, acho que a tecnologia é a principal ferramenta. A internet chegou rápido e com ela benefícios e malefícios. Acho que a forma como as pessoas lidam com o acesso as ferramentas tecnológicas e computadores é fundamental para trabalharmos com o monitoramento de pesca, por



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

exemplo. O meu sonho é que as pessoas consigam entrar no site e baixar em planilhas de excel os dados que estão sendo coletados e gerar seus próprios gráficos para fundamentar suas decisões locais. Isso que precisamos avançar, pois a tecnologia (a internet chegou) e as pessoas estão dando um jeito de acompanhar isso, então temos que formar, urgentemente, as pessoas para o uso das ferramentas tecnológicas. O desafio das áreas não conservadas, territórios tão grandes, dentro de uma lógica de proteção como reserva da biosfera ou sítios Ramsar, é um desafio enorme. O Projeto Corredores Ecológico - PCE trazia o nome das Zonas de Interstício, que é um conceito que precisa ser visto e olhado, pois ainda existem, as áreas ocupadas por Cidades. Com as cidades se relacionam com as águas e a floresta. Temos focados mais nas unidades de conservação e áreas protegidas, mas temos que olhar para as cidades. ”

www.ipaam.am.gov.br
twitter.com/lpaamAM1
[instagram.com/@ipaamam](https://www.instagram.com/@ipaamam)
[facebook.com/@ipaamAM](https://www.facebook.com/@ipaamAM)

gabinete@ipaam.am.gov.br
Fone: (92) 2123-6721 / 2123-6731
Av. Mario Ypiranga, 3280, Parque Dez
Manaus - AM
CEP: 69050-030



Parte II – Fortalecimento da gestão das Áreas Internacionais no Estado do Amazonas: Sobreposições e sinergias entre Áreas com Reconhecimento da Importância Internacional para a Conservação da Biodiversidade no Brasil

2.9. Estudo de caso da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – RBMA no âmbito do Projeto *Multi-Internationally Designated Areas - MIDAs da UNESCO*

Clayton Ferreira Lino (Fig. 14):



Figura 14 – Palestrante Clayton Ferreira Lino. Fonte: IPAAM (2024).

“Bom, antes de tudo, é um enorme prazer, nesse dia do meio ambiente, estar comemorando com os amigos aí da Amazônia e da Reserva da Biosfera da Amazônia Central, do IPAAM e da SEMA e, também, com os colegas que trabalham aí com as áreas protegidas, sejam federais, estaduais, municipais e com os outros sítios que essa área reúne. Esta região é um exemplo praticamente completo do que a gente chama de Áreas de Multi-Designação Internacional - MIDAs, as áreas de múltipla designação e reconhecimento internacional e que é sobre isso que pediram que falasse um pouco. Então, um prazer e obrigado aí pela oportunidade de estar com vocês.

Bom, primeiro localizando aí a questão do programa MAB, que é a referência primeira que eu ia colocar sobre a reserva da biosfera, e depois nós vamos falar do cruzamento aí com as outras designações internacionais. O programa MAB, que é *Man and Biosphere*, homem e biosfera, no sentido de humanidade, tem por objetivo promover as relações harmoniosas entre as pessoas e seu ambiente em todo o mundo. É um programa realmente global, criado em 1971 pela Unesco, e foi



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

possivelmente o primeiro programa internacional que integrou formalmente mesmo a questão de conservação com desenvolvimento. E pensando aí na ideia do desenvolvimento sustentável, embora esse termo ainda não tivesse sido apunhado à época. E as reservas da biosfera são o principal instrumento desse programa, são territórios reconhecidos como prioritários para as três funções pensadas de maneira integrada, que é a conservação, e nós estamos falando de conservação tanto da biodiversidade quanto das águas, da paisagem, do patrimônio cultural também, mas além da conservação também a questão do desenvolvimento sustentável e a promoção do conhecimento, e tanto o conhecimento tradicional quanto o conhecimento científico.

Então é um desafio muito grande, um programa ambicioso, e que hoje é bastante exitoso para a sorte de todos nós. Essa imagem é de Paraty, que é o mesmo tempo Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e é Sítio Mundial do Patrimônio, tanto cultural quanto natural, um sítio misto. Então aí as reservas da biosfera têm um zoneamento. Todas as reservas da biosfera no mundo têm um zoneamento. Aqui tem a zona núcleo, tem zona de amortecimento e zona de transição. Todas as reservas da biosfera têm só esses três tipos de zonas. Basicamente, essas zonas é um ovo frito na frigideira, que tem aí o núcleo, a gema, que são as áreas de proteção da biodiversidade. No caso nosso, as unidades de conservação de proteção integral. Ou seja, a principal função é conservar áreas com os ecossistemas funcionando como um todo e com a proteção muito forte em termos da biodiversidade como um todo e seus serviços ambientais. Uma zona de amortecimento que não vai estar no entorno ou conectando essas áreas núcleo que é, por exemplo, o caso do Brasil, as Áreas de Proteção Ambiental - APA, as Reservas de Desenvolvimento Sustentável - RDS, as Reservas Extrativistas - RESEX, as áreas tombadas, etc. Ou seja, tem natureza com conservação, mas também tem atividade humana. As atividades basicamente que possam ser caracterizadas como compromissadas com a sustentabilidade. E uma zona de transição onde a questão da pesquisa, monitoramento, educação ambiental, etc. também são essenciais.

Então aqui uma informação rápida sobre a questão da Rede Mundial de Reservas da Biosfera. Hoje nós temos 748 reservas da biosfera em 134 países. E isso cobre em torno de 5% da superfície terrestre do planeta e envolve muita gente, pois 277 milhões de pessoas vivem em reservas da biosfera. Algumas dessas reservas são inclusive transfronteiriças também, entre países. E temos no Brasil uma rede brasileira de reservas da biosfera. Temos no Brasil 07 grandes reservas da biosfera. A maior parte é definida de acordo com os principais biomas do país. Nós temos a reserva da biosfera da Mata Atlântica, da Caatinga, do Pantanal, do Cerrado, etc. Nós temos a da Amazônia Central. É claro que a Amazônia, dada as suas dimensões, merece e cabe ter mais de uma grande reserva da biosfera. Mas essa foi a política

55/94



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

brasileira. Falamos de ter pelo menos uma grande reserva da biosfera por bioma. E também por regiões biogeográficas, como é o caso da Serra dos Pinhaços, que é um grande ecótono. De um lado tem Cerrado, no norte Caatinga, no leste Mata Atlântica. E tem ainda um conjunto muito importante de vegetação rupestre na parte superior da Serra. E também o Cinturão Verde da cidade de São Paulo, que é um caso especial no entorno onde os núcleos, as áreas protegidas de proteção integral estão no entorno da cidade. Ou seja, a zona núcleo está fora e a zona de transição está dentro. E essa rede brasileira é muito ativa. Temos reunião todos os meses. E aí vocês veem a imagem de o que é a distribuição das reservas da biosfera no Brasil. Que dá em torno de 20% do território brasileiro. Isso é um caso excepcional.

Essas reservas da biosfera brasileira, assim com essas grandes dimensões e com essas características, ocupam cerca de um terço de toda a superfície do planeta reconhecido pela UNESCO como reserva da biosfera. A primeira, eu falei, foi em 1991, a Mata Atlântica, mas tem toda essa sequência de importantes reservas. Bom, e aqui eu queria só destacar que no Plano de Ação da Rede Brasileira de Reservas da Biosfera, inclusive foi aprovado um Plano de Ação novo, agora que se estende até, na verdade, 2025, mas com atividades até 2030, em vários casos, a questão dessa integração, buscar sinergia entre as várias designações, é um dos itens que está colocado como prioritário dentro do eixo de cooperação internacional. Então, por exemplo, aí quer contribuir para a implementação do Programa Áreas de Multi-Designação Internacional - Midas da Unesco no Brasil, com as reservas da biosfera, sítios Ramsar, geoparques e sítios mundial do patrimônio natural da humanidade ou culturais. Esses quatro, estão formalmente já dentro do Programa Midas, mas isso se amplia para outras áreas, como as IBAs, as áreas de importância para a questão das aves, assim a mesma coisa dos morcegos, e outras áreas assim. E aí o que se pretende dentro desse Plano de Ação da Rede Brasileira de Reservas da Biosfera? Apoiar a elaboração de um catálogo das áreas Midas do Brasil, o que já está sendo feito, e apoiar um seminário internacional sobre Midas, com foco na América do Sul, em 2026.

E até fica já aqui a provocação de quem sabe a gente faz esse seminário aí na Amazônia, que seria excelente se puder acontecer, por todo o exemplo que essa região implica. Aqui um pouquinho sobre a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, e aí vou entrar especificamente no caso dos Midas. Então, como já falei, a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - RBMA é a primeira do Brasil e é a maior da Rede Mundial da UNESCO. Tem quase 90 milhões de hectares, incluindo aí cerca de 16 milhões de hectares que são em áreas marinhas. Muitas zonas núcleos, sendo mais de 2.500 áreas protegidas do SNUC, distribuídos nos 17 estados brasileiros onde existe a Mata Atlântica. É realmente gigantesca. Bom, e o que somos? Somos um território

56/94



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

reconhecido pela Unesco, que tem os seus zoneamentos, etc. Então, sim, somos uma designação internacional. O compromisso do país, quando entra no Programa MAB, como signatário, é justamente, criar e implementar reservas da biosfera. Então, isso é incorporado na legislação brasileira. Por sinal, na Lei do SNUC, do Sistema Nacional de Unidade de Conservação, nós temos um capítulo específico sobre reservas da biosfera. E o Decreto Regulamentador também. E traz uma coisa que é muito importante nesse caso, que nos transforma também, não só num território ou um título, um selo de qualidade, mas uma instituição autônoma e mista.

Está vinculado a Comissão Brasileira para o Programa “O Homem e a Biosfera” - COBRAMAB, que foi retomada agora, que tinha sido extinta no governo anterior, mas acabou de ser recriada. Estamos muito contentes com isso. Então, as reservas da biosfera do Brasil são vinculadas a essa Comissão Brasileira, que é coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente, via a Secretaria de Biodiversidade, Florestas e Direito Animal. E tem essa, na Lei do SNUC, diz que, justamente assim, a gestão de cada uma dessas unidades é feita por um conselho que é paritário. Metade governo, metade não governamental. E isso é muito importante, e depois eu falo um pouquinho mais dessa questão, da gestão, do sistema de gestão, por causa da questão de governança, que a gente vai tratar logo à frente. Então, assim, só chamando a atenção que nesse, por exemplo, o Conselho Nacional, e tem também uma parte toda descentralizada, né, nessa gestão, que é os comitês estaduais, cada um dos 17 estados, tem unidades de gestão descentralizadas, tem postos avançados, ou seja, e tem uma, no caso da Mata Atlântica, da reserva da Mata Atlântica, nós temos uma Organização Não Governamental - ONG, uma OSCIP, criada especificamente para implementar ações, projetos, convênios, etc., da reserva da biosfera, certo? E isso é muito importante também.

E todos esses colegiados, eles são metade governo, metade não governamental. Então, por exemplo, no Conselho Nacional, o governo federal, ou seja, o Ministério do Meio Ambiente, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, etc., as secretarias ou órgãos de meio ambiente dos 17 estados, representantes de municípios. E na outra metade, nós temos Organizações Não Governamentais - ONGs, nós temos moradores, aí basicamente comunidades tradicionais, povos indígenas, mas também, às vezes, representantes de comunidades urbanas, inclusive, e cientistas e setor empresarial também. E temos, o nosso tempo não permite, mas a gente tem, só para saber que existe um conjunto muito grande de programas de atuação com projetos que vão ao campo, né? E que trabalham diretamente com as comunidades locais. Então, programa de turismo sustentável, mercado, mata atlântica, cultura, tem os postos avançados, tem programa de

57/94



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

restauração, de áreas protegidas, de mosaicos, etc., e também de cooperação internacional. E temos programa de políticas públicas, que também atuamos, assim, no âmbito geral das políticas públicas. Isso é importante entender pelo que nós vamos falar agora em relação especificamente ao Programa Midas. O Programa Midas foi criado pela Unesco, estava sediado em Paris, mas agora, na sede da Unesco, agora ganhou um centro especializado em Jeju, na Coreia do Sul. Tem apoio muito forte lá do governo local, inclusive, e Jeju é uma ilha autônoma da Coreia do Sul, que, ao mesmo tempo, tem reserva da biosfera, sítio do patrimônio mundial, sítio Ramsar e geoparques sobrepõem. Então, eles têm um interesse também muito grande, têm muita contribuição nesse sentido.

O que é o objetivo do Programa Midas? Promover a interação e a sinergia entre as áreas com designações, reconhecimento internacional, especialmente essas quatro, de forma articulada com as áreas protegidas. No caso nosso, as áreas protegidas brasileiras, que são, inclusive, a base para todos esses outros reconhecimentos internacionais. E aí eu queria chamar a atenção, então, para a situação brasileira. Essas IDAs são as Áreas de Reconhecimento Internacional, sem o M, certo? Nós temos muitas no Brasil, vamos falar. Nós temos, e no mundo como um todo. Então, para ter uma ideia de que essa situação aí, no caso da Amazônia, não é única. Nós temos mais de 500 áreas do planeta que têm sobreposição desses reconhecimentos diversos, desses vários mecanismos. De reserva da biosfera, nós temos um total de 748 reservas em 134 países, como eu falei. Patrimônio mundial, nós temos 1199 áreas no planeta reconhecidas como patrimônio mundial, sendo que a maior parte são da categoria cultural, mas temos 200, são 933, temos 227 que são patrimônio mundial natural e temos 39 que são mistos, ao mesmo tempo cultural e natural. Então, em 168 países. Os geoparques, que são mais recentes, nós temos um total de 213 reconhecidos em 48 países. E nós temos mais de 2.500 sítios Ramsar, em 172 países. A soma disso tudo dá quase 5 mil áreas reconhecidas, 4.500 áreas reconhecidas no planeta com estas designações, sem entrar nas outras. E aí, como é que é o caso do Brasil?

No Brasil, nós temos 63 IDAS. Aquelas áreas reconhecidas internacionalmente, sendo que são 23 sítios do patrimônio mundial, dos quais 15 são culturais, 07 naturais e 01 misto. Nós temos 07 reservas da biosfera, 06 geoparques globais e 27 sítios Ramsar de áreas úmidas. E nesse conjunto, inclusive o tamanho dessas áreas, as reservas da biosfera são grandes, os sítios são grandes, os Ramsar também, tem muita sobreposição. Mais de metade dessas idas são Áreas de Multi-Designação Internacional - MIDAS. Às vezes, por exemplo, assim, reservas da atmosfera e sítios do patrimônio mundial, 10 dos 23 sítios do patrimônio mundial estão dentro ou sobrepostos com reservas da biosfera e assim por diante. Às vezes tem três

58/94



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

categorias, ainda não temos nenhum completo formal com as quatro categorias. Mas com uma passagem rápida aqui para vocês entenderem do que é que estamos falando. Essa aqui é a lista dos 23 sítios do patrimônio mundial no Brasil. Aí o patrimônio mundial cultural. Dentro desses tem, por exemplo, o Parque Nacional da Serra da Capivara ou as paisagens cariocas entre a montanha e o mar. Ambas são reconhecidas do ponto de vista cultural, mas são essencialmente paisagens e recursos naturais. E no caso do Rio de Janeiro é tudo Mata Atlântica e está dentro da reserva da biosfera da Mata Atlântica. No caso lá do Parque Nacional – PARNA da Serra da Capivara, predominantemente Caatinga.

Então eles estão aqui na nossa conta de sobreposição também e lá sobrepõe com a Reserva da Biosfera da Caatinga e a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Nós temos os sete patrimônios mundiais naturais. E nós temos um patrimônio misto que é a região de Paraty que eu citei no início, que é natural, cultural e sobrepõe também com a reserva da biosfera. Aqui lembrando que dentro dos culturais também nós temos vários que são as cidades ou de monumentos, etc. que estão também dentro de outras áreas, como reserva da biosfera, por exemplo. O caso de Olinda é um exemplo. Tem a questão natural e cultural integrada, embora o reconhecimento seja só cultural como patrimônio mundial. Temos sete áreas reconhecidas como patrimônio mundial natural. Que é o Iguaçu, que foi a primeira. E depois nós temos a costa sudeste do Brasil, da Mata Atlântica. Nós temos na área da Bahia também, patrimônio da Costa do Descobrimento. Temos o Parque Nacional do Jaú no estado do Amazonas. Temos Pantanal.

Temos áreas protegidas na região de Goiás, no Cerrado. E, bom, destas reservas, depois vocês vão ver, todas elas cruzam com reserva da biosfera. Todas estão dentro de reserva da biosfera, porque essas reservas são maiores. Também o Parque Nacional do Jaú na Amazônia. Mas é só para mostrar a distribuição dessas áreas de patrimônio mundial natural no Brasil. E temos uma lista tentativa grande também que deve acontecer. Dessa lista que virá, buscando reconhecimento na Unesco, vários também estão dentro de reserva da biosfera. A convenção Ramsar entrou em vigor no Brasil em 24 de setembro de 1993. O Brasil tem atualmente 27 sítios designados como zonas úmidas de Importância Internacional (Sítios Ramsar), com uma superfície de 26.794.455 hectares. Tem geoparques aspirantes e mundiais, grande parte sobrepostos as reservas da biosfera. Apresento um estudo de caso de MIDAS realizado na RBMA no PARNA Cataratas do Iguaçu, que também é sítio do patrimônio mundial. Há zonas de sobreposições nas reservas da biosfera. Na RBMA há um total de 22 Sítios/Áreas com Reconhecimento Internacional sobrepostos – MIDAS, sendo identificados 04 Sítios Mundiais do Patrimônio Natural da Humanidade, 10 Sítios Mundiais do Patrimônio Cultural, 01 Sítio Mundial Misto Natural e Cultural, 04

59/94



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

Geoparques Mundiais e 11 Sítios Ramsar. Deve haver a gestão integrada dessas áreas internacionais sobrepostas – MIDAS (Áreas de Multi-Designação Internacional), tendo obviamente benefícios e desafios na gestão. Em 2022 houve um treinamento e capacitação integrada entre reservas da biosfera e geoparques: curso sobre uso dos dados e plataformas do Projeto de Mapeamento Anual do Uso e Cobertura da Terra no Brasil - MAPBIOMAS, possibilitando ampliar as estratégias de integração de agendas. Outro exemplo é o ecoturismo integrado implementado na RBMA, com desenvolvimento de Roteiros da Biosfera para o turismo da sustentabilidade, segmentado na agroflorestal e orgânicos, pousadas certificadas, gastronomia sustentável, guias turísticos locais, comunidades tradicionais, patrimônio cultural e áreas protegidas. Todas essas ações se consolidam nos Postos Avançados na RBMA, oportunizando espaço para suporte das diversas atividades.

Enfatizo que precisamos de uma política pública que integre nossas áreas protegidas nacionais e internacionais e que promova a participação das várias esferas governamentais e da sociedade visando: a) Promover conservação, proteção, restauração e educação ambiental; b) Gerar emprego, renda, orgulho, engajamento e bem-estar social; c) Integrar os sítios na região e valorizar o seu entorno natural, cultural e socioeconômico, em especial nas comunidades tradicionais; d) Promover o turismo nacional e internacional nos sítios e resgatar o protagonismo brasileiro na agenda global de sustentabilidade; e, e) Promover a articulação institucional para a gestão integrada dos sítios otimizando recursos, conhecimento e capacidade de mobilização.

Precisamos de uma política pública que integre nossas áreas protegidas nacionais e internacionais: a) PROPOSTA 1 - Criar um catálogo nacional e o mapa integrado de IDAs e MIDAS no Brasil (com MAPBIOMAS?) e rebater no âmbito estadual e municipal; b) PROPOSTA 2 - Incluir todas as Categorias IDA no SNUC; c) PROPOSTA 3 - Criar Comitê Nacional de Integração MIDAS (Secretaria Executiva no MMA ?); d) PROPOSTA 4 – Promover Intercâmbio, Seminários, Publicações e cursos conjuntos, comunicação e redes sociais em sinergia; e, e) PROPOSTA 5 - Promover o turismo sustentável em roteiros integrados pelos MIDAS no Brasil.”

Perguntas aos Palestrante:

Luiz Augusto Schwade: “É mais uma constatação que uma pergunta. Eu observando os mapas, claro que tem a Reserva da Biosfera da Amazônia Central muito grande, mas tem poucos sítios de geoparque ainda não reconhecido na Amazônia, assim como, outros sítios reconhecidos internacionalmente tem poucos, que dá a sensação que conhecemos muito pouco e se faz conhecer muito pouco da Amazônia. Até acho estranho, por exemplo,

60/94

temos um pleito de geoparque em Presidente Figueiredo, mas não temos na região do alto rio Negro e outras regiões importantes biologicamente. Promover que outras regiões também façam pedidos.”

Clayton Ferreira Lino: “Essa é uma constatação que verificamos em todos os reconhecimentos, não falta na Amazônia áreas que atendam os critérios mais rigorosos que atendam as todas as categorias de reconhecimento internacional. O que falta é ter propostas estruturadas, sabendo assim, por exemplo, sítio do patrimônio mundial hoje está bastante restrito, só pode por país mandar uma proposta por ano. Então é uma disputa também]. Reservas da Biosfera também pode ser criada na zona costeira da Amazônia. Geoparque tem áreas preciosas, além de Presidente Figueiredo. Devemos pensar desde já no desenho dessas áreas, não fazer propostas isoladas, os geoparques já criados e reconhecidos pela UNESCO já tinham considerado as reservas da biosfera e foi feito uma proposta coerente. As áreas devem colaborar para desenvolvimento das propostas de reconhecimento qualquer que seja a categoria que se vá buscar.”

João Rodrigo Leitão dos Reis: “A nível de Brasil quanto a temática da reserva da biosfera, a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – RBMA é uma referência, inclusive pelo seu grau de implementação e todo arranjo institucional, de comunicação, de produção técnica e infraestrutura física, no contexto da sua enorme experiência na implementação de reservas desse porte, quais são as principais lições aprendidas nesse percurso da sua vivência com essas áreas.”

Clayton Ferreira Lino: “Precisaria de outra palestra para responder isso. Sendo muito simples, a maior contribuição que uma reserva pode dá na experiência brasileira é funcionar como um grande fórum de articulação institucional governamental ou não governamental, tal comunitária, etc. Então um bom sistema de gestão que seja descentralizado, transparente, participativo é que faz a diferença principal para implementar projetos, programas, etc. Então na questão da governança é essencial, e fora isso, no caso da RBMA temos realmente uma experiência muito rica, a RBMA tem o Prêmio Muriqui, temos programa de empresa amiga da reserva da biosfera, temos o programa de super sucesso que são os postos avançados descentralizados, temos os programas técnicos que são ligados a capacitação diretamente com as comunidades, mercado mata atlântica, turismo sustentável, há muita experiência, assim como a RBMA tem a experiência das outras reservas também. Mas eu diria o seguinte, nós mostramos que reservas grandes podem ser um sucesso, foi um susto para a UNESCO quanto a RBMA foi crescendo, o que não era um modelo de reserva da biosfera. Mas hoje temos um modelo brasileiro de reserva da biosfera com muita inovação, contribuimos muito para a cooperação internacional, do Programa MAB da UNESCO como um todo. Eu acho que a mesma coisa pode ser explorada nos Sítios Mundiais, Geoparques, etc. Só para finalizar gostaria de dizer o seguinte, fosse eu um território gostaria de ser e continuar sendo ocupado de maneira sustentável por povos originários, comunidades tradicionais, etc.”



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

pois isso é uma garantia que estamos fazendo as três funções do programa MAB e outras. Tendo uma gestão participativa integrada, mas além disso, gostaria de ser reconhecido como Sítio do Patrimônio Natural, que é o mais famoso, gostaria de ser gerido por um sistema de gestão da reserva da biosfera e toda a força de um geoparque para um turismo de base comunitária valorizando a bio e a Geodiversidade. E claro os Ramsar que fossemos um ponto de parada de rota migratória conectando com as outras áreas e continente, aproveitando essas virtudes de uma maneira sinérgica, esse é o nosso desafio e temos total interesse de estarmos apoiando.”

Christina Fischer: “Boa tarde Clayton. Aproveitando a oportunidade para te parabenizar. Tua palestra foi muito didática, temos um público bem diversificado, temos representantes de instituições, de universidade, de estudantes, assim de pessoas que já estão nessa luta já fazem muitos anos, e que continuam acreditando que nosso trabalho irá fazer a diferença para a sociedade. Obrigada em nome das instituições que organizaram esse evento, por essa tarde, por teu tempo, compartilhar conosco a tua experiência. Você falou coisas de extrema importância que serão úteis para Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas, que tem esse papel de formuladora de políticas e gestão das áreas protegidas e áreas reconhecidas internacionalmente, e que possam se materializar na vida das pessoas, como você bem falou. Que os objetivos do Programa MAB realmente se concretizem, estamos aqui em uma parceria interinstitucional, temos que agradecer a presença de todos, como também tua disponibilidade e tempo para contribuir conosco. Em nome do IPAAM e todos presentes na plenária.”

Clayton Ferreira Lino: “Obrigado Christina, prazer grande está aqui. Eu vi que na plenária tem muitos amigos, mando abraços para todos. Feliz dia do Meio Ambiente para todos nós. Que não seja apenas um dia, um Mês, um Ano.”

2.10. Integração do Mosaico de Unidades de Conservação do Baixo Rio Negro com as Áreas de Importância Internacional

O palestrante Marco Antônio Vaz de Lima (Fig. 15):



Figura 15 – Palestrante Marco Antônio Vaz de Lima. Fonte: IPAAM (2024).

“Estou grato por participar desse Seminário e poder trazer a experiência de gestão integrada realizada no Mosaico de Unidades de Conservação do baixo rio Negro - MBRN. Primeiramente temos que entender a dimensão da Bacia do rio Negro, que possui 71 milhões de hectares, abrangendo o Brasil, Colômbia, Guiana e Venezuela. Essa bacia hidrográfica abrange um complexo de área de áreas protegidas entre unidades de conservação e terras indígenas nos quatro países.

A integração do Mosaico com a Reserva da Biosfera da Amazônia Central - RBAC, criada em 2001, é uma realidade e precisa ser fortalecida, uma vez que essa reserva engloba praticamente todas as unidades de conservação do mosaico. Esse fato também precisa ser relacionado com a ocupação do território, especialmente pela região metropolitana de Manaus e outros projetos que já foram executados, como o Corredor Central da Amazônia – CCA.

O Conselho Consultivo do Mosaico de UC do baixo rio Negro foi criado pela Portaria nº 783, de 14 de dezembro de 2010, prezando pela participação e representatividade das comunidades. A composição oficial e atual do Conselho Consultivo do Mosaico do Baixo Rio Negro é a seguinte:

I - 1 (um) representante das Unidades de Conservação Federais de Proteção Integral – ICMBIO;



II - 1 (um) representante da Unidade de Conservação Federal de Uso Sustentável – ICMBIO;

III - 2 (dois) representantes das Unidades de Conservação Estaduais – SEMA-AM;

IV - 1 (um) representante da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé – SEMMASCLIMA;

V - 1 (um) representante de um dos Municípios onde estão localizadas as Unidades de Conservação - Atualmente é a Secretaria de Turismo de Novo Airão;

VI - 1 (um) representante dos povos indígenas da região (Comunidades Cipiá e Makuitá);

VII - 1 (um) representante do Conselho da Reserva da Biosfera da Amazônia Central – Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação do Amazonas - SEDECTI;

VIII - 4 (quatro) representantes de organizações de base atuantes na região de influência do mosaico: Fórum Permanente em Defesa das Comunidades Ribeirinhas de Manaus - FOPEC, Associação das Comunidades Sustentáveis da Reserva Rio Negro - ACS Rio Negro, Associação dos Moradores do Rio Unini - AMORU e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Novo Airão;

IX - 1 (um) representante de organização não-governamental ambientalista, atuante na região de influência do mosaico: Fundação Vitória Amazônica - FVA, Instituto de Pesquisa Ecológicas - IPÊ;

X - 1 (um) representante do setor empresarial, atuante na região de influência do mosaico: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, Amazonas Cluster de Turismo.

O momento atual é de recomposição do Conselho Consultivo do Mosaico do Baixo Rio Negro. Apesar da extinção dos conselhos pelo Governo Federal anterior (Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019), as reuniões e ações do Conselho Consultivo do Mosaico do Baixo Rio Negro continuaram e se lutou por seu pleno funcionamento. O Conselho se manteve ativo também durante toda a Pandemia da COVID19.

A Atuação do conselho se dá por meio de parcerias realizadas no âmbito do Conselho Consultivo do MBRN vários documentos foram produzidos. O Conselho levanta demandas e orienta a proposição de projetos institucionais e é acionado como importante instância para a avaliação/validação de metodologias, produtos e resultados. Há a proposta de incluir outras unidades de conservação no mosaico,



como a Reserva Extrativista – RESEX baixo Rio Branco Jauaperi, Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS Puranga Conquista, Parque Municipal da Cacimba e Área de Proteção Ambiental - APA Tarumã-Ponta Negra. A organização do Mosaico conta com um ambiente interno e externo (Fig. 16).

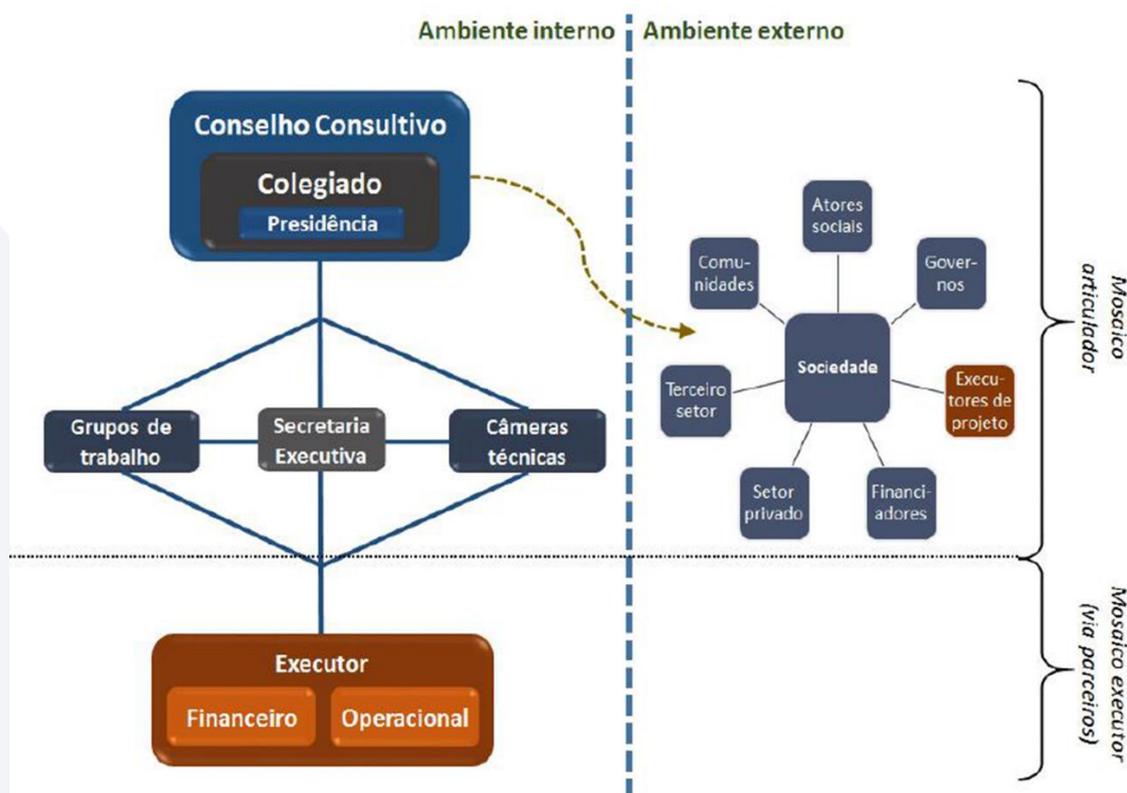


Figura 16 – Sistema de Gerenciamento do Mosaico do Baixo Rio Negro. Fonte: MBRN (2024).

A importância e representatividade da integração do MBRN com as Áreas de Importância Internacional deve-se:

- A magnitude do reconhecimento das áreas e da propositura de sugestões para governança dessas áreas;
- Aproveitar a força dos coletivos locais já estabelecidos nos territórios;
- A importância da captação de recursos (humanos, financeiros, materiais, etc.), definir com clareza de onde vem esses recursos;
- A relevância da participação da sociedade civil nesses processos;

e) Considerando que as áreas, geralmente, são de dimensões gigantes, é importante dividir imaginariamente em áreas menores, pensando em: integração, governança e se possível em gestão;

f) O Mosaico do Baixo Rio Negro como Comitê Regional/Unidade Descentralizada da RBAC, aprovou na última reunião do Conselho do MBRN, uma Manifestação de Interesse a ser enviada ao CERBAC/SEMA;

g) O MBRN no segundo semestre de 2024 não conta com recursos financeiros programados para continuar as suas atividades. ”

Hueliton da Silveira Ferreira (Fig. 17):



Figura 17 – Palestrante Hueliton da Silveira Ferreira. Fonte: Caio Frade - ICMBio (2024).

“Como Chefe do Núcleo de Gestão Integrada de Unidades de Conservação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade em Novo Airão – NGI/ICMBIO Novo Airão tenho visto a importância da integração das agendas para gestão das áreas protegidas. A correlação com as áreas de reconhecimento internacional vem somar e dá maior ênfase ao trabalho executado na base.

Primeiramente, temos que atentar para a missão do ICMBio em proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental. Nesse contexto, o NGI/ICMBIO Novo Airão reúne 09 servidores (05 analistas ambientais, 05 técnicos ambientais e 02 Auxiliares Administrativos) para a gestão da Reserva Extrativista – RESEX do Unini, da RESEX Baixo Rio Branco-Jauaperi, do Parque Nacional – PARNA do Jaú e do PARNA de Anavilhanas. Soma-se ao número de servidores 50 Agentes

Temporários Ambientais – ATAS, sendo 45 agentes nível 1, 02 agentes nível 2 e 03 agentes nível 3.

O NGI/ICMBIO Novo Airão possui uma estrutura com acesso à internet, 04 bases flutuantes, 01 escritório, 02 alojamentos e 01 ancoradouro. O território é bastante vasto, o que mobiliza a reunião de recursos e pessoas para implementação das medidas de gestão. Os Planos de Manejo e Conselhos das UC estão implementados. Há um fortalecimento da bioeconomia.

As ações de fiscalização têm sido exitosas no combate a crimes ambientais nas UC. Há uma participação ativa no Conselho Consultivo do Mosaico do Baixo Rio Negro e nos Conselhos Integrados, como, por exemplo, dos Conselhos do PARNA Jaú e RESEX do Rio Unini, e Conselho Consultivo do PARNA Anavilhanas. Envolver os moradores e usuários das UC é extrema importância, dada a multiplicidade de comunidades, trazendo-os como parceiros para os projetos e medidas desenvolvidas para conservação da biodiversidade.

Dessa maneira, apesar das ameaças do território das UC continuarem a acontecer, as ações de fiscalização têm sido intensificadas contando com diversos parceiros e sendo amplamente divulgadas na mídia. Não é fácil você tirar o foco das atividades de gestão das UC, como bioeconomia ou uso público, para se dedicar quase que exclusivamente à fiscalização e monitoramento, porém com a integração de agendas no próprio ICMBio conseguimos avançar. Os processos de gestão implementados têm sido direcionados a manutenção e ampliação das estruturas existentes e a aplicação das medidas de gestão do plano de manejo das UC, trazendo os comunitários como aliados nas ações de conservação.

Esse Seminário tem importância no sentido de trazer o destaque para as áreas de reconhecimento internacional, que praticamente abrangem todas as UC federais geridas pelo NGI/ICMBIO Novo Airão, o que pode nos fortalecer para busca de parcerias e apoiadores visando implementar nossas atividades de gestão.”

2.11. Abrindo caminhos: Divulgando a proposta de um Plano de Ação para a Geodiversidade de Presidente Figueiredo (AM)

O palestrante Prof. Dr. Raimundo Humberto Cavalcante Lima (Fig. 18), Docente do Departamento de Geociências do Instituto de Ciências Exatas da Universidade Federal do Amazonas – UFAM (humbertoclima@ufam.edu.br), pontuou a importância do Seminário, enfatizando que é uma oportunidade para dialogar sobre as experiências e lições aprendidas, especialmente na seara de Geoconservação. Nesse sentido, informou que está em implantação a proposta de elaboração de um Plano de Ação para a Geodiversidade em Presidente Figueiredo no Estado do Amazonas.



Figura 18 – Palestrante Raimundo Humberto Cavalcante Lima. Fonte: IPAAM (2024).

Para o palestrante é importante compreender que a Geodiversidade é a variação natural (diversidade) de feições geológicas (rochas, minerais, fósseis), geomorfológicas (paisagens, relevo, processos físicos), de solos e feições hidrológicas, incluindo suas associações, estruturas, sistemas e contribuições à paisagem, englobando materiais como rochas, minerais, solos, fósseis, formas de relevo e estruturas. A variedade de processos geológicos que os formam são o vulcanismo, tectonismo, impacto de meteoritos, erosão, sedimentação e intemperismo. Toda essa variedade de materiais e processos geológicos contribuem para dar suporte a vida na Terra.

Nesse contexto, a Diversidade Natural é a junção da biodiversidade mais Geodiversidade e Geoconservação do Patrimônio Geológico, propiciando a conservação da natureza. A Geoconservação é o conjunto de ações que visam definir, avaliar, proteger e elaborar estratégias para o uso sustentável da Geodiversidade e do patrimônio geológico, sendo um ramo das geociências focado na conservação do planeta para as gerações futuras.

Dessa forma, aliar conservação mais uso sustentável está fortemente relacionada ao Geoturismo, educação ambiental, interpretação e popularização da ciência.

A Geoconservação enquanto ciência tem foco na geração de conhecimento, passando pelas etapas de:

- a) Diagnóstico: inventário, avaliação, caracterização, indicações de proteção e uso;
- b) Conservação: Proteção legal, conservação e monitoramento, focada no meio ambiente, na legislação e políticas públicas;
- c) Promoção: Valorização, interpretação e disseminação, com uso da comunicação, educação, turismo e cultura.

O Geoturismo, enquanto atividade econômica, é um ramo do turismo que tem como principais atrativos as feições geológicas – montanhas, rios, vales, paredões e cavernas, incluindo as relações com a cultura local. De forma geral, o Geoturismo promove o desenvolvimento econômico das populações do entorno e a autoestima das comunidades, sendo fortemente amparado no uso sustentável (não extraível) dos recursos naturais.

A Geodiversidade e o Patrimônio Geológico estão e devem ser inclusos no bojo das Políticas de Conservação da Natureza. Nesse aspecto, a UNESCO criou a Rede Global de Geoparques – Geoparques Globais, demonstrando a relevância internacional para a temática, a importância do Geoturismo e a promoção do desenvolvimento local. Os geoparques Globais da UNESCO são áreas geográficas únicas e unificadas, onde os locais e paisagens de importância geológica internacional são gerenciados segundo um conceito holístico de proteção, educação e desenvolvimento sustentável.

Para reconhecimento de Geoparques há necessidade de seguir as seguintes etapas, conforme o Manual de Desenvolvimento de Projetos Turísticos de Geoparques no Brasil do Ministério do Turismo de 2022:

Etapa I: Candidatura do projeto do Geoparque;

Etapa II: Aprovação da candidatura;

Etapa III: Período de preparação para enviar os avaliadores ao território;

Etapa IV: Visita dos avaliadores ao local: a) Conhecer presencialmente o projeto de Geoparque; b) Reavaliar os documentos enviados na hora da aplicação; c) Procurar possíveis ameaças na área do projeto de Geoparque; e, d) Mostrar os pontos analisados e dar recomendações sobre o projeto;

Etapa V: Envio da análise dos avaliadores ao conselho da UNESCO;

Etapa VI: Caso aprovado, recebimento do certificado de Geoparque da UNESCO.

No Brasil existem 06 (seis) Geoparques Mundiais inclusos na Rede Global de Geoparques da UNESCO, são eles:

- a) Geoparque Araripe, reconhecido em 2006;
- b) Geoparque Seridó, designado em 2022;
- c) Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul, diplomado em 2022;
- d) Geoparque Quarta Colônia, reconhecido em 2023;
- e) Geoparque Caçapava, designado em 2023;
- f) Geoparque Uberaba, diplomado em 2024.

No estado do Amazonas foi proposto o Projeto do Geoparque Cachoeiras do Amazonas pelo Geólogo René Luzardo do Serviço Geológico do Brasil - SGB/Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM, tendo sido conduzido pela Prefeitura de Presidente Figueiredo, porém até o momento não houve submissão e certificação pela UNESCO. Porém deve-se re-avaliar a proposta e voltar ao território para traçar estratégias de Geoconservação para efetiva proteção da Geodiversidade.

Nesse contexto, está em fase de desenvolvimento o Projeto “Plano de Ação da Geodiversidade - PAG como ferramenta para geoconservação e gestão sustentável na região amazônica: estudo em Presidente Figueiredo, AM” que tem duração de 36 meses (início em Jan/2024), aprovado no Edital Universal 2023 (chamada CNPq/MCTi), com 05 fases, a saber:

Fase 1 - Sensibilização do Projeto e Consulta Pública: Envolve reuniões com órgãos governamentais, organizações não governamentais e sociedade civil, incorporando uma ampla gama de partes interessadas. Realização de uma consulta pública para avaliar a importância e os resultados do Projeto;

Fase 2 - Inventário da Geodiversidade Local: Engloba o programa de levantamento de campo realizado por meio da reavaliação, complementação e identificação de novos Sítios de Interesse Geológicos - LIGs. Além disso, envolve entrevistas com a população local, verificando os recursos disponíveis na comunidade, museus e escolas para constar no levantamento da infraestrutura. Com base nas informações geradas durante o inventário serão apresentados relatórios provisórios em Presidente Figueiredo;

Fase 3: Divulgação e avaliação dos resultados do diagnóstico e ampliação das informações, com a publicação do Plano de Ação de Geodiversidade;

Fase 4: Atividades de promoção e elaboração de material para ser apresentado em escolas e nas comunidades;

Fase 5: Elaboração do documento PAG e apresentação à população de Presidente Figueiredo e interessados.

O Projeto é composto por uma Equipe multidisciplinar (nacional e internacional) composta por Profissionais da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, Universidade do Estado do Amazonas - UEA, Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM, Universidade de São Paulo - USP, Universidade do Ninho - UMinho, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Serviço Geológico do Brasil - SGB/Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM, tendo como diretriz o Plano de Ação e Auditoria em Geodiversidade (*Geodiversity Audit and Action Plan*) elaborado para o *Northumberland National Park*. As estratégias metodológicas do Projeto PAG são as seguintes:

1) Sensibilização ao Projeto: realização de amplas oficinas e reuniões, em que serão aplicadas metodologias participativas, tais como mapeamento socioambiental, mapa das percepções e world-café;

2) Diagnóstico da Geodiversidade e do patrimônio geológico, cultural e histórico, com: i) Mapeamento geoambiental e descrição da Geodiversidade, construindo uma base cartográfica em SIG, contando com apoio do Serviço Geológico do Brasil;

ii) Inventário e avaliação qualitativa e quantitativa de sítios geológicos com valor científico (etapa de campo e relatório de avaliação);

3) Divulgação e avaliação dos resultados do diagnóstico e ampliação das informações:

i) Compartilhamento e apresentação dos resultados obtidos à população;

ii) Ampliação do inventário de forma participativa (associados a valores: educativo, turístico, histórico e cultural);

iii) Levantamento e avaliação dos serviços ecossistêmicos da Geodiversidade com consulta à população e pesquisadores;

4) Atividades de promoção: roteiros e mapas geoturísticos, visitas guiadas, programas para escolas locais, painéis interpretativos, folders, passeios panorâmicos;

5) Elaboração do PAG: Confecção e consolidação do documento em si, expondo metas claras e específicas para a conservação e gestão da Geodiversidade da região e indicadores para avaliar seu desenvolvimento;

6) Apresentação do PAG à população de Presidente Figueiredo e interessados.

Já foram publicados alguns artigos sobre a temática como:

a) Lima, R.H.C., Garcia, M.G.M.. (2023) Contributions of abiotic nature to riverine populations in the Amazon, Brazil: an analysis based on geoenvironmental units. *Geoconservation Research (Geoconserv. Res.)*, 6(2), 239-408. <https://doi.org/10.57647/j.gcr.2023.0602.24>;

b) Silva, S. R. A., Souza, A. G. H., Lima, R. H. C., & Garcia, M. da G. M.. (2023). Uso turístico e educativo de sítios geológicos: estudo preliminar no baixo Rio Negro, Amazonas, Brasil. *Geologia USP. Série Científica*, 23(2), 139-152. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9095.v23-204678>;

c) Cavalcante Lima, R. H., de Mendonça Barbosa, R. C., de Araujo Lima, V. T., Motta Garcia, M. da G. ., dos Santos Costa, S. ., de Jesus, E. L., Nunes dos Santos, V. M., Manjon Mazoca, C. E. ., Apoema Gomes de Souza, I. ., Honorato de Souza, A. G., Rocha dos Santos, C. do S., Pessoa Venâncio, D. W., & da Silva Jesus, J. (2024). Estratégias de Geoconservação em Áreas Protegidas no Baixo Rio Negro: Abordagem Preliminar. *REVISTA GEONORTE*, 15(48). <https://doi.org/10.21170/geonorte.2024.V.15.N.48.01.29>;

d) Basilio, C. M. ., & Lima, R. H. C. (2024). Geologia dos Lugares Sagrados dos Povos Umükori Mahsã (Desana) e Yepamahsã (Tukano) em São Gabriel da Cachoeira, Amazonas, Brasil. *Revista Geotemas*, 14(1), e02413. <https://doi.org/10.33237/2236-255X.2024.6011>.

3. GRUPOS DE TRABALHO

A plenária foi dividida em 03 (três) grupos de trabalho para analisar e expor contribuições sobre os temas Comunicação, Financiamento e Governança, respectivamente:

3.1. Grupo 01 – Comunicação e Divulgação

O Grupo 01 (Fig. 19) propôs a implementação de estratégias e medidas diversificadas, incluindo a divulgação do papel das áreas reconhecidas internacionalmente, direcionadas ao fortalecimento das relações interinstitucionais e campanhas turísticas direcionadas. Destacou-se a importância de usar ferramentas tecnológicas apropriadas, adaptando a linguagem de acordo com o público-alvo e garantindo acessibilidade conforme as distâncias territoriais.



Figura 19 – Discussões realizadas no Grupo de Trabalho 01. Fonte: IPAAM (2024)

A pergunta que norteou as discussões foi: *Que estratégias e medidas podem ser aplicadas para ampliar o conhecimento e a divulgação das áreas reconhecidas internacionalmente para conservação da biodiversidade no Amazonas?*

Moderadora: Christina Fischer (IPAAM)

Participantes: Danyela Almeida Paiva (WCS), Mária Rosária do Carmo (UFAM), Tomás de Miranda Lisboa (SGB), Marion Freitas Neves (ABMGeo), Letícia Lopes (IPÊ), Erikarla Oliveira de Lima (AMAZONASTUR), Bárbara Araújo Lopes (AMAZONASTUR), Leonardo Victor Katakí Fonseca (ICMBio), Edson Ribeiro Luiz (SAVE Brasil), Artemísia Souza do Valle (Consultora)

Propostas aprovadas na Plenária (Fig. 20): 11 propostas

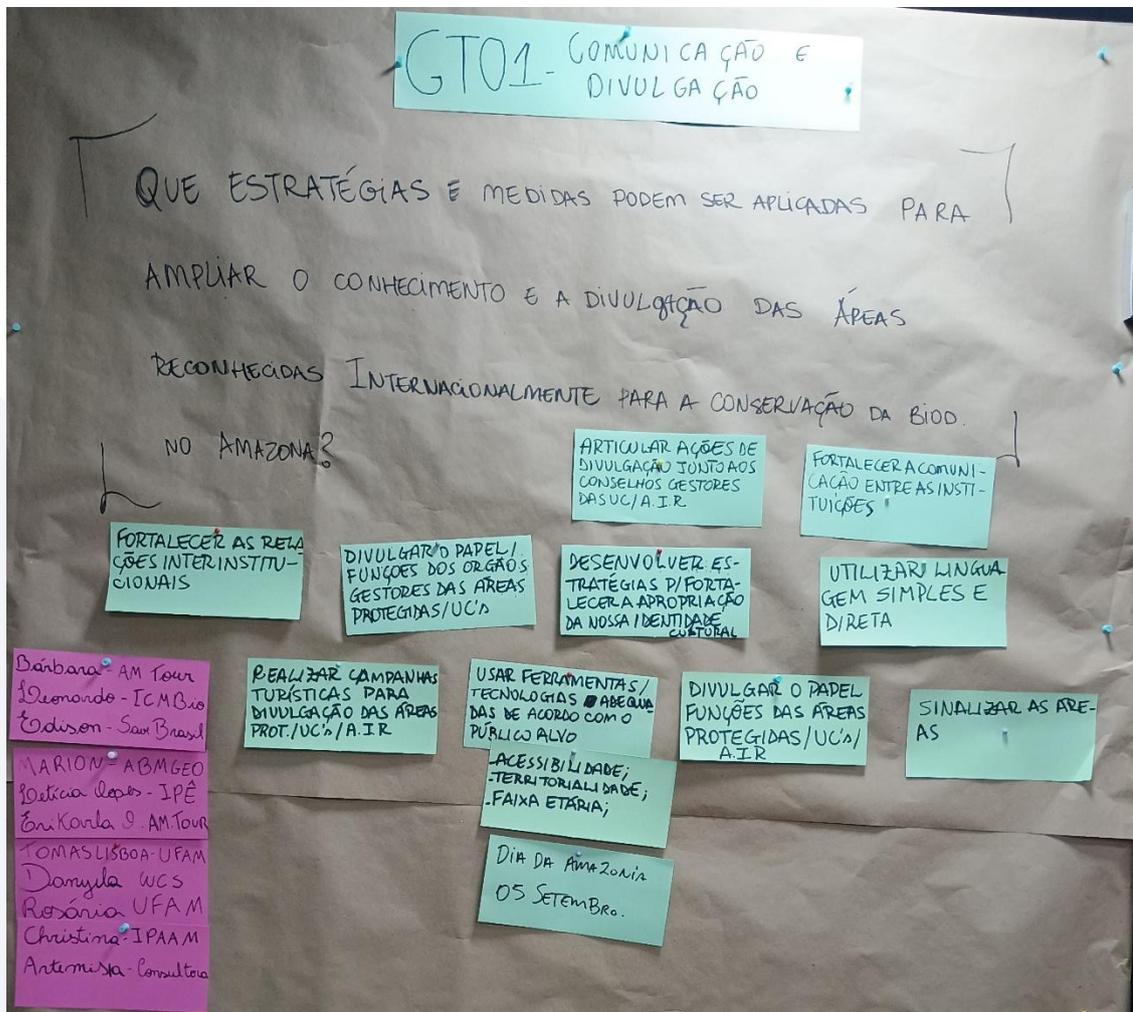


Figura 20 – Propostas do Grupo de Trabalho 01. Fonte: IPAAM (2024).

- a) Fortalecer as relações interinstitucionais;
- b) Divulgar o papel e funções dos órgãos gestores das áreas protegidas e unidades de conservação;
- c) Articular ações de divulgação junto aos conselhos gestores de unidades de conservação e áreas reconhecidas internacionalmente;
- d) Realizar campanhas turísticas para divulgação das áreas protegidas, unidades de conservação e áreas de reconhecimento internacional;

- e) Desenvolver estratégias para fortalecer a apropriação da nossa identidade cultural;
- f) Usar ferramentas e tecnologias adequadas de acordo com o público alvo;
- g) Ter foco na acessibilidade e territorialidade, conforme a faixa etária;
- h) Utilizar linguagem simples e direta;
- i) Divulgar o papel e funções das áreas protegidas, unidades de conservação e áreas de reconhecimento internacional;
- j) Fortalecer a comunicação entre as instituições;
- l) Sinalizar as áreas.

O participante Leonardo Victor Kataki Fonseca (Fig. 21), Técnico Ambiental do ICMBio, foi o expositor do Grupo 01, apresentando os tópicos abordados pelo Grupo 01:



Figura 21 – Expositor do Grupo de Trabalho 01 - Leonardo Victor Kataki Fonseca. Fonte: IPAAM (2024).

Leonardo Victor Kataki Fonseca: “O meio ambiente foi explorado por conta das suas riquezas naturais. E agora, ele continua sendo explorado por conta das suas riquezas



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

naturais. Somos todos atores. E qual é que é o problema disso? É que, enquanto a gente não se entende com o meio ambiente, a gente está ajudando o mundo a se acabar. Então, talvez, essa primeira perspectiva de comunicação seria a gente entender o que é o meio ambiente. Que o meio ambiente vai para além de recursos naturais. O meio ambiente está onde a gente vive, o que a gente faz, a forma que a gente interage, e o que é belo, principalmente. E como isso poderia funcionar? A gente tem um grande problema, que é, o Brasil, ele não se entende como governo e como Estado. Enquanto a pauta ambiental é tratada como pauta de governo, muda governo, sai governo, entra governo, muda governo, sai governo, e a pauta ambiental não anda. Porque, às vezes, cada governo tem sua meta específica para a pauta ambiental. E talvez o nosso grande princípio, a coisa que a gente deixou bem clara na nossa discussão foi unificar o nosso entendimento quanto à comunicação ambiental. Quanto ao que seria o meio ambiente. E como a gente faz isso? Agora que a gente vai entrar nas partes mais específicas. No primeiro momento, seria fortalecer os órgãos ambientais. Porque, por muito tempo, os próprios órgãos ambientais não tinham a visão de como trabalhar. Porque cada órgão ambiental, seja o municipal, estadual, federal, trabalharam de uma forma diferente. Então, a partir do momento que a gente unifica o nosso entendimento para tratarmos, trabalharmos com a nossa área de uma forma conjunta, de uma forma clara e bem estabelecida, a gente consegue trabalhar de forma sinérgica. E essa foi a palavra que surgiu lá e ficou até o final. A sinergia entre os órgãos ambientais, sinergia entre as ONGs, entre as ações, entre as entidades, não governamentais. E a população civil. E para quê? Para poder divulgar o nosso papel. Primeiro a gente divulga o nosso papel como órgãos ambientais, para depois deixar bem claro para a população que nós estamos aí. Entendeu o nosso papel e saber dividir a pauta ambiental para cada entidade. E depois? O que vem depois? O que vem depois é o mais básico de tudo. É a gente se reconectar com o ambiente. É a gente conseguir divulgar o que é de relevante, o que essas áreas protegidas têm de relevante para a natureza. Não só para a natureza, mas para a população em si. O exemplo que a gente citou no grupo foi a própria relação entre a cultura manauara, entre os espaços protegidos da cidade de Manaus e os manauaras. Pouca gente daqui de Manaus tem um conhecimento aprofundado ou sabe valorizar os seus espaços férteis. Então, seria como se fosse um laboratório. A partir do momento em que a população local entende a relevância dos espaços protegidos para si mesma, ela valoriza. E ela trabalha ativamente para divulgar essas áreas. Muito mais do que localmente, mas internacionalmente, nacionalmente, seja para fora, seja para si mesma. A partir do momento que você compreende o papel e a relevância e a relevância daqueles espaços para você, você consegue explicar para outras pessoas. E esse é o primeiro passo. E como que a gente entra nisso? Usando o meio de comunicação adequado. Seja na população ribeirinha, você usa os meios de comunicação adequado? Transmissão de rádio, cartilhas ou uma linguagem mais simplificada. Você utilizando o meio de comunicação adequado. Talvez a gente ainda esteja falhando em conseguir falar de uma forma correta com o nosso público-alvo. Porque cada grupo tem o seu meio de comunicação específico. A gente até citou como

76/94

www.ipaam.am.gov.br
twitter.com/lpaamAM1
instagram.com/@ipaamam
facebook.com/@ipaamAM

gabinete@ipaam.am.gov.br
Fone: (92) 2123-6721 / 2123-6731
Av. Mario Ypiranga, 3280, Parque Dez
Manaus - AM
CEP: 69050-030





AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

uma piada os grupos de WhatsApp de fakenews, porque eles são muito bons em comunicação. Talvez a gente devia se espelhar em aprender a se comunicar de uma forma correta com esses grupos. Para que a gente consiga abarcar o maior número de pessoas com a nossa mensagem, com a nossa forma de ver o mundo. Isso também implica em fortalecer as entidades. E também implica em dar maior acessibilidade para as pessoas. Pessoas que, de novo, reconheceram o nosso público-alvo. Quem tem dificuldade de visão, teria adaptação para a comunicação com outras pessoas. Quem mora em áreas remotas teria um outro meio de comunicação. Então, meio que entender a forma de chegar a informação para esse grupo. Ah, e a faixa etária também. Porque comunicar para crianças é uma forma totalmente diferente de comunicar para uma pessoa adulta. Que é diferente de comunicar para adolescentes. Então, a gente também estava falando sobre programas que existiam antes que seria o caso de fortalecê-los. Como a visitação nas áreas protegidas, que adolescentes adoram essas coisas, como viajar. Então, criar esses mecanismos de aproximar esses espaços protegidos da população civil através do meio de comunicação correto. E também fortalecer as campanhas turísticas, claro. Está dentro dessas propostas de aproximação. Você, além de levar as pessoas que são da cidade, que estão próximas dessas áreas protegidas, também as pessoas de fora, para que você consiga divulgar a existência, a importância, a relevância e o papel dessas áreas protegidas. Muito mais do que só estar lá por estar, mas entender o porquê que ela está lá, que ela está exercendo um papel ecossistêmico para você. Seja direta ou indiretamente. Obrigado.”

Christina Fischer: “Eu só queria complementar. Porque os conselhos de gestores da comunidade de conservação, dos mosaicos, enfim, de corredores, são importantes também que a gente tenha uma integração visando melhorar essa divulgação das áreas. Nós registramos registrou isso em uma tarjeta, mas vamos fazer uma coisa parecida com o do coletivo. Manter o coletivo das áreas de importância internacional, acho que é importância que está escrito aí, importância internacional. Fazer algo similar para os que estão escrevendo, para nós estar tudo bem. Porque é muito importante que consigamos, no âmbito do órgão gestor, daquele coletivo que faz a gestão dessas áreas, enxergar as áreas internacionalmente reconhecidas. Alguns casos, nem tanto. Por exemplo, quando falamos de geoparques, que é algo um pouco diferenciado, precisamos pensar como fazer isso. Mas vai acabar tendo, desembocar ali, por exemplo, no órgão gestor, que a gente vai precisar definir o que vai ser lá na frente. E é isso. Acho que uma complementação importante e precisaremos integrar o trabalho das instituições que atuam nesse território e por meio de algo que aglutine todas elas. Obrigada.”

77/94

www.ipaam.am.gov.br
twitter.com/lpaamAM1
instagram.com/@ipaamam
facebook.com/@ipaamAM

gabinete@ipaam.am.gov.br
Fone: (92) 2123-6721 / 2123-6731
Av. Mario Ypiranga, 3280, Parque Dez
Manaus - AM
CEP: 69050-030



3.2. Grupo 02 – Financiamento

O Grupo 02 (Fig. 22) propôs estratégias direcionadas a estruturação das organizações para a captação de recursos direcionados a gestão de áreas protegidas e áreas com reconhecimento internacional, apoiando também os municípios e os pequenos projetos locais. Além disso, alinhando parcerias com atores locais e articulação política em níveis regional e nacional, para acesso as fontes de financiamento existentes.

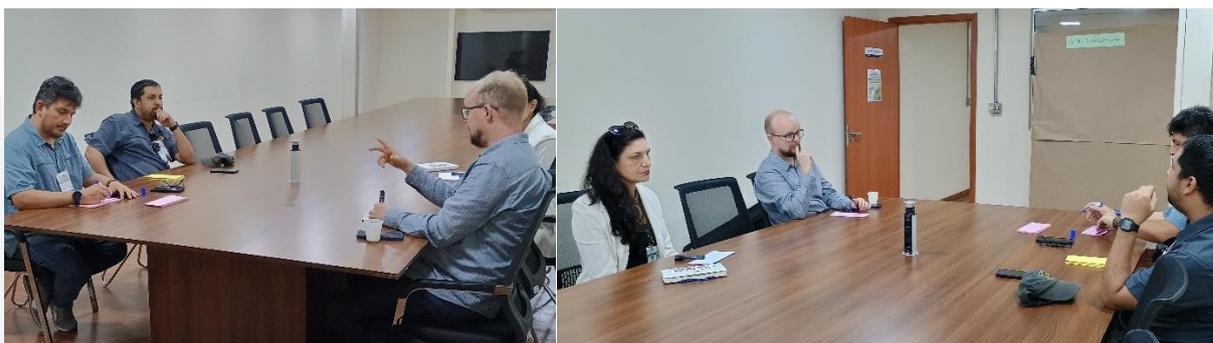


Figura 22 – Discussões realizadas no Grupo de Trabalho 02. Fonte: IPAAM (2024)

A pergunta que norteou as discussões foi: *Que estratégias e medidas podem ser implementadas para aprimorar a captação de recursos para a gestão das áreas reconhecidas internacionalmente para a conservação da biodiversidade no Amazonas?*

Moderador: Guillermo Moisés Bendezú Estupinan (WCS)

Participantes: Heitor Pinheiro (Idesam), Solange Costa (UFAM), Luiz Augusto Schwade (Semmas Presidente Figueiredo), Saymon Santos (Semmas Presidente Figueiredo).

Propostas aprovadas na Plenária (Fig. 23): 08 propostas

a) Em escala de território:

a.1) Melhorar e articular equipes qualificadas nos municípios para focar na captação de recursos financeiros;

a.2) Apoiar pequenos projetos em escala de municípios que fortaleçam os portfólios;

a.3) Identificar atores locais para parcerias.

b) Em escala regional:

b.1) Articulação política: Assembleias Legislativas, Câmaras de Deputados e Senado Federal - Emendas;

- b.2) Criar espaços permanentes de captação;
- b.3) Acesso a fundos já existentes: Fundo Amazônia, Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia (CAPDA);
- b.4) Criar consórcios de organizações para provocar a criação de linhas de apoio junto a financiamento público e privado;
- b.5) Aproveitar a ideia dos jovens para projetos no território voltados à captação de recursos financeiros, incluindo capacitação.

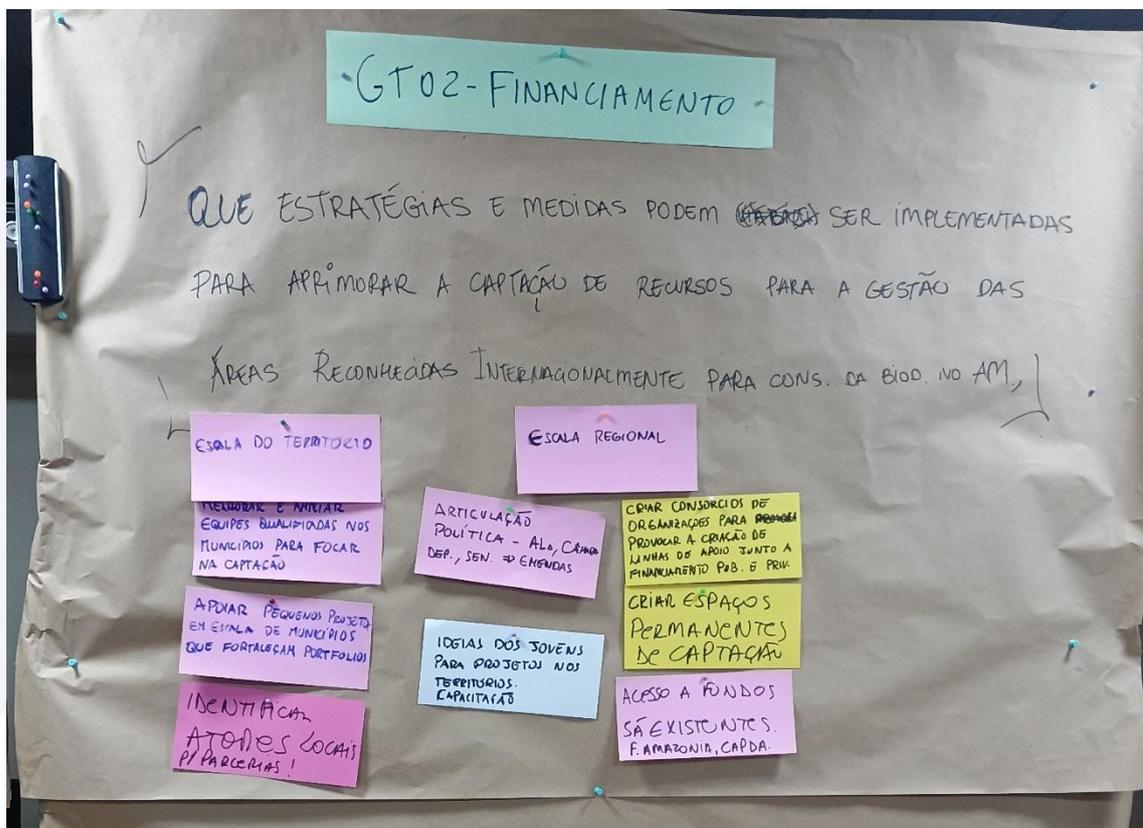


Figura 23 – Propostas do Grupo de Trabalho 02. Fonte: IPAAM (2024).

O moderador Guillermo Moisés Bendezú Estupinan (Fig. 24) apresentou os tópicos abordados pelo grupo:



Figura 24 – Expositor do Grupo de Trabalho 02 - Guillermo Moisés Bendezú Estupinan. Fonte: IPAAM (2024).

Guillermo Moisés Bendezú Estupinan: “Bom, o nosso grupo pensou estratégias e medidas que podem ser implementadas para aprimorar a captação de recursos para a gestão das áreas reconhecidas internacionalmente no estado do Amazonas. Antes de pensar talvez em grandes coisas, o nosso diálogo foi muito, a gente foi conversando, a gente foi escrevendo e saiu isto aqui. Basicamente, foco nos territórios. O olhar do município também, isso foi muito interessante. Uma das coisas que identificamos é que precisamos, todos nós, olhar o local: território, município, comunidade, de repente, em escala pequena. E fortalecer e aprimorar as equipes técnicas que lá atuam, como exemplo, melhorar os processos de redação de projetos e as propostas de financiamento. Esse é um primeiro ponto. O segundo que se vê nesta linha é de buscar apoio de pequenos projetos em escala de municípios, por exemplo, em escala local e territórios também, que fortaleçam portfólios. Uma questão interessante é que a coisa pode ir crescendo. Focamos também localmente nas pequenas iniciativas que podem ir aumentando, podem ir crescendo, chamar a atenção, diversificar as ações, seja na área de conservação, de cadeias produtivas, enfim, e à medida que isso for crescendo, irá ganhar sustância para uma proposta maior, mais consolidada. E identificar atores locais para parcerias. Isso em uma escala, vamos supor, de território, que pode ser compreendida também em uma



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

escala local. Numa escala regional, em uma região um pouco maior, articulação política, assuntos legislativos, câmara, deputados, senadores, captação via emendas, por exemplo, foi uma das questões apontadas já são recursos disponíveis. Eu avalio que tenha também um problema, porque às vezes tem insurgências políticas no meio, então tem que ter muito cuidado, muita atenção com esse tipo de recursos. Acho que é um recurso que deveria estar sempre disponível, independente de quem que é cara e quem que está, gentilmente, doando o recurso. Uma estratégia também é a criação de consórcios e organizações para provocar a criação de linhas de apoio junto ao financiamento público e privado. Essa proposta foi colocado pelo Heitor Pinheiro, que, geralmente, ficamos esperando os editais saírem, esperando as chamadas saírem. E a proposta é que nós juntemos e que se provoque chamadas específicas para apoio à implementação desses territórios. Enfim, temos fundos que podem ser acessados, como o Fundo Amazônia e o Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia (CAPDA), que é um fundo referente a recursos da tecnologia capital. Então, os fundos já existem e temos que verificar como que se acessam. E outro é criar espaços permanentes de captação, isto é, na forma de grupos de trabalho, na forma de conselhos, enfim, não sei, dependendo dos níveis e estruturas de governança que existam nesses territórios. Isso saiu por enquanto. Como foi uma conversa bem boa, agradável, a gente foi conversando, escrevendo e captando, não captando recursos, mas captando as ideias que a gente pode conversar nesse momento. Obrigado.”

Luiz Augusto Schwade: “Uma questão só complementando, acerca da experiência de município. Às vezes a gente tem muito recurso disponível para essas ações, mas os municípios em geral não têm condições de captar. É muito difícil ter pessoal com experiência em captação de recursos no interior. Escrever projetos, saber quais e onde dos editais estão disponíveis. Isso é uma dificuldade que muito dificilmente vai ser resolvida a curto prazo para os municípios, mas isso cria uma oportunidade especialmente para as universidades, especialmente para a academia. Na academia os editais são muito disputados. Já é o contrário do que enfrentamos, falta recurso para as universidades e coisas digitais. Os municípios não. As universidades podem se aproveitar disso e favorecer os municípios também. O terceiro setor já faz um pouco isso, mas precisa fazer mais. Por isso propusemos a criação desse grupo para a captação. Mas as universidades têm uma oportunidade interessante, porque, por exemplo, a logística de uma pesquisa é algo muito caro para a universidade. E os municípios podem ajudar na logística de uma pesquisa. Então, se as universidades ajudam os municípios a captar recurso, que vai melhorar inclusive sua logística, esse recurso também pode ser usado para as universidades. Então, irá voltar. Fica uma via de mão dupla. Eu acho que essas oportunidades precisam ser a criação de uma unidade de gerenciamento. Tem muito recurso, por exemplo, para a criação de unidades de conservação. Muito recurso para a criação. E existem muitos estudos das universidades, da academia, dentro de unidades de conservação. Então, se as universidades ajudam o município a acessar esse recurso, ela vai se beneficiar nos

81/94

seus trabalhos também. Então, é uma ideia, uma oportunidade interessante para o município e para a academia.”

3.3. Grupo 03 – Governança

O Grupo 03 (Fig. 25) trouxe propostas para fortalecer a gestão e mobilização social nas áreas reconhecidas internacionalmente. Para tanto, amplificou o debate direcionado as medidas necessárias para implementar e manter estruturas operacionais. Outro fato importante e relevante é a integração das agendas junto aos municípios no coletivo, a criação de comitês locais e regionais, e a valorização dos agentes e formadores de opinião. Destacase também a importância de promover a participação social, desenvolver a bioeconomia e garantir a regulamentação e atualização das políticas públicas pertinentes voltadas as áreas protegidas.



Figura 25 – Discussões realizadas no Grupo de Trabalho 03. Fonte: IPAAM (2024).

A pergunta que norteou as discussões foi: *Que estratégias e medidas podem ser viabilizadas para fortalecer a gestão, ampliar a mobilização social e implementar e/ou manter estruturas operacionais nas áreas reconhecidas internacionalmente para a conservação da biodiversidade no Amazonas?*

Participantes: Miquéias Santos de Souza (UNESCO),

Participantes: Marcelo Garcia (IPAAM), Ordilena Miranda (INPA), Nathalia Messina (Instituto Juruá), Rafaela Santos (IPAAM), Carlos Frederico Ferreira (UFAM), Ângela Pellin (Ipê), Marco Antônio Lima (SEMMASCLIMA), Deyse Silva (RBAC), Alex Mendonça (IDESAM), Fernanda Meirelles (IDESAM), Humberto Lima (UFAM), Angeline Ugarte (SEMMAS), Suzy Cristina Pedrosa (UFAM), Filipe Campos de Freitas (IDAM)

Propostas aprovadas na Plenária (Fig. 26): 21 propostas

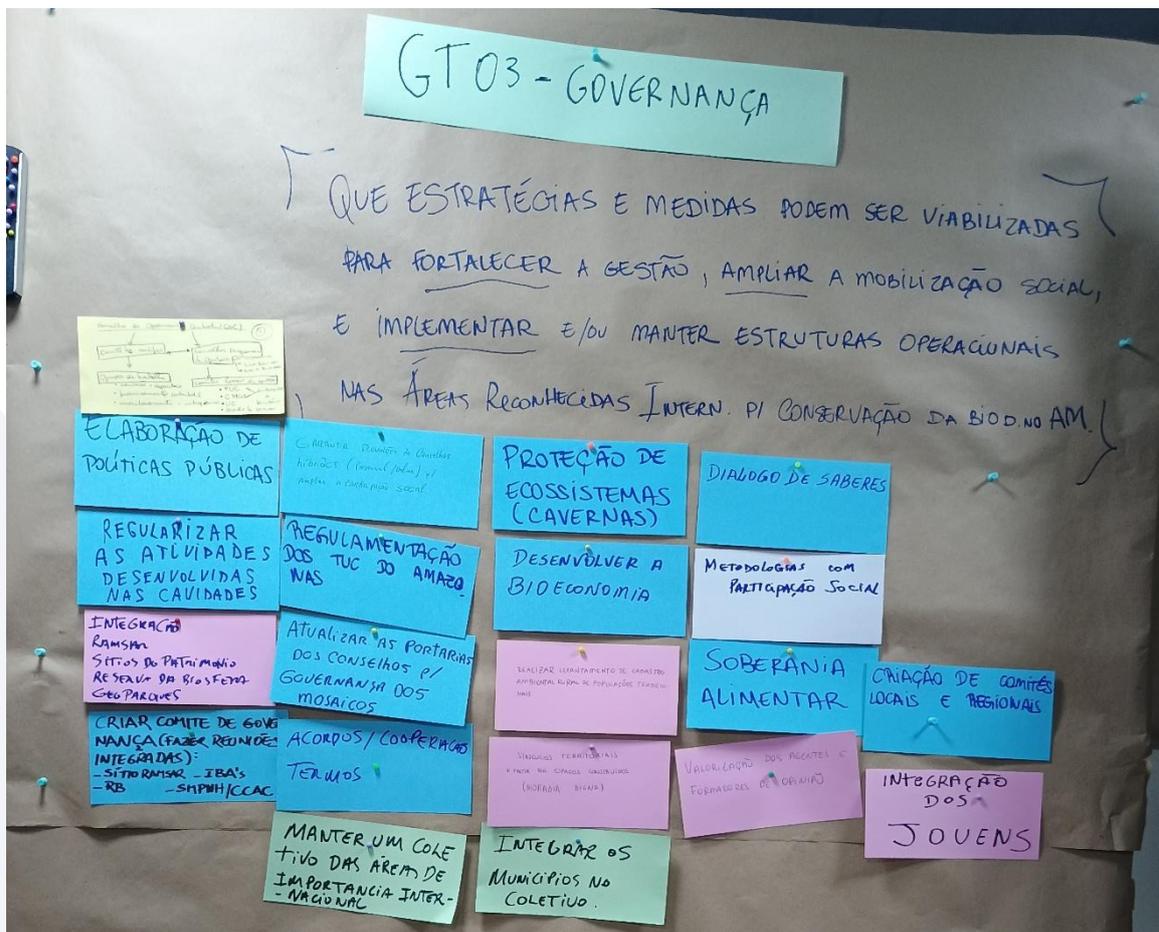


Figura 26 – Propostas do Grupo de Trabalho 02. Fonte: IPAAM (2024).

- Elaboração de políticas públicas;
- Regularizar atividades desenvolvidas nas cavidades;
- Integrar Sítios Ramsar, Sítios Mundiais do Patrimônio Natural da Humanidade, reserva da biosfera, geoparques e áreas de importância para aves;
- Criar comitê de governança (fazer reuniões integradas): Sítios Ramsar, Sítios Mundiais do Patrimônio Natural da Humanidade, Reserva da Biosfera, Geoparques, Áreas de Importância para Aves - IBAs, Complexo de Conservação da Amazônia Central - CCAC;
- Garantir reuniões de Conselhos híbridos (presencial e on-line) para ampliar a participação social;
- Regulamentar os Territórios de Uso Comum - TUCs do Amazonas;

- g) Atualizar as portarias dos conselhos para governança dos mosaicos;
 h) Efetuar acordos de cooperação;
 i) Manter um coletivo das áreas de importância internacional;
 j) Proteção de ecossistemas (cavernas);
 l) Desenvolver a Bioeconomia;
 m) Realizar levantamento de cadastro ambiental rural de populações tradicionais;
 n) Fortalecer os vínculos territoriais a partir de espaços construídos (moradia digna);
 o) Criar e fortalecer o Diálogo de Saberes;
 p) Aplicar metodologias com participação social;
 q) Focar na soberania alimentar;
 r) Integrar os municípios no coletivo;
 s) Criar comitês locais e regionais;
 t) Integrar os jovens;
 u) Valorizar os agentes e formadores de opinião;
 v) Desenho do Conselho e/ou Comitê de Governança Central (CGC) – Fig. 27.

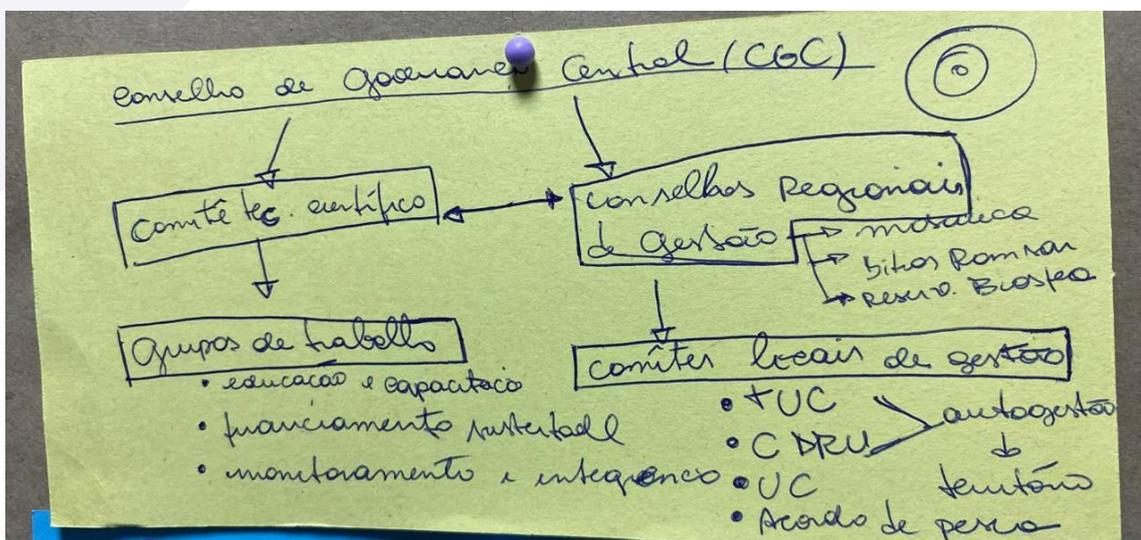


Figura 27 – Sugestão do GT 03 para o Comitê e/ou Conselho de Governança Central. Fonte: IPAAM (2024)

O moderador Miquéias Santos de Souza (Fig. 28) apresentou os resultados das discussões realizada no GT 03:



Figura 28 – Expositor do Grupo de Trabalho 02 - Miquéias Santos de Souza. Fonte: IPAAM (2024).

Miquéias Santos de Souza: “A conservação no estado do Amazonas também está ligada com a inclusão social, com os diálogos de saberes, com utilização de metodologias e garantias para participação social. A soberania alimentar foi salientada e temos também a valorização dos agentes de formação e opinião aqui também, é a participação e da voz para a comunidade. Viabilizar que a comunidade possa conseguir se expressar dentro das suas áreas. A criação de comitês regionais locais, integração dos jovens na nossa agenda. Então, tem a parte de proteção de desenho de sistemas de gestão, de prever essa governança. Também foi abordada a questão de aves e cavernas que tem todo um apelo, com os geossítios, para poder ter essa proteção e prever governança. Além disso, realizar o levantamento de cadastro ambiental rural das populações tradicionais, verificando os vínculos territoriais. A regulamentação é importante, assim como acordos de cooperações, uma vez que há reserva de biosfera, sítio do patrimônio mundial, tem as instituições que atuam diretamente nessa agenda, podendo ser realizados acordos de cooperação, para que funcione, para que essa agenda ande. Então, tem que haver garantias para realização de reuniões de forma híbrida, presencial e *on line*, ampliar a participação, sempre garantir a participação social. Ainda dentro de outras características dentro do território, foi proposto a regulamentação dos Territórios de Uso Comum - TUCs, por exemplo, que são áreas que não são unidade de conservação, e dentro

das reservas de biosfera tem isso também, tem áreas que não são unidade de conservação, mas que pode ter ali uma representação legal daquele lugar. As Outras Medidas Efetivas de Conservação baseadas em Área - OMEC também foi falado no grupo, e o TUC é uma dessas garantias, das populações que moram ali naquele lugar, já que é território de uso coletivo, um território de uso comum. Então, atualizar as portarias de conselho, é o caso do Mosaico de UC do Baixo Rio Negro, e esse coletivo macro que ele possa apoiar essas políticas públicas que aconteçam, essa atualização do conselho do Mosaico. Eu acho que é a primeira vez que nos reunimos para discutir essas áreas de importância internacional. Poderíamos manter um coletivo, nem que a gente pudesse reunir online, vamos dizer, para discutir, de que forma integrar, mantermos uma conversa nesse nível de área de importância internacional é fundamental. Como é que vai ser? Quando é que a gente vai se ver de novo? Como é que a gente vai falar de novo, novamente, sobre a integração dessas áreas? E aqui, é mais essa questão das elaborações de políticas públicas, regulamentar as atividades, ainda ligadas aos ecossistemas, a integração de Sítios Ramsar, Sítio Mundial do Patrimônio Natural da Humanidade, Reserva Biosfera, Geoparques, criar o comitê de governança e fazer as reuniões de integração dessas áreas, as Áreas Importantes para Aves - IBAS. Foi elaborada uma proposta de organograma muito boa do Conselho e/ou Comitê de Governança Central. Que é a integração dos municípios. Eu acho não podemos esquecer dos municípios. Falamos que a reserva da biosfera é integrada por 31 municípios. A minha primeira atividade na Unesco foi justamente em Presidente Figueiredo. Eu fui lá com o Secretário, com a Prefeita. Eu disse, o município está na reserva da biosfera. Ele mostrou o outro dia para ela. Então, ela nos recebeu muito bem. Entendeu, inclusive. Ela disse, não, se vocês quiserem trabalhar com o município, estamos abertos a trabalhar juntamente com vocês. Então, lá tem muitas áreas protegidas. Então, acho interessante haver integração. Inclusive, dentro do Plano de Ação da Reserva da Biosfera da Amazônia Central - PARBAC, tem um selo para ser implantado chamado Prefeitura Nível da Biosfera. Que é justamente a prefeitura que adota aí as suas ações. ”

Fernanda Meirelles: “Estávamos levantando uma questão dos Territórios de Uso Comum - TUCs, porque o Amazonas é um estado que protagonizou uma política pública muito interessante, reconhecendo um território de uso tradicional, de comunidades tradicionais, podendo até mesmo ser de comunidades de povos indígenas, e seria uma primeira camada de proteção dessas áreas. Então, é um reconhecimento do Estado. A ideia é que não fique parado somente no reconhecimento, na emissão da Concessão de Direito Real de Uso - CDRU, fora das áreas protegidas, mas que futuramente essa área tenha mais proteção. Mas o que acontece é que hoje falta regulamentação. Se mudou esse artigo na Lei de Terras do Estado, mas falta, então, regulamentar. Sabemos que a CDRU é emitida pela Secretaria de Estado de Cidades e Territórios - SECT, a gestão seria da Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA. Mas de que forma vai ser feito isso? Com que recurso vai ser feito isso? Tudo isso falta ser alinhado, então, precisa realmente regulamentar essa questão da CDRU fora das unidades de

conservação. A CDRU é a Concessão de Direito Real de Uso, que então era emitida somente dentro das áreas protegidas, e com essa mudança da Lei de Terras do Estado pode ser emitida fora delas, que compõe o que está chamado de território de uso comum. Essa é a primeira camada de proteção. A gente precisa dessa regulamentação e que o Estado do Amazonas, que é tão protagonista em uma política pública tão inovadora, parou, emitiu uma CDRU, que é a do rio Manicoré, mas hoje a gente não viu um avanço depois. Então o Estado acaba sendo omissivo na questão da gestão dessas áreas. Então, nos reunimos, realmente foi muito interessante, muito importante, pensando nas áreas internacionalmente reconhecidas, esse nesse protagonismo, essa inovação do Estado do Amazonas que ainda carece de regulamentação. Então foi por isso que achamos importante trazer também.”

Rafaela Santos: “Eu queria só contribuir com uma fala que eu tive em outro evento que eu participei na Universidade Federal do Amazonas - UFAM, e acho que foi o Superintendente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA no Amazonas que falava assim, que as pessoas que estão envolvidas com o meio ambiente, que abraçam essa pauta, elas são muito ativas, mas estamos muito isolados no nosso canto. Um órgão aqui, outro órgão ali. Então falta, eu acredito, um mecanismo que nos integre. Por exemplo, hoje eu vi muita produção de conhecimento, que eu não tinha conhecimento, e poderia auxiliar até mesmo no meu trabalho no IPAAM. Por exemplo, eu vi áreas que não estão normatizadas, mas que são áreas ambientalmente muito sensíveis. Então, talvez o IPAAM possa criar uma categoria, dentro da sua caracterização ambiental, de áreas sensíveis, com base, por exemplo, em trabalhos acadêmicos. O geoparque ainda não está normatizada a proteção dele, mas o IPAAM já pode caracterizar como uma área sensível. Então, essa troca de conhecimento é fundamental para a proteção do meio ambiente. Então, acho que uma sugestão seria a gente talvez criar um portal dos amigos do meio ambiente, dos órgãos importantes, para divulgar toda a nossa produção. Vimos que estamos tendo trabalhos repetitivos, vários órgãos fazendo a mesma coisa, se a gente não integra. Por exemplo, o João Rodrigo Leitão dos Reis fez um mapa ótimo das áreas e cada um fez o seu. Então, assim, a gente está retrabalhando, porque não estamos integrando todo o nosso conhecimento. Então, acho que talvez criar um portal, isso fortaleceria muito a nossa representação no corpo, que vai acontecer. Então, acho que falta a gente criar esse mecanismo das pessoas que estão envolvidas com o meio ambiente se integrarem mesmo de maneira efetiva, porque isso seria muito favorável para a proteção do meio ambiente.”

João Rodrigo Leitão dos Reis: “Só pontuando com respeito a essa questão sobre governança, no Geoportal do IPAM, você colocando hoje no Google, em qualquer site de busca, coloca Geoportal IPAAM. Você vai acessar o WebGIS público. No WebGIS público tem um ícone, que é o ícone de uma folha, que lá vão estar todas as bases das áreas sensíveis ao licenciamento ambiental. Todas as áreas internacionais de reconhecimento internacional, os shapefiles já foram inseridos no Geoportal. Inclusive, no Geoportal dá para você desenvolver,

inclusive, um mapa. É uma ferramenta que o IPAM está divulgando de forma ampla. Então, fiquem à vontade para acessar. E todas as áreas que estão no mapa para vocês, estão disponíveis no Geoportal. Inclusive, você pode baixar os shapefiles e produzir o seu próprio mapa.”

Artemísia Souza do Valle: “Para mim, quando dizemos que vamos usar aquelas estruturas de governanças que já existem. Para nós é muito claro, porque já trabalhamos no Projeto Corredores Ecológicos – Corredor Central da Amazônia – PCE/CCA, depois adotou-se a reserva da biosfera, depois veio o mosaico e não vamos inventar a roda. Nós já temos conselhos e comitês criados e operantes. Só é juntar aquelas instituições que vão faltam a esses conselhos e comitês. Porque isso acontece? Você tem uma estrutura criada, mas tem algumas instituições que não fazem parte. Então, traz essas instituições, porque o espaço é o mesmo. O que vai mudar é o objetivo da discussão. Nós vamos trabalhar a Reserva da Biosfera, mas dentro da Reserva da Biosfera você tem outros espaços do mesmo lugar, que é o mosaico, que é o corredor ecológico, que são as unidades de conservação. Então, se usamos um conselho que já existe, e você só traz para ir para esse lugar aquelas pessoas, instituições que faltam porque para as comunidades e até para instituições, às vezes é muito difícil, porque parecem estar falando de outras coisas, de outros lugares quando o lugar é o mesmo. Às vezes, o objetivo é que é diferente. Quando eu discuto o mosaico, eu tenho um objetivo naquela discussão, quando eu discuto a Reserva da Biosfera, eu vou discutir outras questões. Mas o espaço a gente tem que ter isso, né? Temos que estar preocupados em reforçar e trazer para este lugar. E o que é importante não é trazer mais, é não dividir. Porque se você fica inventando outras coisas, você acaba dividindo e forma grupos com objetivos diferentes. Eu acho que se reforçarmos, trazer os grupos para o mesmo lugar é mais interessante para aquilo que se pretende, que é reforçar de verdade a questão ambiental. Eu, que estou um pouco distante, eu tenho me preocupado muito, porque eu vejo que há um enfraquecimento na discussão. Eu sempre falo que quem divulga *fake news* é muito mais efetivo e muito mais competente do que nós, porque como esse povo é competente, eu admiro eles. Eu tenho que admirar, né? Porque eles são competentes, a gente não pode negar, gente!.. Então, eu acho que essa discussão de áreas protegidas seja aquelas áreas de reconhecimento internacional precisam copiar a capacidade que esse pessoal tem de divulgação. A gente precisa de reforço, dessa integração entre as instituições governamentais e não governamentais. Elas precisam começar de novo, porque já fizemos, já se fez isso a um tempo atrás, a falar a mesma linguagem, porque eu acho que o que está acontecendo é que nós estamos falando, cada um de acordo com sua linguagem. Nós precisamos integrar essa conversa, né? Eu vocês não sabem, mas talvez eu devo acrescentar aqui. Quando nós começamos, estávamos lá atrás, trabalhando com unidade de conservação. Não havia dinheiro. Não existia dinheiro para isso e a gente fazia alguma coisa. Um dia uma pessoa chegou e me disse: “Nós ajudaremos. Vamos financiar um projeto para vocês de 100 mil dólares. Se vocês fizerem a metade do que vocês colocarem nesse projetinho,



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

que era um projeto de duas páginas, eu ajudo vocês. Eu não descarto dinheiro com a Fundação Moore”. Nós precisamos contar até 0,10 centavos. E aí esse parceiro negociou o projeto da Fundação Morre, que foi o que deu origem ao projeto e que originou o próprio Sistema Estadual de Unidades de Conservação. Mas aprendemos a falar a linguagem, né? E eu acho essa linguagem é a integração. Acho que precisamos integrar essa linguagem e retomar uma conversa com os Órgãos. Não sei quão difícil é essa conversa com outros órgãos também e com as organizações não governamentais? Eu sempre digo, sempre tivemos as organizações não governamentais como grandes parceiros. Eles sempre nos ajudavam nos nossos momentos difíceis. Então eu acho que isso precisa ser resgatado.”

Marco Antônio Vaz de Lima: “Temos que organizar essa integração, pois creio que já chegou a hora. É importante discutir isso. Eu acho interessante a fala da analista do IPAAM sobre a questão da produção do conhecimento. Participei de um evento em novembro de 2023 no hotel Ramada, que foi sobre a questão dos eventos climáticos. Se falou naquele dia exatamente o que ela falou aqui. A grande produção de conhecimento, não conhecemos o que as organizações, as instituições e a academia produzem. Só conseguimos ter uma noção disso quando a gente tem um encontro como esse Seminário. A minha proposta é que, além de a gente fazer novos eventos, que possamos estar promovendo agendas comuns e encontros para discutir, fortalecer e consolidar as parcerias.”

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Seminário trouxe um público aproximado de 90 (noventa) profissionais atuantes na seara socioambiental e de educação e turismo. O evento direcionou como ponto central a necessidade de criar mecanismos de integração de agendas entre as diferentes organizações que cuidam direta ou indiretamente da gestão das Áreas com Reconhecimento Internacional para Conservação da Biodiversidade.

Foi aclamada pela Plenária do evento, a criação de um núcleo, grupo de trabalho ou comitê, formal ou informal, para socializar informações e compartilhar dados, editais, estudos, planos, diagnósticos, projetos e programas voltados as áreas de reconhecimento internacional. A sugestão aceita por todos da Plenária foi a de que os participantes do Seminários criassem esse mecanismo de interação, podendo resultar também em novos encontros, conversas, reuniões e demais eventos de socialização que propiciem avançar com a agenda e animar os gestores e trazer novos apoiadores.

Nesse sentido, as 40 (quarenta) propostas dos Grupos de Trabalho validadas na Plenária do Seminário, trouxeram uma ampla variedade propositiva de medidas que agregam valor a uma agenda integrada para implementação e divulgação das áreas de reconhecimento internacional, e visaram trazer esse conhecimento aos órgãos públicos, organizações da sociedade civil e para a sociedade como um todo, em especial quem está na base, os residentes das cidades, os moradores e usuários de unidades de conservação, indígenas, quilombolas, ribeirinhos e demais povos e comunidades tradicionais.

Para finalização do Seminário houveram as palavras finais proferidas pelo Sr. Guillermo Moisés Bendezú Estupinan e pela Sra. Christina Fischer, descritas abaixo:



Figura 29 – Considerações Finais sobre o Seminário. Fonte: IPAAM (2024).

Guillermo Moisés Bendezú Estupinan: “Vocês falaram das Outras Medidas Efetivas de Conservação Baseadas em Área - OMEC, um assunto que resgatamos há uns três anos, e hoje já está em plena discussão para formatação de uma política pública nacional. Semana que vem tem um grupo de trabalho em Brasília, que irá juntar os subsídios para essa regulamentação, e seguidas das consultas públicas para uma regulamentação nacional, talvez um decreto. É uma oportunidade muito grande, que eu estou chamando de Sistema de Conservação Complementar, porque irá preencher espaços justamente de áreas que dificilmente seria criada uma unidade de conservação, principalmente em áreas, zonas úmidas, áreas alagadas. Um exemplo disso, são as várzeas e os igapós, que hoje são muito pouco representados como unidades de conservação, áreas protegidas mais estritamente falando. E agora nós temos a oportunidade de termos áreas reconhecidas também, pelo país, assim como cadastradas do que o Banco de Dados Global de áreas protegidas e conservadas. Nem falamos do OMECs, que irão ter sim um espaço de diálogo e vai ter em breve discussões dirigidas nesse assunto. Enfim, mas é uma oportunidade de gestão. Tudo o que foi falado aqui é maravilhoso, realmente um aprendizado. Novamente, reencontrar a mim e meus colegas, a minha ex-chefa, que está aqui, a Artemisa do Valle, também foi ótimo. E agradecer novamente para vocês. Quem sabe a gente pode formar um grupinho, pretendendo aqui como um núcleo. Não é um novo grupo, Artemisa do Valle, não é um novo conselho. Porque tem caras novas aqui, tem pessoas novas também que estão interessadas, eu acho que vale a pena. Tem várias discussões acontecendo. Sobre jornalismo e comunicação também, está rolando muita coisa interessante. Ontem eu participei de um webinar. Um webinar da Internews, junto com a *Earth Journalism Network*, que é a organização que está trabalhando com bolsas, estudos para pesquisadores, para jornalistas, para jornalismo investigativo. E tem uma pergunta que vem rodando há muito tempo, da associação da ciência, dos pesquisadores com jornalistas. E a gente, por exemplo, não sabíamos disso. Somos muito procurados por jornalistas. Há uma necessidade de pautas. Mas às vezes vem umas coisas meio esdrúxulas, às vezes umas coisas meio sem cabimento. Mas acho que a gente precisa se equalizar entre gestores, pesquisadores, jornalistas. Esse movimento já está acontecendo. Tem os materiais de webinars disponíveis, que foram gravados em umas situações bem interessantes, que já vem acontecendo há muito tempo. Vamos disponibilizar isso para o João Rodrigo Leitão. Eu acho que o João poderia também fazer um papel de mediador nesses grupinhos, para compartilhar essas discussões, que são muito interessantes e têm muito caráter. Muito obrigado.”

Christina Fischer: “Gratidão mesmo. Todas as pessoas que estão aqui, nesse horário próximo às 17h30 da tarde. O tempo de vocês é precioso. Para os servidores do IPAAM foi um desafio puxar uma discussão como essa, porque o nosso papel é muito além da fiscalização, do licenciamento ambiental, do monitoramento. Mas essas áreas são importantes para o processo de implementação da política pública, porque nós todos somos responsáveis.

Nos sentimos também nessa responsabilidade de puxar isso, de apoiar o governo como um todo nessa discussão. Vamos plantar mais uma sementinha no sentido de não deixarmos esse processo morrer. Eu acho que estamos levantando agora uma bandeira muito bacana de puxar isso junto com a sociedade, levar o papel das instituições para os nossos órgãos, para a sociedade, para o nosso trabalho do dia a dia, falando da importância das áreas protegidas, das unidades de conservação, desses espaços internacionalmente reconhecidos. Eu acho que hoje foi um dia muito marcante do trabalho que nós estamos fazendo já há algum tempo dentro do IPAAM e esperamos poder fortalecer. E aí, como a Artemísia do Valle bem lembrou esse processo participativo, temos costurado há muito tempo, é importante de se manter. Às vezes enfraquece um pouquinho, mas vamos fortalecer essa relação institucional. Agradeço mesmo, em nome da instituição, todos os presentes, a nossa moderadora, aos nossos parceiros que acreditaram na ideia. Fomos juntos, embarcamos nesse barco que é, de fato, estarmos trabalhando nessa agenda ambiental. Dentro de um órgão de meio ambiente, vocês dentro das instituições e, muitas vezes, como cidadão mesmo. Eu acho que é isso que não podemos perder do radar. Muito obrigada, mais uma vez. Quero, também, falar dos amigos. Eu acho que foi um dia muito legal de encontrar as pessoas e de perceber que continuamos com os mesmos objetivos. Eu acho que isso é muito legal. Passam-se 20 anos, acredito, mas a gente continua na batalha. Vai caber a quem é mais jovem continuar na luta. Esperamos que possamos ter colaborado e que isso seja só um passo inicial. Muito obrigada.”



Figura 30 – Público da reta final do Seminário. Fonte: IPAAM (2024).



Figura 31 – Público do PaineI do Seminário. Fonte: IPAAM (2024).



Figura 32 – Coffee Break. Fonte: IPAAM (2024).



Figura 33 – Organizadores, Palestrantes e Convidados 1. Fonte: IPAAM (2024).



Figura 34 – Organizadores, Palestrantes e Convidados 2. Fonte: IPAAM (2024).



Realização:



Apoio:

